

NOVOS RUMOS

Edição para São Paulo

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 4 a 10 de novembro de 1960

Nº 88

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Fragmon Borges

Mr. Stone é Quem Dita as Leis Para o Cinema

Reportagem de LUIZ BAZZANO na 1ª página do 2º caderno

Apelo Aos Leitores

FRAGMON BORGES

JORNAL de vanguarda, com uma orientação política claramente definida, NOVOS RUMOS se propôs desde a sua fundação a tarefa de ser o órgão central dos comunistas brasileiros, de seus amigos e simpatizantes. Visava, assim, a um público determinado. Jornal de linhas modernas, NOVOS RUMOS tem procurado até hoje bem cumprir a missão que se traçou, respondendo aos acontecimentos políticos da ordem-do-dia, abordando e apontando soluções para os mais importantes problemas econômicos e sociais do Brasil e transmitindo aos comunistas e seus amigos uma justa orientação política e ideológica para a sua ação entre as massas.

ULTRAPASSAMOS o nosso ano e meio de existência e estamos conscientes de ter cumprido, em suas linhas essenciais, esse programa. Acreditamos poder dizer que NOVOS RUMOS se transformou em um jornal de grande penetração popular, exercendo ponderável influência sobre as mais diversas camadas da população e constituindo-se em um instrumento valioso formador de opinião pública. Os nossos milhares de leitores, espalhados pelos mais distantes rincões do país, são uma garantia de sua eficiência como propagandista, agitador e organizador coletivo.

SE ISTO é verdade, verdade é também que nem tudo tem corrido sobre os trilhos. Grandes são as deficiências que apresenta o nosso jornal, não só com relação ao programa inicial traçado mas também, e principalmente, quanto ao próprio desenvolvimento da situação, que exigia e exige, por parte do jornal, suficiente mobilidade para acompanhá-la e refleti-la oportunamente. No terreno político, são poucos e deficientes os materiais por nós publicados com o objetivo de explicar e aplicar à realidade os aspectos essenciais de nossa linha; no terreno teórico e ideológico tem sido muito irregular a publicação de artigos e estudos de nossa própria elaboração ou de partidos irmãos; como órgão de âmbito nacional, são graves e profundas as deficiências — problemas básicos de Estados importantes como Pernambuco, Bahia, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul raramente são apresentados em nossas colunas; por fim, não temos sabido utilizar a vasta correspondência que recebemos de leitores de todo o país para melhorar a qualidade do jornal e torná-lo capaz de penetrar em novos setores da população. (Conclui na 2ª página)

Confisco cambial: existe?

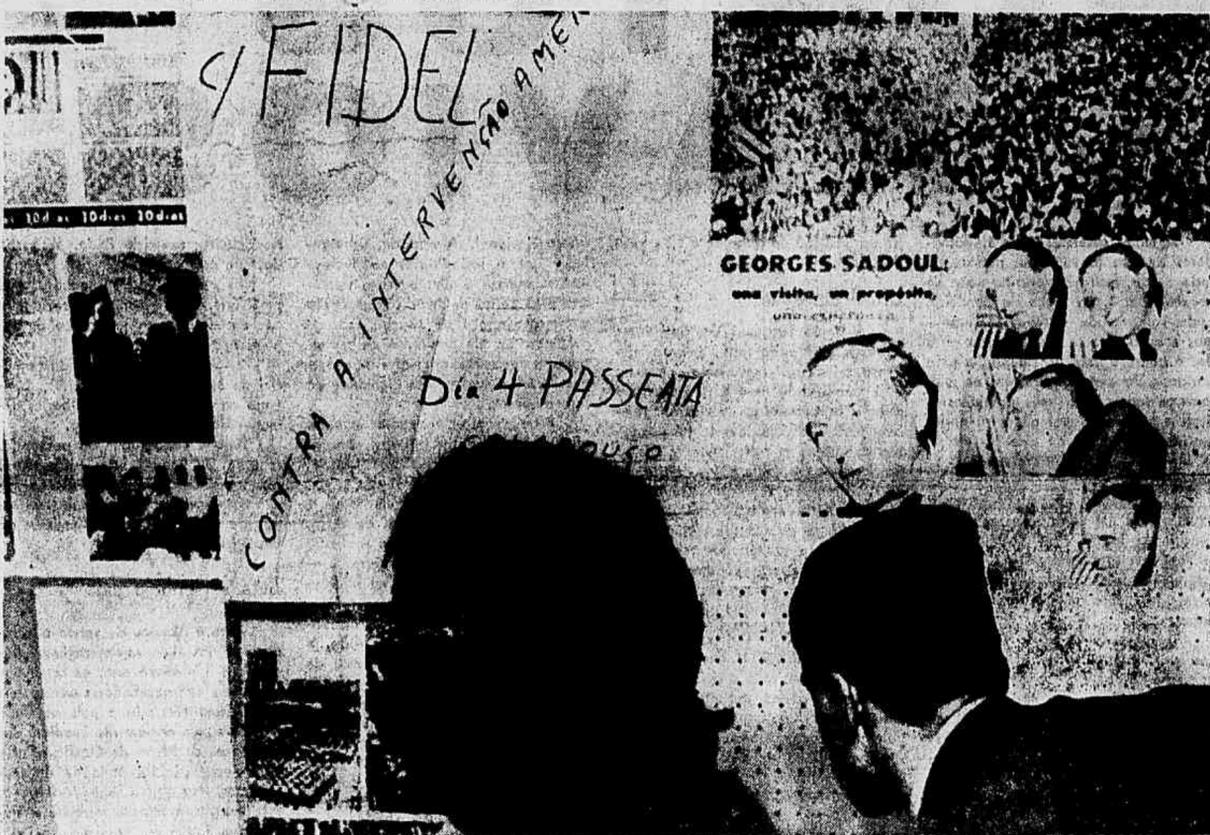
EXTINÇÃO ou suspensão — o fato é que o sr. Jânio Quadros reafirmou, já depois de eleito, sua decisão de acabar com o chamado confisco cambial. Contra o suposto confisco se vêm manifestando de há muito os homens do café. Querem eles o nivelamento puro e simples das taxas de câmbio. Será isto possível? Pode o café ser equiparado a qualquer outro produto da economia nacional? De outro lado, será lícito falar-se em confisco cambial? Nesse caso o setor cafeeiro estaria sendo discriminado, quando a prática mostra que é um setor privilegiado... Sobre o assunto, o leitor encontrará uma reportagem na 2ª página do 2º caderno.

Meio Milhão de Trabalhadores em Greve Contra a Carestia

COM a greve dos 250 mil metalúrgicos e gráficos paulistas, seguindo-se a dos estivadores e portuários de todo o país e, agora, a dos operários da Petrobrás da Bahia, sobre a cerca de 500 mil o número de trabalhadores que entraram em greve. E essa resposta extrema dos trabalhadores tende a ampliar-se e a alastrar-se, por todo o país, enquanto o governo e a classe patronal insistirem em fazer com que o povo, e só o povo, pague os ônus da política econômica de inflação e carestia. (Texto na 6ª página do 1º caderno).

Povo brasileiro está ao lado de Cuba contra invasão yanque

OS ESTUDANTES cariocas vão à rua hoje, sexta-feira, para manifestar a sua solidariedade para com o povo cubano, numa passeata que sairá do Calabouço, às 13 horas. Dessa forma, a UNE, a UBES e outras organizações estudantis brasileiras estarão refletindo o sentimento de indignação que já alcança toda a opinião pública nacional, em face das repetidas agressões ao povo cubano, e da ameaça de invasão militar de Cuba, por parte dos imperialistas norte-americanos. No Congresso, em Brasília, numerosos parlamentares refletem esse sentimento, advertindo enérgicamente: «Não toquem em Cuba!» (Texto nas páginas 3 e 7 do 1º caderno).



Por que sobe o preço da carne? Trustes Impedem Continuação Das Obras do Matadouro de Sta. Cruz

(Texto na 4ª pág. do 2º caderno)



A Defesa de Cuba - Um Dever Patriótico

LUIZ CARLOS PRESTES

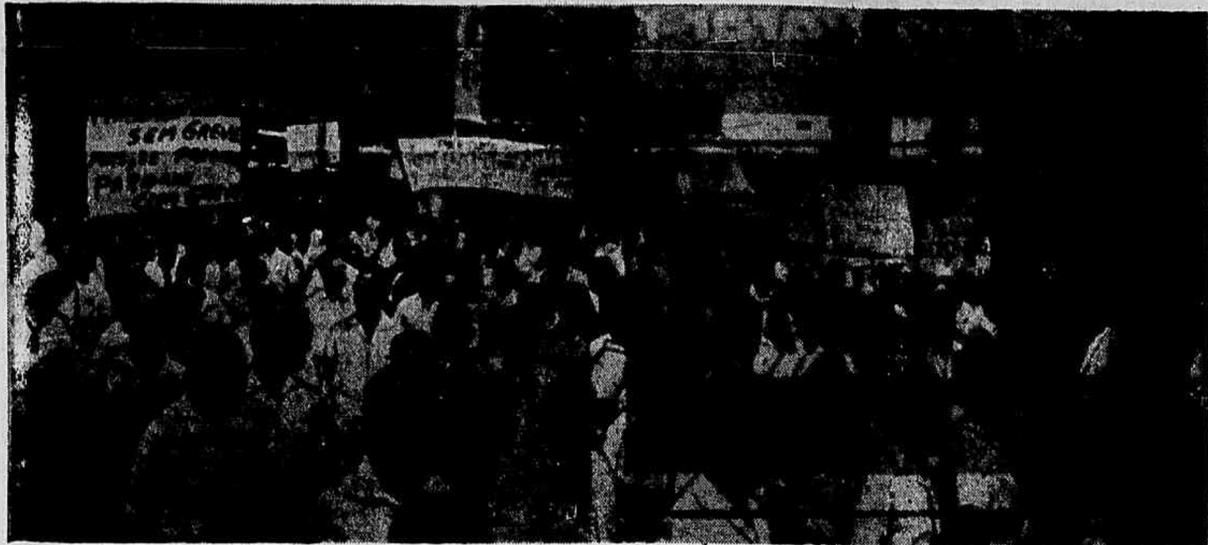
O GOVERNO revolucionário de Fidel Castro surpreendeu — e continua surpreendendo — os círculos dirigentes de Washington, bem como aos seus lacaios das classes dominantes nos diversos países da América Latina. Com Fidel Castro e seus valentes companheiros surgiu afinal em nosso Continente um governo revolucionário de verdade, efetivamente ligado ao povo e que, apoiado no povo, está enfrentando e resolvendo as grandes tarefas da revolução nacional e democrática que estão colocadas diante de todos os povos latino-americanos.

AO CONTRÁRIO dos demagogos tão comuns em toda a América Latina, capazes das promessas mais radicais e que, em seguida, no poder, transformam-se em conservadores a serviço dos latifundiários e dos monopólios yanques e que exploram o descontentamento das massas para conquistar seus votos ou arrastá-las em nome da revolução a golpes de Estado reacionários, Fidel Castro instituiu em Cuba um governo efetivamente popular e revolucionário. Vitorioso na luta heróica contra a tirania pré-yanque de Batista, Fidel Castro soube desmontar a máquina militar e policial da reação, entregou as armas ao povo e não vacilou na necessária e exemplar punição dos bandidos que durante anos massacraram, a serviço da tirania e dos exploradores norte-americanos, os melhores filhos de Cuba. Realizou uma reforma agrária que expropriou os latifundiários das companhias norte-americanas, que deu títulos de propriedade a mais de 20.000 camponeses, que fez com que outros cem mil arrendatários e parceiros já não paguem nenhum arrendamento, que deu a terra em cooperativas a mais de 200.000 operários agrícolas, que organizou os Armazéns do Povo que vendem à população rural artigos de melhor qualidade por menores preços. A agressão econômica do governo dos Estados Unidos deu o governo de Fidel Castro a resposta digna do governante de um país soberano, nacionalizando o monopólio yanque de eletricidade, o monopólio yanque dos telefones, as companhias petrolíferas norte-americanas e 36 centrais açucareiras de companhias norte-americanas. Diante da

agressão econômica do governo dos Estados Unidos, que se negou a comprar a quota de açúcar cubano, o governo de Fidel Castro decidiu estabelecer relações e comércio com todos os países do mundo, inclusive com a China Popular e a União Soviética, o que lhe permite vender os excedentes da produção cubana e conseguir importar em melhores condições. Ulteriormente, já foram expropriadas em Cuba todas as grandes empresas industriais e comerciais, bancos e companhias de seguros, bem como já foi realizada uma «reforma urbana» importante, que limita os aluguéis de casas e permite aos inquilinos adquirirem a casa alugada com o simples pagamento dos aluguéis.

ESSA atividade revolucionária do governo de Fidel Castro não pode deixar de ter imensa repercussão em todos os países de América Latina. Nossos povos compreendem que aquilo que hoje se realiza em Cuba é justamente o que precisamos também realizar em cada um de nossos países. Cuba é, assim, um exemplo e um estímulo para todos os patriotas e democratas latino-americanos. As próprias acusações da imprensa reacionária ao governo de Fidel Castro só podem contribuir para tornar mais nítido seu caráter genuinamente revolucionário. A difamação sistemática pela imprensa da reação e servil dos trustes norte-americanos elevam-no na mente e no coração das massas. Acusam-no de ditatorial e tirânico porque não realizou eleições, pretendendo, assim, ocultar que conta com o apoio unânime do povo cubano e constitui na verdade o governo mais democrático de toda a América Latina. Chamam-no de sanguinário porque submete a julgamento perante tribunais os traidores que se levantam em armas contra a Pátria a serviço dos monopólios yanques e que, se não fossem regularmente punidos, seriam linchados pelo povo justamente indignado. Acusam-no ainda de comunista, pretendendo, assim, assustar com a velha e gasta arma do perigo comunista a certos setores da burguesia e da pequena-burguesia na esperança de afastá-los do movimento

(Continua na 4ª página)



Passeatas para a greve

Milhares de marítimos, portuários e ferroviários vêm realizando assembleias e passeatas unitárias preparatórias da grande greve geral nacional que será deflagrada no próximo dia 8 caso não seja aprovada a paridade de seus vencimentos com os dos militares. O movimento preparatório começa a tomar envergadura e se constitui em uma garantia efetiva de seu desfecho vitorioso. Além disso, os marítimos, portuários e ferroviários vêm recebendo a solidariedade das mais diversas categorias profissionais.

VAO PARAR NO DIA 8

TRENS PORTOS E NAVIOS

A maior assembleia de trabalhadores de que já se teve notícia em todo o país, será realizada na noite de próximo dia 4, na Praça da Bandeira, onde milhares de ferroviários, marítimos e portuários se concentrarão para a paridade de vencimentos com os militares, e tomar as últimas providências para a greve nacional que será deflagrada a zero hora de próximo dia 8, se até o dia 3 a paridade não tiver sido votada.

A assembleia foi convocada para aquela local em virtude de as dependências do Teatro João Caetano, que estavam em cogitação para a referida assembleia, serem pequenas para comportar a imensa massa de trabalhadores.

O Comando Geral da Greve pela Paridade, reforçado agora com a participação oficial da Federação Nacional dos Marítimos, por decisão de seu Conselho Deliberativo, permanece em contato diário com as entidades representativas dos marítimos, ferroviários e portuários de todo o país, articulando, em seus mínimos detalhes, o plano

de paralisação do trabalho a zero hora de dia 8.

UNSP em ação

A União Nacional dos Servidores Públicos, por outro lado, embora não possa aderir ao movimento grevista, está mobilizando todo o funcionalismo para a assembleia já convocada, também para o próximo dia 4, quando serão debatidos os meios pelos quais os funcionários da União e dos autarquias desenvolverão a sua luta pelo restabelecimento imediato dos benefícios resultantes do Plano de Classificação, e pela aprovação do projeto que restabelece a paridade de seus vencimentos com os dos militares.

Injustiça clamorosa

A luta de massas que vem sendo desenvolvida em todo o país pelos marítimos, ferroviários, portuários, e demais servidores autárquicos e da União, pela paridade e pagamento dos benefícios do Plano de Classificação, tem sido apresentada por alguns setores como uma coação injustificável ao Cen-

tro caia em exercício findo. As medidas são as seguintes:

- 1) promoção de enquadramento provisório, cuja autorização será feita por um decreto do presidente da República;
- 2) abertura de um crédito especial de seis bilhões de cruzeiros, destinado ao pagamento das melhorias determinadas pela Classificação.

Para o enquadramento provisório, contudo, continua sendo indispensável que todos os ministérios e demais repartições enviem as suas respectivas folhas de enquadramento à Comissão de Classificação.

Ante a ameaça de serem o atendimento das suas reivindicações adiadas para o próximo ano, os servidores públicos e os trabalhadores autárquicos intensificam em todo o país as manifestações pelo pagamento imediato das vantagens do Plano de Classificação e pela decretação da paridade de vencimentos. Na última segunda-feira, os marítimos, portuários e ferroviários fluminenses foram em passeata ao Palácio de Ingá, onde comunicaram ao governador Roberto Silveira que todo o transporte marítimo e ferroviário será paralisado no Estado do Rio, se as suas reivindicações não forem atendidas até o dia 3 de corrente. Outras manifestações de massa realizaram-se em Cabo Frio, Santos, São Paulo, e em inúmeras outras cidades, em preparação a greve nacional programada para o dia 8 próximo.

Denúncia da UNSP

A União Nacional dos Servidores Públicos, em manifesto lançado recentemente, denuncia a ameaça que pesa sobre o funcionalismo, ao não ver atendidas as suas reivindicações em tempo útil, uma vez que o Congresso Nacional estará dedicado, durante o mês de novembro, quase que exclusivamente a elaboração do orçamento de 1961. A UNSP salienta que, em conformidade com o pensamento do presidente eleito, sr. Jânio Quadros, inúmeros parlamentares empenham-se na consecução do chamado equilíbrio orçamentário, sacrificando as justas pretensões do funcionalismo.

O documento denuncia que o funcionalismo corre o risco de não ver aprovada, neste exercício, a paridade de vencimentos com os militares, e perdidos, por cair em exercício findo, os benefícios do Plano de Classificação referentes ao semestre corrente. Ao fazer essas denúncias, a UNSP conclama o funcionalismo a intensificar a luta pelas suas reivindicações, exigindo do Congresso a paridade, e pressionando as repartições à que servem para que apresentem, imediatamente, à Comissão de Classificação, as folhas com o novo enquadramento.

Atrasados em dezembro

Diante da pressão que vem sendo exercida pelo funcionalismo federal e autárquico, a Comissão de Classificação, vendo-se na impossibilidade de aprovar, em caráter definitivo, o enquadramento de todos os funcionários, para efeito do pagamento, até dezembro vindouro, na base do Plano de Classificação, resolveu adotar medidas de urgência tendentes a evitar que o pagamento relativo ao presente semes-

tre caia em exercício findo. As medidas são as seguintes:

1) promoção de enquadramento provisório, cuja autorização será feita por um decreto do presidente da República;

2) abertura de um crédito especial de seis bilhões de cruzeiros, destinado ao pagamento das melhorias determinadas pela Classificação.

Para o enquadramento provisório, contudo, continua sendo indispensável que todos os ministérios e demais repartições enviem as suas respectivas folhas de enquadramento à Comissão de Classificação.

Luta em todo o país

Ante a ameaça de serem o atendimento das suas reivindicações adiadas para o próximo ano, os servidores públicos e os trabalhadores autárquicos intensificam em todo o país as manifestações pelo pagamento imediato das vantagens do Plano de Classificação e pela decretação da paridade de vencimentos. Na última segunda-feira, os marítimos, portuários e ferroviários fluminenses foram em passeata ao Palácio de Ingá, onde comunicaram ao governador Roberto Silveira que todo o transporte marítimo e ferroviário será paralisado no Estado do Rio, se as suas reivindicações não forem atendidas até o dia 3 de corrente. Outras manifestações de massa realizaram-se em Cabo Frio, Santos, São Paulo, e em inúmeras outras cidades, em preparação a greve nacional programada para o dia 8 próximo.

CAMPANHA VITORIOSA

Sindicalização em Massa Dos Têxteis Paulistas

A Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, cumprindo as deliberações do Congresso Estadual Sindical, elaborou um plano de sindicalização destinado a conseguir 18454 novos sócios para os 30 sindicatos a ela filiados. A campanha está sendo realizada desde 1.º de julho do corrente e se encerrará em 30 de abril de 1961. Mas, em 15 de setembro, já estavam registrados 6889 novos sócios.

Resultados

A campanha, já nos primeiros dois meses e quinze dias, apresentava resultados surpreendentes em alguns sindicatos, cujas cotas de novos sócios, previstas para 10 meses, foram alcançadas e superadas, em menos de três meses.

O Sindicato dos Têxteis de Ararás, por exemplo, tinha uma cota mensal de 20 sócios, num total de 200. Mas em dois meses e meio, entretanto, o plano havia sido coberto e ultrapassado em sua totalidade, tendo sido registrado 298 novos sócios.

Os têxteis de Jundiaí, que se propuseram a conseguir mil novos sócios para o seu sindicato durante o plano de 10 meses, também superaram toda a cota em dois meses e meio conse-



Paridade ou greve

Esta a palavra-de-ordem que anda escrita nos vagões da Central e da Leopoldina, nos muros dos cais do porto e nos navios. Os trabalhadores estão dispostos a conquistarem sua reivindicação.

Defende Teu Direito

A. R. (Aracaju).

"Posso ser despedido sem direito a nada?"

A indenização e o Aviso Prévio são reparações pagas quando o empregado não tiver dado causa para a dispensa. Desde que o empregado tenha cometido qualquer das faltas capituladas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, não faz jus à indenização ou ao Aviso Prévio. Com exceção das férias proporcionais — só devidas quando a dispensa não tem motivo —, os outros direitos podem ser reclamados: férias (períodos completos), horas extraordinárias, adicionais, salários etc.

M. J. A. (Est. Guanabara).

Alega o consulente que desempenha suas tarefas em local insalubre, que compromete seriamente o seu estado de saúde. Pergunta se tem direito ao adicional insalubridade.

Impossível uma resposta definitiva. Formule uma reclamação na Justiça do Trabalho, expondo a situação em que trabalha e pedindo que lhe seja pago o adicional por trabalho insalubre. De posse de sua reclamação, a Junta pedirá ao Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho que faça uma perícia no local, com a finalidade de verificar a existência de insalubridade e, em caso positivo, o seu grau.

Se o laudo apresentado pelo Departamento de Higiene e Segurança do Trabalho for favorável, existem ainda questões que devem ser discutidas, se o consulente percebe acima do salário mínimo. Há quem entenda que, percebendo o empregado acima do mínimo, o adicional insalubridade já está incluído no salário que percebe. Outra corrente entende que a porcentagem (grau) de insalubridade, deve ser calculado sobre o salário efetivamente percebido. Ainda uma outra corrente, entende que a porcentagem de insalubridade deve ser calculada sobre o mínimo e somada ao salário que o empregado recebe. Exemplifiquemos com números, supondo-se que o empregado recebe 30,00 por hora e que é de 20% a porcentagem da insalubridade.

Entendimento da primeira corrente jurisprudencial: — O salário mínimo é de 25,00 por hora. Assim, o salário de 30,00 já compreende o mínimo e mais os 20% de insalubridade.

Entendimento da segunda corrente jurisprudencial: — Calcula 20% sobre os 30,00 ou seja, 6,00 por hora. O empregado deverá receber 36,00 por hora.

Entendimento da terceira corrente jurisprudencial: — Calcula 20% sobre o mínimo (25,00 por hora), e soma ao salário efetivamente percebido (30,00 por hora). Aferida a existência de insalubridade na porcentagem de 20%, o empregado deverá receber, 35,00 por hora.

É claro que quando o empregado ganha o salário mínimo, a insalubridade será sempre calculada sobre o mínimo e somada a ele.

J. M. S. (Niterói — Est. do Rio de Janeiro).

O consulente trabalhou no dia 7 de setembro e recebeu de maneira simples. Está incorreto. Dia feriado é dia de descanso obrigatório. Se trabalhado deve ser pago em dobro. Assim, se o consulente trabalhou 8 horas, deve receber o correspondente a 16 horas.

H. G. (Est. Guanabara).

O consulente tem um período de férias vencido há cinco meses, e o empregador ainda não determinou que ele as gozasse.

Depois de vencido o período de férias, o empregador tem 12 meses para concedê-las. Antes deste tempo não é possível reclamá-las.

Everaldo Martins

Apêlo Aos Leitores

(Conclusão da 1.ª página)

NATURALMENTE, as nossas deficiências quanto à utilização dessa grande massa de leitores que gostam, lêem e divulgam NOVOS RUMOS não se restringem apenas ao terreno de seu conteúdo. No campo financeiro, mantivemos até hoje as falsas relações de vendedor para comprador, como se o nosso jornal fosse uma mercadoria qualquer, igual a tantos outros jornais que existem por aí. Jornal nenhum vive da venda avulsa ou da assinatura. Jornal é uma mercadoria cara, e o seu preço de custo está sempre vários pontos acima de preço de venda. Os outros jornais são empresas lucrativas porque vivem de publicidade, da ajuda visual ou invisível de grupos econômicos e financeiros que as transformam em porta-vozes de seus interesses. O nosso, como órgão político independente, não pode viver assim. Tem que viver fundamentalmente da compreensão e da ajuda de seus leitores e amigos.

DESCONHECENDO ou subestimando esta realidade chegamos ao nosso ano e meio de existência em difícil situação financeira. O déficit inicial foi multiplicado por dez nestes 18 meses, por razões do conhecimento de nossos leitores: aumento de preço do papel; aumento do preço do material fotográfico; aumento dos fretes e tarifas; aumento dos salários, etc. Deficit que se acentuou quando, há seis meses atrás, no esforço de oferecer aos nossos leitores um jornal melhor, aumentamos o formato e o número de páginas de NOVOS RUMOS e melhoramos a sua apresentação gráfica. Daí a nossa decisão, já anunciada em a número anterior, de aumentar de 5 para 10 cruzeiros o preço de exemplar. Os nossos leitores hão de compreender a nossa atitude. É um pedido mínimo que fazemos a todos que nos lêem. De 20 cruzeiros mensais (4 exemplares a 5 cruzeiros) — que era a sua contribuição para que NOVOS RUMOS circulasse até agora —, você, leitor, passará a dar 40 cruzeiros.

OPURO e simples aumento de preço da venda avulsa, porém, não será suficiente para solucionar nossas dificuldades financeiras. Por isso, e nosso apêlo não se limita a pedir aos leitores que continuem a comprar e ler NOVOS RUMOS. É indispensável ampliar a sua difusão e organizar a ajuda financeira a seu jornal. Aumentando-se a circulação, baixará-se o preço de custo e, conseqüentemente, o déficit. Organizando-se a ajuda financeira de massas, conseguir-se-á o dinheiro necessário a tornar NOVOS RUMOS um jornal auto-suficiente. É isto é uma questão decisiva.

ESTAMOS profundamente convencidos de que os nossos milhares de leitores e amigos de todo o país estão interessados, não só que NOVOS RUMOS continue mas que melhore a sua apresentação gráfica e o seu conteúdo. Mas isto não será possível sem essa ajuda consciente de nossos leitores e amigos, pois está claro, depois desse ano e meio de existência, que o nosso esforço isolado não é capaz de solucionar os problemas financeiros que temos pela frente. Com a colaboração dos leitores e amigos, o seremos.

Araraquara pede prorrogação da Lei do Inquilinato

Araraquara, outubro — (Do correspondente) — Em sessão realizada no dia 17 do corrente, a Câmara Municipal desta cidade aprovou requerimento de autoria dos vereadores Célio Billar Teixeira e Hermínio Pagotto, solicitando envio de ofício aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, solicitando a prorrogação pura e simples da Lei do Inquilinato, com vigência até 30 de dezembro do corrente ano.

Sobre o fato foi enviado comunicação aos presidentes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e às Câmaras dos municípios de São Paulo, Santos, Catanduva, São José do Rio Preto, Jau, Ribeirão Preto, São Carlos, Matão, Santa Lúcia, Taquaritinga e Rio Claro.

Os Estivadores Continuam a Luta

AMARO VALENTIM

Par determinação da Federação Nacional dos Estivadores, os trabalhadores da estiva de todos os portos do País realizaram no dia 19 de outubro uma greve de advertência de 24 horas. Da unidade e disposição de luta da gloriosa classe portuária, dependeu a vitória de classe de aumento nos salários e taxas, e de 5% destinado ao cumprimento da Lei de Férias, antiga e justa aspiração dos estivadores. Entretanto, a extinção da estiva livre, reivindicada pela classe, não foi atendida. Mas, é desejo dos estivadores continuar lutando até que esse direito seja atendido.

Em Recife, a greve foi total. Solidarizando-se com os estivadores, os portuários, conferentes e arrumadores paralisaram o trabalho na faixa do cais. Delegações dos sindicatos da orla marítima compareceram a assembléia permanente no Sindicato dos Estivadores e comunicaram a decisão de cada classe de não permitir nenhuma operação de trabalho na faixa do cais, enquanto os estivadores estiverem em greve. Os paradistas receberam com entusiasmo e grande satisfação a cooperação e a solidariedade dos setores profissionais, e, nessa ocasião, foi estabelecida uma aliança entre os sindicatos que executam trabalhos nos portos do Estado. O pacto de unidade criado estabelece que qualquer uma das referidas classes em luta contará com o apoio moral e material dos outros sindicatos e considera uma luta comum o embate reivindicatório na orla marítima. Esse acontecimento fortaleceu consideravelmente a unidade e a amizade da família portuária.

No País, a chamada estiva livre causa um grande prejuízo financeiro aos estivadores. Além de violar o direito do sindicato de distribuir, equitativamente, o trabalho entre os seus associados, fere o tradicional rodízio adotado na estiva. É do conhecimento dos estivadores que, por força de uma lei aprovada em 1940, incorporada à legislação trabalhista, o Sindicato dos Estivadores tem o direito de realizar o trabalho de estiva e desestiva nos barcos de pequeno calado, isto é, lates e borcegas. Acontece que essa lei não vem sendo respeitada pelas autoridades marítimas, e o trabalho vem sendo executado com a própria tripulação dos barcos ou com outras pessoas.

O problema, em Recife, é particular: os armadores requereram um mandado de segurança contra o Sindicato dos Estivadores. Acontece que a referida lei de 1940 estabelece que os barcos da chamada pequena cabotagem existente antes dessa lei, podem operar com o seu próprio pessoal embarcado. Porém, o Sindicato dos Estivadores requereu informações à Capitania dos Portos, a fim de inteirar-se do número de barcos que vem operando desde antes de 1940. A Capitania respondeu ao sindicato afirmando que todas as embarcações de pequena cabotagem que operam atualmente, estão enquadradas na lei que regulamentou a estiva livre a partir de 1940.

Os estivadores estranham que os armadores tentem justificar que os barcos ora em navegação venham operando desde antes de 1940, ao contrário do que afirma a Capitania dos Portos. Há um mal-estar entre os estivadores

e os despachantes João Santos e Santos Silva. A classe entende que esses senhores dificultam a extinção da estiva livre e tomam atitudes em benefício dos armadores, prejudicando os trabalhadores da estiva. Há uma semana que acosta no porto de Recife grande número de embarcações de pequeno calado, com capacidade para cerca de três mil sacas de cimento, ou duas mil sacas de sal. Os serviços que cabem aos estivadores são realizados por pessoas estranhas, enquanto falta trabalho para os estivadores. A categoria considera que a estiva livre é muito prejudicial aos seus interesses, razão por que os estivadores estão dispostos a continuar lutando até a sua total extinção.

Os estivadores pernambucanos pleiteiam junto ao Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo várias reivindicações, entre outras as seguintes: quatro homens para o serviço de aborolamento; quatro homens para o serviço de belá; três guincheiros pagos pelas companhias de navegação, além do que todo o trabalho que necessitar de mais de 8 homens deve ter o excedente pago pelas companhias; pagamento à base da tabela oficial destinada às cargas cubadas, (exemplo: madeiras e vasilhames vazios); suspender qualquer interferência da DTM nas questões internas do sindicato, tais como: entrada de novos sócios, distribuição de cartões de reservas, etc. Entre os estivadores, há certo descontentamento com a atitude do atual Conselho da DTM, porque, há vários dias, seu órgão de classe enviou uma petição reivindicatória (conhecida por regimento interno) e até hoje o Conselho não se reuniu para apreciá-la. O referido Conselho é composto pelos representantes dos armadores, (agentes das companhias), de um vogal operário e do Capitão dos Portos, presidente da referida Conselho e Delegado do Trabalho Marítimo. Esse órgão da DTM não se reúne há cerca de dois anos. Há inúmeras questões pendentes exigindo soluções imediatas. Queixa-se a classe dos componentes do Conselho da DTM, que, com exceção do vogal operário, não demonstram boa vontade para com os estivadores. A classe pleiteia soluções satisfatórias para as suas reivindicações de caráter nacional e essas questões locais. Visando a serem atendidos em seus direitos, os estivadores se mobilizam, através do seu sindicato, a fim de entrarem em entendimento com a DTM e a Federação Nacional dos Estivadores, em busca de soluções para a chamada estiva livre e demais problemas específicos da estiva de Pernambuco.

Coluna do Leitor

MOACIR E NÃO ISSA

Do leitor dr. Divo Marino (Ribeirão Preto — São Paulo), recebemos uma carta cujos tópicos principais damos a seguir: «O vereador do PL, professor Moacir Alves Paulino, seguindo orientação do Diretório Municipal do Partido Libertador apresentou à Câmara de Vereadores da cidade de Ribeirão Preto um projeto de lei com o objetivo de dar às ruas desta cidade nomes de pessoas que realmente simbolizassem o Humanismo e o Patriotismo do povo brasileiro: Olga Benário Prestes, Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, Graciliano Ramos e Paulo Barro. A cópia deste projeto de lei foi ofertada ao sr. Luiz Carlos Prestes pelo vereador Moacir Alves Paulino. (...) Foi com surpresa que, hoje, ao ler NOVOS RUMOS verifiquei que a ação de Moacir Alves Paulino foi transferida para o vereador Issa Hallak, vereador que não teve a coragem de saudar Prestes quando o mesmo estive em Ribeirão Preto...»

Está feita a reificação pedida.

RELIGIÃO

«Desgraçadamente há muitos sacerdotes que se preocupam mais com política do que com a própria religião, falam mais em política do que no nome de Deus», diz-nos o leitor GP (de São Paulo). E mais adiante: «Eu gostaria de saber porque não existem santos feios. Por enquanto só tenho visto bonitos.»

Não sabemos explicar.

ESTOURO DA BOIADA

«O ex-capitão falou que a turma foi enganada. E é, nunca falou. É de palavra especializada. Se a carestia aumentou. Vai estourar a boiada.»

Esta é uma das estrofes de um poema que nos remeteu o leitor Joaquim Bonifácio (Monte Carmelo-MG), a propósito do resultado das eleições presidenciais.

CANTO DE F

«Esperança de um caminhar feliz, de multidões unidas cantando a verdadeira justiça, irmanadas pelo mesmo amor», diz a leitora Jusa (S. Paulo), em artigo que nos enviou, acompanhado de uma cartinha em que oferece sua colaboração. Muito obrigada.

LEGALIDADE DO PCB

«Pela vitória da causa nacionalista e pelo socialismo, pela legalidade do Partido e pela sua volta às grandes massas» — é assim que termina a carta que recebemos do leitor José Carlos Alexandre (Belo Horizonte), na qual ele confessa que, apesar das «advertências» dos comunistas, resolveu «sufragar o nome do candidato reconhecidamente entreguista, o senhor Quadros (...) tendo em mente somente a continuação do Movimento Nacionalista...»

Quanto ao seu pedido de crítica a determinados livros foi encaminhado à seção competente.

EXCURSAO À URSS

Os leitores Sílvia Roberto e Maria H. Filho, (Brasília) nos escreveram pedindo informações «sobre a excursão anual patrocinada pela URSS, ao seu território.» Não conhecemos o assunto. Pedimos dirigirem-se ao Instituto Brasil-URSS, na Rua México, 119 s. 1506 Rio.

SUGESTÕES E CRÍTICAS

Do leitor Agenor Bevilacqua (S. Paulo) recebemos carta com a seguinte sugestão:

«Em matéria fixa inserida em todos os números, o jornal deve pedir aos

Estudantes cearenses no Rio

Tomou posse no dia 29 último, em solenidade realizada no Salão Nobre da União Nacional dos Estudantes, a nova diretoria da União dos Estudantes Cearenses, órgão representativo dos estudantes do Estado nordestino radicados na Guanabara.

São os seguintes os novos diretores da entidade: presidente, Sérgio Ampère de Carvalho Louro; vice-presidente, Francisco Jerônimo Torres; 1º secretário, Antônio Valentim de Menezes; 2º secretário, Maria Almirio Evangelista; 1º tesoureiro, José Maria Pereira de Souza Peixoto e 2º tesoureiro, Francisco Jácome Gurgel.

leitores que enviem à redação as suas críticas e sugestões para que o jornal expresse o melhor possível a realidade brasileira, merecendo por isso o maior acolhimento no seio de nosso povo.»

Está atendida, em parte, a sugestão. O nosso endereço é: Av. Rio Branco, 257 — sala 1712 — Rio.

ALICE ALVES

Faleceu no dia 10 de outubro último, na cidade de Assis (São Paulo), a sra. Alice Alves, com a idade de 38 anos. Espósa do sr. Agnelo Cardoso de Moraes, Alice Alves destacou-se naquela e em cidade vizinhas como arduosa combatente da paz.

JOÃO HERNANDEZ

Faleceu na capital paulista, em setembro último, João Hernandez, velho militante comunista. Por ocasião dos funerais, José Duarte falou em nome de seus antigos companheiros.

COISAS DA UNIÃO SOVIÉTICA

Do leitor Fernando (Fruita-BH) recebemos uma carta com várias perguntas sobre a União Soviética. Aqui vão elas com as respectivas respostas:

1) Há quantos anos foram estabelecidas, pela primeira vez, relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS?

Resposta: — O Brasil estabeleceu relações com a União Soviética há quinze anos, em maio de 1945, tendo feito cessar essas relações no ano de 1947.

2) Quais os filmes soviéticos dos últimos anos premiados nos festivais internacionais de cinema de Cannes?

Resposta: — Em 1956, no Festival de Cannes, foi premiado o filme *O Quadrágimo Primeiro*, de Gregori Tchukrai. Em 1958, a película *Mikhail Kalatsov Quando Voam os Cogonhas*, e, em 1960, no mesmo festival, a obra de Mikhail Kalatsov, *A Balada de Soldado*.

3) Quantos hectares de terras virgens e devolutas foram assimilados, nos últimos anos, na URSS, e em que regiões se acham localizadas essas terras?

Resposta: — Nos últimos três anos, foram assimilados 36.000.000 de hectares de terras virgens e devolutas, situadas na Sibéria, no Caucásio e na região do Volga, no sudeste do país.

4) Quantos foguetes cósmicos (Luniks) foram lançados com êxito do território da URSS?

Resposta: — Foram lançados, até o presente momento, três foguetes cósmicos, comumente chamados de Luniks, sem contar os lançamentos de satélites artificiais da Terra, «Sputniks» e a nave cósmica.

São os seguintes os Lunik já lançados conforme a data

2-1-1959 — Lunik — satélite solar.

2-9-1959 — Lunik II — alcance à lua.

4-10-1959 — Lunik III — fotografou a outra face da lua.

A defesa de Cuba — um dever patriótico

(Conclusão da 1.ª pag.)

democrático e ant imperialista e de romper desta forma a unidade dos povos latino-americanos, indispensável à luta vitoriosa contra o inimigo comum.

OS IMPERIALISTAS dos Estados Unidos avaliam a ameaça que significa ao seu domínio continental a existência de um governo como o de Fidel Castro. Não se trata apenas de não querer largar a presa ou de não se conformar em perder as posições que possuem em Cuba. Trata-se de algo mais sério — de não permitir que tão perigoso precedente ganhe outros países do Continente, que outros povos latino-americanos sigam pela trilha aberta pelo heróico povo de Cuba. A agressão a Cuba é na verdade uma agressão a todos os povos da América Latina. Defendendo seus interesses em Cuba visam os círculos dirigentes de Washington preservar os interesses dos monopólios ianques em toda a América Latina.

OS GOVERNANTES norte-americanos compreendem, no entanto, que a agressão aberta a Cuba abalará seriamente o prestígio dos Estados Unidos em todos os países da América Latina, dar-lhes mesmo um novo impulso à luta ant imperialista no Continente. As condições atuais no mundo e na própria América já são hoje diferentes para que possam os Estados Unidos repetir impunemente a mesma manobra agressiva empregada contra a Guatemala. Além disso, sabem os imperialistas norte-americanos que ao lado do povo cubano encontram-se os países do campo socialista e, muito particularmente, a poderosa União Soviética que já por mais de uma vez se colocou decidida e abertamente ao lado dos povos que lutam contra o colonialismo, pela completa independência nacional. Daí, a preocupação com que procura hoje o governo de Washington encobrir ou mascarar a agressão que prepara contra o governo revolucionário de Fidel Castro, desde os primeiros dias de sua existência. De início, pensaram os imperialistas ianques utilizar os próprios naturais de Cuba vendidos aos monopólios e traidores de seu povo. Mas já se tornou claro que pequenos grupos de mercenários não chegam nem mesmo a abalar a solidez do governo revolucionário. A agressão precisa assumir maiores proporções, exige a mobilização de maiores forças e de grandes recursos militares. Pensaram então os círculos dirigentes de Washington lançar contra o governo de Fidel Castro outros Estados da América Latina, cujos governos realizam uma política externa caudatária do Departamento de Estado do governo ianque. Para tanto, o primeiro passo foi a Conferência de Santiago, que não chegou a nenhum resultado prático e afinal defendeu o princípio de não-intervenção. Uma nova tentativa no sentido de envolver na agressão a Cuba os governos dos países de América Latina foi feita com a realização da Conferência de São José, também convocada pela Organização dos Estados Americanos, a já célebre e reacionária OEA. Apesar, porém, da subserviência revelada pelos representantes de alguns países, entre os quais se destacou o ministro do exterior do Brasil, sr. Horácio Lúfer — meço de recado do sr. Herter —, a conferência não pôde ir além de uma Nota contra a suposta interferência da União Soviética em Cuba, ridícula declaração que pretende proibir ao governo de Cuba, ameaçado de agressão pelos Estados Unidos, aceitar a solidariedade e a ajuda desinteressada e oportuna do grande país socialista.

A CONTECIMENTOS mais recentes, como a total proibição de exportações para Cuba e, em seguida, a retirada do embaixador ianque de Havana, são indícios claros de que o governo de Washington não desistiu de seus intentos criminosos e que continua preparando a agressão militar contra Cuba. Organizam-se forças mercenárias nos próprios Estados Unidos (Flórida), na Guatemala e outros países da América Central e intensificam-se no Continente inteiro a preparação psicológica contra o governo de Fidel Castro. A imprensa reacionária já passou unânime ao terreno da difamação, da calúnia e dos ataques sistemáticos ao governo de Cuba com a intenção evidente de justificar a intervenção armada e de conseguir o total isolamento no Continente do governo de Fidel Castro. Isto significa que não se trata apenas de nos mantermos vigilantes contra a agressão dos Estados Unidos a Cuba, mas de não permitirmos que o próprio governo do Brasil seja arrastado pelo servilismo de um Lúfer ou de outro laçao qualquer do imperialismo à posição de instrumento dos Estados Unidos para a agressão ao país irmão e ao seu governo revolucionário.

O POVO cubano é invencível, como todo povo que luta pela independência e pela liberdade. Está efetivamente unido em torno de seu governo e já demonstrou que saberá lutar até a morte em defesa da soberania da Pátria e de suas grandiosas conquistas. Uma agressão militar a Cuba seria, pois, uma guerra sangüinária que levaria ao sacrifício de milhares de vidas. Nenhum democrata, mesmo aquele que por ventura ainda discorda do governo revolucionário de Fidel Castro, pode concordar com a intervenção militar em Cuba ou ficar inativo diante da ameaça de tão injusto e hediondo morticínio.

NÃO podemos nós, brasileiros, patriotas e democratas, ficar de braços cruzados diante da crescente ameaça ianque de intervenção militar em Cuba nem, muito menos, permitir que o governo brasileiro comprometa nosso povo em tão infame e sujo empreendimento. Defender a revolução cubana é defender aqueles que com valentia e dignidade estão à nossa frente, constituem a vanguarda audaciosa da grande luta que travamos pela emancipação completa do Brasil, pelo progresso e pela liberdade.

EM DEFESA de Cuba, contra aqueles que se preparam para agredir-la, contra a subserviência do governo brasileiro que compromete nosso povo em convivência com o crime, é nosso dever tudo fazer para esclarecer o povo brasileiro, mobilizá-lo e organizá-lo para levantar seu protesto e manifestar sua indignação e sua disposição de luta em defesa do valente povo irmão de Cuba. Que os bandidos dos círculos dirigentes de Washington saibam que se tocarem em Cuba terão de enfrentar também a todos os patriotas democratas do Brasil que se levantarão unidos em solidariedade ao valente povo de Martí e que saberemos utilizar a oportunidade para intensificar nossa própria luta pela emancipação completa do Brasil, contra o explorador e opressor norte-americano, que haveremos também de expulsar de nossa terra. Mobilizemos, pois, nosso povo em torno da histórica Declaração de Havana, verdadeira carta programática dos povos da América Latina, já solenemente aprovada pelo povo cubano e que merece o integral apoio de todos os patriotas e democratas do Brasil.

Operário Soviético Aprende Português e Troca Selos

A cidade de Gorki, na República Federativa Russa, chamava-se antes da revolução socialista Nijni-Novgorod. Era uma pequena cidade de Volga, mais aldeia do que cidade. Foi aí que nasceu o autor de um dos primeiros romances em que aparecem operários na luta aberta contra a agressão capitalista e pelo socialismo. Chamava-se o romancista Máximo Gorki e seu romance *Cerreu mundo nos comços do século e ajudou a forjar em gerações o espírito revolucionário* — A Mãe.

Quando veio a revolução, Nijni-Novgorod só podia orgulhar-se de uma coisa: ter sido o berço de um filho ilustre, escritor revolucionário e amigo de Lênin.

A pequena e apagada Nijni-Novgorod mudou de nome depois da Revolução de Outubro — passou a chamar-se Gorki. E transformou radicalmente sua fisionomia: de uma cidadezinha atarefada tornou-se num grande centro industrial, com usinas metalúrgicas e fábrica de automóveis, contando hoje cerca de um milhão de habitantes, na sua maior parte população operária.

É de Gorki que chega à redação de *Novos Rumos* uma carta escrita em português. Não que algum brasileiro esteja lá estudando; mas um russo, um soviético aprende português. E já conhece o bastante para dizer com suficiente clareza, embora ainda com erros de gramática e ortografia, o que deseja de comunicar-se conosco. Eis sua carta:

URSS — Gorki, Rua Burdenko, nº 10, ap. 3.

Prezados camaradas:

Saudações!

Eu tenho vários números de *Novos Rumos*, é verdade já bastante velhinhos, mas sempre interessantes, principalmente para mim, pois conheço um pouco do idioma português.

Vocês analisam diariamente bem a situação internacional e nacional. Jar-

nal que escreve a verdade é sempre favorito do povo.

Antes de tudo, queria transmitir minha admiração pelo povo brasileiro e desejar para vocês sucesso nas lutas pela paz e a independência econômica de vossa grandiosa pátria.

Eu sou um cidadão da cidade de Gorki, operário da fábrica gigante de automóveis. Nossa fábrica sempre executa os planos antes de tempo, do que nós operários somos muito orgulhosos. Já há muito tempo nossa indústria da cidade de Gorki passou para o dia de trabalho de 7 horas. Agora temos bastante tempo para cada um ocupar-se de descanso mais favorito.

Eu sou um entusiasta da filatelia, coleciono selos de correio, tenho uma coleção de 3.500 selos de todos os países do mundo. Por meio de vossa respeitável jornal queria encontrar amigos filatelistas brasileiros para com eles trocar selos brasileiros e da América do Sul por selos da União Soviética e outros países. Espere que os amigos atenderão a meu pedido e em breve receberei cartas de amigos filatelistas brasileiros.

Antecipadamente grato, fico aqui na cidade de Gorki à sua disposição. Aceitem um forte abraço de um cidadão soviético.

A. Krautz».

(Vem em seguida o endereço em português e em russo — Rua Burdenko, nº 10, ap. 3, Gorki, URSS).

Naturalmente, muitos brasileiros gostarão de ler em dia suas coleções de selos soviéticos. Ai está uma oferta interessante, pois a barreira da língua já foi vencida por esse operário filatelista soviético que numa longuinha cidade do Volga conseguiu aprender português suficiente para manter correspondência com filatelistas do Brasil. De nossa parte, enviaremos a Krautz exemplares de *Novos Rumos* que possam ajudá-lo a aperfeiçoar seu aprendizado de português.

NOVOS RUMOS

Diretor
Mário Alves
Diretor Executivo
Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe
Fragmom Borges
Secretário
Luiz Fernando Cardoso
Gerente
Guttenberg Cavalcanti
Redatores

Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1710 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro, 228
8º andar — s/827
Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico —

“NOVOS RUMOS”
ASSINATURAS
Anual Cr\$ 500,00
Semestral " 250,00
Trimestral " 150,00
Área anual, mais " 200,00
Área trimestral, mais " 100,00
Número avulso " 50,00
Número atrasado " 10,00

Tópicos Típicos

Continua Ionesco a ser assunto dos suplementos literários. O GLOBO do último sábado publicou um artigo do velho (e até certo ponto hábil) mistificador rumeno. O JORNAL DO BRASIL, no mesmo dia, publicou o início de polémica entre Ionesco e o crítico inglês Kenneth Tynan — início, apenas, porque o debate se interrompeu com a fuga do primeiro e com a intervenção inteligente de Orson Welles.

Observou Welles que o "apolitismo" de Ionesco encerra um grave equívoco, que é o de ter também uma significação política, ou um efeito político.

"A neutralidade é de qualquer forma uma posição política como as outras, e inúmeros são os confrades de M. Ionesco que puderam meditar sobre suas consequências práticas na única torre de marfim verdadeira que o nosso século erigiu: o campo de concentração".

Ionesco não tinha outro jeito, mesmo, senão o de fugir da sala e abandonar o debate. Meter o rabo entre as pernas e escafeder-se.

João das Neves já observou, num artigo publicado exatamente aqui, em NOVOS RUMOS, que o sucesso de Ionesco junto às nossas "elites" é devido mais ao sentido de teatro que a sua obra encerra, isto é, mais ao próprio conteúdo ideológico do seu trabalho, do que, por assim dizer, à efetiva qualidade artística das suas peças. Porque, se é verdade que o autor rumeno tem talento, é verdade também que ele não é nenhum gênio. Sua supervalorização se explica é pelo seu negativismo.

Paulo Francis contou, outro dia, em ÚLTIMA HORA, que Ionesco, durante os seus últimos dias de permanência no Brasil, quando lhe propunham questões que envolvessem o problema do conteúdo ideológico no teatro, perguntava logo ao interlocutor:

— O senhor é marxista?

Ionesco não quer saber de discussões ideológicas — e por isso abandonou o debate com Kenneth Tynan e Orson Welles, apenas incluído. Por isso, igualmente, quando aqui lhe faziam perguntas acerca de implicações político-sociais ou filosóficas em peças de teatro, assustava-se e queria saber se estava falando com um marxista.

O que horroriza Ionesco no ponto-de-vista marxista não é propriamente a posição teórica, mas a responsabilidade prática fixada para o intelectual, a fatalidade do engajamento, o caráter inevitável da participação na luta revolucionária. Ionesco teme (compreensivelmente) que lhe meçam e julguem pela significação ideológica aquilo que pretende absolutamente gratuito: o seu teatro.

Ah, como seria agradável para ele que o intelectual, bastando formular tal desejo, ficasse isento de responsabilidades políticas... Como ele ficaria tranqüilo, satisfeito, se todos reconhecessem a "pureza" do seu trabalho, o nenhum compromisso resultante da sua condição de esteta... Como gostaria que lhe permitissem escrever peças ilimitadamente "abertas"...

Então, o teatro de Ionesco de tão arejado de tão ventilado seria, por assim dizer, fresco.

Pedro Severino

LITERATURA BRASILEIRA NA TCHECOSLOVAQUIA

ZDENEK HAMPEJS

Professor Visitante da Fac. Nac. de Filosofia da Univ. do Brasil

A delegação tchecoslovaca apresentou ao recente Congresso Internacional do PEN Clube, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma publicação, editada especialmente por ocasião desse conclave e intitulada: «As literaturas brasileira e portuguesa, espanhola e latino-americanas na Tchecoslováquia desde 1945 até maio de 1960». Apesar da lista se limitar a um reduzido período de tempo e registrar apenas traduções publicadas em forma de livro, inclui 92 autores brasileiros, hispano-americanos, portugueses e espanhóis, cujas obras — no total de 294 — foram publicadas em tradução tcheca ou eslovaca. Uma terça parte da bibliografia é constituída de autores e livros brasileiros e portugueses. Este número nos parece bastante elevado.

A Tchecoslováquia é, de fato, um país que dedica grande atenção às literaturas estrangeiras e à tradução das suas melhores obras para o tcheco ou o eslovaco. Aquilo que se costuma chamar de «paradoxal ofício da tradução» desfruta em nossa terra de uma antiga tradição. Desde a época do ressurgimento nacional — quer dizer, a partir dos fins do século XVIII e começo do século XIX — os mais eminentes poetas e escritores tchecos consideraram questão de honra a tradução de obras literárias de outros países, com o objetivo de oferecer, em sua língua materna, a mais fiel tradução do original; e foi sobretudo no século XIX, quando grandes representantes da literatura tcheca, na tentativa de reestabelecerem os contatos espirituais do nosso povo (que vivia, então oprimido política e socialmente sob a monarquia austro-húngara) com outros países e de «abrir as nossas janelas para a cultura das outras nações», esforçavam-se por apresentar ao nosso público leitor os melhores frutos da árvore literária de outros povos. Foi, por exemplo, o maior poeta tcheco das últimas décadas do século XIX, Jaroslav Vrchlický, que contribuiu para familiarizar os leitores tchecos com as mais altas criações das literaturas estrangeiras — com Molière, Corneille, Hugo, Dante, Carducci, Shelley, Whitman, Goethe, Mickiewicz, Petöfi, Calderón, Verdaguer, Lope de Vega e — o que ; mais significativo — com Camões e Antero de Quental.

Se voltarmos os olhos para os dias de hoje, veremos a grande atenção que vêm dando as nossas editoras aos livros traduzidos. Não se publica nem uma só tradução que não seja lida por uma pessoa — um redator da editora que conhece a língua do original e coteja palavra por palavra, linha por linha, o texto traduzido com o texto original. A discussão que se mantém com o tradutor, uma vez terminada a leitura, serve, na maioria dos casos, para melhorar a qualidade do texto e impede a publicação de uma tradução má, inadequada. O trabalho do tradutor torna-se, pois, exigente, por

poder-se provar facilmente a sua qualidade. A fim de atender a essas exigências, o tradutor pode frequentar uma série de cursos, em que se estudam vários problemas ligados com a técnica da tradução e onde os tradutores comparam os seus métodos de trabalho e os mais experientes iniciam os estereótipos nos mistérios do seu ofício. Os tradutores estão agrupados numa importante associação, o Círculo de Tradutores, que faz parte da União dos Escritores Tchecoslovacos, divididos em grupos segundo as línguas, e que debatem nas sessões ordinárias as questões tanto teóricas como práticas, as questões do trabalho de um tradutor, ou as que surgiram no decorrer da tradução de uma obra literária. Nestas discussões se esclarecem muitos pontos obscuros e duvidosos, sendo as mais valiosas contribuições publicadas numa revista do Círculo dos Tradutores, que se chama: Diálogo.

Esta explicação geral foi necessária, para vermos que há na Tchecoslováquia todas as condições para que as literaturas estrangeiras (inclusive a brasileira) sejam apresentadas aos leitores de maneira digna e representativa. Se a isso se soma ainda a tiragem elevada de todo o livro traduzido (p. ex., 63.000 exemplares atingidos pela segunda edição de O Cortiço e 123.000 exemplares da primeira edição de Gabriela Cravo e Canela) podemos dizer que todos os livros traduzidos penetram nos mais longínquos recantos do país e no seio de qualquer família, porque qualquer uma, tendo interesse, pode adquirir o livro, cujo preço é sempre muito barato.

A literatura brasileira é uma das literaturas estrangeiras que, sendo praticamente desconhecidas até a Segunda Guerra Mundial, conseguiu, no último decênio, despertar o interesse dos nossos leitores. Há uns dez anos, ninguém sabia, entre nós, da existência da literatura brasileira, ninguém conhecia os seus altos valores. Hoje a literatura brasileira goza de uma posição firme em nossa vida cul-

tural, além de um grande prestígio por parte dos nossos leitores que em poucos dias esgotam toda a tiragem da tradução de qualquer escritor brasileiro.

Mas para o conhecimento da literatura de outro povo e, neste caso, do povo brasileiro, servem não só as traduções, mas também os estudos sobre o autor e a sua obra literária, os quais costumam acompanhar as nossas edições de livros traduzidos. Não são meros prefácios ou posfácios, são, geralmente, substanciosos estudos, verdadeiros capítulos da história literária do respectivo país. Além disso, em revistas aparecem sempre ensaios sobre os maiores vultos das literaturas estrangeiras. Assim, foi dada ultimamente grande atenção a Euclides da Cunha, que, por motivo do cinquentenário de sua morte, foi alvo de conferências, artigos e estudos entre nós.

Parece-nos que já demos os primeiros passos no que concerne à divulgação da literatura brasileira na Tchecoslováquia. Mas temos ainda de percorrer uma boa parte do caminho. Precisamos e pretendemos publicar uma antologia da poesia brasileira e de contos brasileiros; vamos lançar novas obras de Aluizio Azevedo e de Machado de Assis, o Ateneu de Raúl Pompílio; vamos publicar obras de Lima Barreto e José Lins do Rego e romances de autores contemporâneos.

Para terminar, gostaríamos de salientar que este processo da divulgação da literatura brasileira na Tchecoslováquia ultrapassa, quanto ao seu significado, as fronteiras do nosso país. Entre os países socialistas, que se sentem próximos, uns dos outros, devido ao mesmo sistema de economia e de vida cultural, bem como da maneira de viver, existe um verdadeiro intercâmbio dos valores intelectuais. Uma obra da literatura estrangeira, publicada em tcheco, pode penetrar rapidamente num dos países vizinhos, despertar o interesse dos editores e ser traduzida também para a língua deste outro país. Se levarmos em conta

esse fato, tanto mais importante nos parece a divulgação da literatura brasileira na Tchecoslováquia — divulgação essa, que aproxima cada vez mais os povos do Brasil e da nossa terra, justamente numa época em que as distâncias no mundo se reduzem e a Terra se está tornando pequena, graças aos progressos humanos na ciência e na técnica.

Bibliografia das obras da literatura brasileira, publicadas (em livro) em tcheco ou eslovaco, no período de 1945 — 1960:

- Manuel Antônio de Almeida: Memórias de um sargento de milícias (em tcheco 1950)
- Jorge Amado ABC de Castro Alves (em tcheco: 1.º ed. 1951, 2.º ed. 1952); Albânia é uma festa (em tcheco 1950, em eslovaco 1951); Capitães da areia (em tcheco, 1.º ed. 1949, 2.º ed. 1949); Gabriela, Cravo e Canela (em tcheco, 1960); Jubiabá (em tcheco, 1.º ed. 1949, 2.º ed. 1951); Mar morto (em tcheco 1948); O Mundo Via Paz (em tcheco 1951); São Jorge dos Ilhéus (em tcheco, 1.º ed. 1950, 2.º ed. 1951; em eslovaco 1953); Seara Vermelha (em tcheco 1950, em eslovaco 1952); Os subterrâneos da liberdade I. II. (em tcheco 1954); Suor (em tcheco 1949); Terras do sem fim (em tcheco, 1.º ed. 1948, 2.º ed. 1953; em eslovaco 1948); Vida de Luís Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança, 1.º ed. 1949, 2.º ed. 1951; em eslovaco 1952).
- Aluizio Azevedo: O Cortiço (2.º ed., em tcheco 1957).
- Castro Alves: Os escravos (em tcheco 1951) e Gonzaga ou a Revolução em Minas (em tcheco 1959).
- Guilherme Figueiredo: A mui curiosa história de virtuosa matrona de Efeso (em tcheco 1959); Os fantasmas (em tcheco, 1960) e A raposa e as uvas (em tcheco, 1958; em eslovaco 1958).
- Graciliano Ramos: Vidas secas (em tcheco 1959).
- Machado de Assis: Dom Casmurro (em tcheco, 1960).

ME TRAE UNA CUBA LIBRE

RUY GUILHERME PARATA (Belém — Pará)

Me trae una Cuba-Libre porque Cuba livre está ralo de sol me descubra canção me venha habitar me trae una Cuba-Libre porque Cuba livre está

Pero sol e raro dia la negra noche arrastou o luto que me cobria Sierra Maestra rasgou me trae una Cuba-Libre Cuba livre Libre estou

Cuba-Libre livre Cuba quen te puede esclavizar? el canto que nasce livre Libre quer te celebrar me trae una Cuba-Libre porque Cuba livre está

E que belo éste sol novo de barbas se levantando de semente germinando outros sóis outras manhãs! e a bandeira tremulando Mr. Sam desesperando Rojo grito proclamando: «abaixo o imperialismo rola cadáver do abismo que Cuba se libertou»

Vinte manhãs me matel vinte manhãs quis matar nos porões onde penel Cuba me vinha acordar me trae una Cuba-Libre porque Cuba livre está

Me trae una Cuba-Livre! Me trae una Cuba-Libre! Me trae una Cuba-Libre Fidel Castro me chamou.

Será um Ensino?

O grande, enorme, espantoso êxito que vem alcançando o livro «Quarto de despejo» de Carolina Maria de Jesus, leva-nos a uma série de perguntas: por que despertou tanto interesse este livro que as edições (já está na quinta) se esgotam rapidamente? por ser um documento humano, sofrido e vívido documento? por ser escrito por uma mulher preta, semi-alfabetizada? por ser fruto nascido numa favela paulista? (Quando em entrevista a um jornal, Jean-Paul Sartre disse, aqui no Rio, que favelas há nas grandes capitais do mundo capitalista, um cronista social ficou muito zangado e perguntou na sua crônica se alguém já vira favela em Londres ou Nova York. E respondeu-lhe próprio: eu nunca vi, e o hem que tenho viajado muito. Imaginem só, esse moço nunca viu miséria e pensa que as favelas são exclusividades brasileiras...) Vende-se assim e muito o livro de Carolina Maria por que ninguém ou muita gente não sabia que pessoas existem comento no lixo, estando bolachas em portas de fábrica de biscoitos, etc?

A revista «Lectura» promoveu uma enquete sobre «Quarto de despejo». Jorge Amado respondeu assim: «Trata-se de um documento impressionante. Necessitamos de outros livros assim, escritos por homens do campo, trabalhadores, gente capaz de nos dar um retrato da realidade brasileira. E como documento que devemos ler o livro de Carolina Maria de Jesus». Terá razão esse querido e grande romancista? Sem dúvida alguma; quanto mais livros no tipo de «Quarto de despejo» forem publicados, mais iremos tomando conhecimento do Brasil ou melhor: esses livros são aconselháveis, principalmente aqueles que nada conhecem do país. Aníbal Machado disse, na mencionada enquete que o livro é uma bofetada no rosto de todos nós e que «é de desejar que os ricos e responsáveis pelo bem público tenham à sua cabeceira o livro da humilde cajadora de papel, para lê-lo e tirar as consequências». Sempre sonhador, esse querido e bom amigo Aníbal Machado. Os ricos e responsáveis fozem vertiginosamente de tirar consequências...

Creio que todo o sucesso do livro de Carolina Maria de Jesus reside num fato: é um depoimento humano, doloroso, triste, se bem que ela saiba sorrir na sua miséria. Além disso, a publicidade encarregou-se de contar à toda gente, que naquele livro surgia uma negra escritora, cheia de fome. Carolina Maria não é uma escritora pois para tal falta-lhe a conquista da profissão (conhecimentos da língua, da literatura, etc.) mas todo mundo quer saber o que ela conta e porque conta. Talvez a sua linguagem seja aquela que o povo espera sempre. Uma linguagem errada, mas simples compreensiva, direta. Vejo agora nos jornais que Carolina vai processar um repórter americano da revista «Time» que entrevistou-a e acabou falando mal de sua honra. Ela declarou: «É sabido que os norte-americanos não gostam de negras e quando escrevem sobre elas é para diminuí-las». E terminou dizendo que não gosta dos lanques: «são desumanos demais».

Incluído

ALEX VIANY VAI FALAR SOBRE A COMEDIA NO CINEMA

No próximo dia 7, às 20 horas, no auditório da Câmara dos Vereadores o crítico e cineasta Alex Viany pronunciará uma conferência subordinada ao título «A Comédia no Cinema». A manifestação marcará o início de um ciclo dedicado aos filmes da dupla Stan Laurel e Oliver Hardy, que será apresentado pelo Clube de Cinema

do Rio de Janeiro no auditório da Câmara Municipal.

O programa é o seguinte: dia 7, às 20,45, «Casamento atrapalhado», que foi exibido comercialmente com o título «Era uma vez dois valentes»; dia 14, às 20 horas, «Marujos improvisados»; dia 21, às 20 horas, «Paixonite aguda»; dia 28, às 20 horas, «Dois palermas em Oxford».

Cinema: críticos vão realizar 1ª Convenção

Patrocinada pela Cinemateca Brasileira, realizar-se-á em São Paulo, de 12 a 15 do corrente, a I Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica. O certame, que também é promovido pela Comissão Estadual de Cinema, do Conselho Estadual de Cultura da secretaria dos Negócios do governo do Estado de São Paulo, tem por finalidade reunir todos os que exercem atividade crítica cinematográfica para: a) estimular o espírito de união entre os críticos de cinema do país; b) estudar os problemas defrontados pela crítica cinematográfica, no âmbito do temário indicado, e sugerir soluções; c) recomendar o estabelecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento cultural e industrial da cinematografia em nosso país; d) divulgar as resoluções e recomendações da Convenção.

O programa organizado para a manifestação compreende a realização de duas sessões solenes (abertura e encerramento), com a presença de altas autoridades, e a realização de sessões plenárias durante as quais serão discutidos os temas da ordem-do-dia e as teses apresentadas. A Convenção terá delegados oficiais, que serão representantes das autoridades federais, estaduais e municipais; convidados de honra, escolhidos especialmente pela Comissão Estadual de Cinema, e os membros, que serão todos os críticos de cinema devidamente credenciados.



Em solenidade realizada no salão nobre da União Nacional dos Estudantes, secundaristas, universitários e professores manifestaram mais uma vez seu total apoio à luta em defesa da escola pública e pela aprovação de um projeto de diretrizes e bases que satisfaça às necessidades do povo brasileiro na matéria de educação.

Defesa da Escola Pública

DIA NACIONAL COMEMORADO NA UNE

RIO COMANDA AÇÃO NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Dirigida pelo presidente da UBES, o estudante Jarbas Santana, realizou-se dia 31, no salão nobre da União Nacional de Estudantes, uma sessão solene comemorativa do DIA NACIONAL DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA.

Participaram da mesa: professor José A. Mascarenhas representante do professor Anísto Teixeira; Oliveira Guanais, presidente da UNE, professor Serafim Porto, Enéias Faria, presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas, e o representante da União Secundarista Espírito-santense.

Oradores

Abriundo a lista de oradores falou o estudante Nei Shorolevich coordenador da Campanha Nacional de Defesa da Escola Pública (CANADep), órgão criado por decisão da I Convenção Nacional em Defesa da Escola Pública, recentemente realizada no Estado da Guanabara com a presença de representantes da maioria dos Estados da Federação. Disse o orador que o Dia de Defesa da Escola Pública foi uma decisão daquele importante encontro secundarista; foi aceita por todos os estudantes

como o ponto de partida para a realização de uma ampla campanha entre os estudantes contra os mercadores do ensino. «Neste momento, afirmou o estudante Ney Shorolevich, estão se realizando em 20 Estados do país atos públicos iguais a este e orientados pelos mesmos objetivos que nos trouxe a este salão de conferências.

Falaram a seguir: o presidente da UNE, estudante O. Guanais que deu todo o apoio dos universitários à campanha lançada pelos secundaristas. Disse ele: «A Escola Pública é intocável como intocável é a Petrobrás, mas se a Petrobrás já é uma conquista vitoriosa a Escola Pública é uma meta a ser conquistada». O prof. Serafim Porto, que ressaltou a necessidade de se ampliar a Escola Pública e vencer suas atuais deficiências; os representantes da União Paranaense de Estudantes Secundaristas e da União de Estudantes Espírito-santense solidarizando-se com a campanha.

Jânio e Jango não compareceram

Encerrando a sessão solene falou o estudante Jarbas Santana, pre-

sidente da UBES, que após expor os objetivos e planos da campanha que ora se inicia, comunicou aos presentes que especialmente convidados não compareceram ao ato o presidente e vice-presidente da República eleitos no último pleito eleitoral, sr. Jânio Quadros e João Goulart respectivamente, bem como o ministro da Educação, sr. Clovis Salgado. Os estudantes pretendiam entregar aos mesmos um memorial contendo as principais reivindicações dos estudantes secundaristas. «Não compareceram nem enviaram sequer seus representantes, disse o presidente da UBES, e por essa omissão é que devemos mais e mais nos unir para vencer em todo o país a batalha da Escola Pública.»

Encerrando o ato agradeceu a todos que vem dando seu apoio a campanha e especialmente ao professor Anísto Teixeira que além de enviar o seu representante ao ato, enviou aos estudantes uma mensagem onde expressa a confiança na juventude de seu país que se lança com ardor em tão importante batalha.

250 Mil Trabalhadores em Greve em São Paulo: Aumento de Salários

Notas de São Paulo

Mais de 7 mil indústrias na capital paulista e muitas no vizinho porto de Santos estão paralisadas em virtude da greve de mais de 200 mil trabalhadores metalúrgicos e gráficos que lutam para conquistar aumento de salários. A greve dos metalúrgicos começou exatamente a zero hora de segunda-feira, após decisão unânime de milhares de trabalhadores reunidos, no domingo, em memorável assembleia realizada na sede do sindicato. Os gráficos, também, em gigantesca assembleia realizada no estádio distrital da Mooca, somente efetivaram o movimento às últimas horas da tarde de segunda-feira, após o realçamento dos entendimentos que se realizaram naquele dia na Delegacia Regional do Trabalho.

Justeza da luta
O movimento que engloba duas das mais importantes categorias de

trabalhadores da capital paulista, só eclodiu após o fracasso de todas as tentativas para se chegar a um acordo amigável.

Os metalúrgicos propuseram um aumento da ordem de 50%, que não foi aceito pelos empregadores. Estes, nos entendimentos realizados na DRT fizeram uma contraproposta irrisória (29,4% com teto de 3.500 cruzeiros), que foi prontamente recusada pelos representantes dos trabalhadores. Tentou-se uma conciliação, mas esta se tornou impossível em virtude da intransigência patronal. Na reunião realizada segunda-feira na Delegacia Regional do Trabalho, os metalúrgicos fizeram uma nova proposta: 40% sem teto também recusada pelos patrões que, inclusive, após tomar conhecimento da mesma, abandonaram a reunião alegando «intransigência» dos trabalhadores ao discutir a questão. O fracasso

das negociações levou os dirigentes do sindicato a adotar medidas no sentido de prosseguir a greve até a vitória final.

Em relação aos gráficos, o impasse se situa em torno de pequena diferença no teor das propostas feitas pelas partes, o que leva a prever uma pronta solução da paridade.

O movimento

Após a decretação da greve, já na manhã de segunda-feira a paralisação no setor metalúrgico era total. A ação dos piquetes se fez sentir desde as primeiras horas, principalmente na zona Leste da cidade, onde se concentram as grandes indústrias do setor. A cidade amanheceu fortemente policiada não tendo sido registradas violências. Apenas um incidente ocorreu no primeiro dia de greve, sendo protagonista do

mesmo o filho de um industrial que, desesperado por ver que os operários abandonavam o trabalho e se reuniam no piquete de greve, investiu com seu automóvel contra um grupo de trabalhadores fazendo quatro pessoas, uma das quais foi internada em estado grave no Hospital das Clínicas.

Ao fim do primeiro dia de greve, o comando do movimento, instalado na sede do sindicato, anunciava o sucesso total da greve com a paralisação de todas as grandes indústrias da capital e de Curulhos, além da grande maioria de pequenas indústrias existentes no centro urbano de São Paulo e nos subúrbios.

Os gráficos

Com a decretação da greve dos gráficos as primeiras horas da noite de segunda-feira, os piquetes formados logo após a decisão iniciaram sua atividade visando às empresas jornalísticas. Grupos de trabalhadores se dirigiram às oficinas que imprimem os matulinos paulistanos para exortar seus companheiros a aderir à greve. A maioria dos jornais da capital deixou de circular, assim como os mais importantes da cidade de Santos. Nos outros setores da categoria a paralisação foi total.

Policimento

Com a eclosão do movimento grevista, todas as unidades da Força Pú-

blica de São Paulo entraram em rigorosa prontidão na Capital. Gigantesco aparato bélico foi posto à disposição da DOPS, assim como mais de 4 mil homens entre milicianos, guarda-civis e elementos da polícia civil. Todos as pelotões formados para realizar o policiamento da cidade tem à sua disposição carros-lanque e grande quantidade de bombas de gás lacrimogêneo. Soldados foram dispostos nas principais indústrias do setor e centenas deles patrulham constantemente as zonas de maior concentração de empresas das categorias afetadas pelo movimento.

Participação das autoridades

O governador Carvalho Pinto, que se encontrava ausente, regressou aos Campos Eliseos logo que foi informado da eclosão da greve. Manteve-se em constante contato com seus auxiliares mais diretos, principalmente com os chefes do policiamento, dos quais recebeu diversos relatórios. Por outro lado, o secretário do Trabalho informou estar em permanente contato com o gabinete do ministro do Trabalho. O representante do ministro Balista Ramos, sr. Luis da Costa Araújo, que durante o primeiro dia de greve manteve contatos frequentes com o sr. Paulo Marzagão, entrevistou-se na noite daquele dia com o sr. Antônio Deviate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, nada inspirando do encontro.

O deputado Ciro e as greves

O deputado do PSP, sr. Ciro Albuquerque, opôs-se sobre o surto de greves e disse: «As greves traduzem desespero e aflicção e no seu bôjo, prejuízos reais para a economia da Nação». E prosseguiu: «Tanto isso é exato, que na Rússia tal direito inexiste. Ali a economia é dirigida e o poder do Estado, mais rigoroso, não permite seja a economia perturbada com manifestações dessa ordem».

O problema é outro. Greve é assunto provocado pelo antagonismo das classes. Na URSS, há 43 anos, precisamente, deu-se a revolução socialista, sob a direção do Partido Bolchevique, liderado por Lenin. Os exploradores, como classe, foram riscados do mapa. A classe operária assumiu o poder e instituiu uma nova era nas relações de trabalho. Não se trata, como pretende o deputado, de ser mais ou menos rigoroso o Estado Soviético. Apenas que ali há apenas trabalhadores e estes não encontram motivo para greves. O dr. Caio Prado Júnior visitou a URSS ultimamente. Converteu com ele o deputado Ciro, e muita coisa aprenderá.

O padre viu mais claro

Já o padre Godinho, deputado da UDN, apesar de uns palpites de caráter reacionário (que lhe assentam bem, diga-se de passagem), viu muito mais claro. Disse ele à imprensa: «O Brasil está dividido em duas partes: uma pequena parte rica e próspera, e uma outra, intensa, à qual falta tudo: casa, comida, roupa, remédio, instrução». Muito bem. E daí? A parte pequena não estaria aglutinada. Pelo menos em São Paulo, na aristocrática UDN, de conhecidos banqueiros e latifundiários? Não pertenceria ao pequeno grupo de exploradores mais qualificados, os diretores das grandes empresas imperialistas que operam em nosso Estado? Todos eles mais ou menos integrados ou simpáticos da UDN? Com quem estaria, realmente, o padre Godinho, com os minoritários, ou com os majoritários? As greves estão aí... O deputado Godinho poderia aparecer para uma ajuda aos grevistas: parte das dúvidas aqui expostas, desapareceria.



No domingo os trabalhadores gráficos realizaram uma assembleia na sede do sindicato, esperando a resposta (que não veio) à proposta que fizeram de aumento salarial. Pacientes, eles convocaram então uma assembleia para segunda-feira, no estádio distrital da Mooca, a fim de esperar o resultado das negociações que se realizariam no TRT.

Primeira assembleia

SAPATEIROS RECHAÇARAM MANOBRA PATRONAL DE CP

Vitoriosa a Greve Dos Calçados: Operários Ganham Aumento de Vinte e Cinco Por Cento

Deflagrando a greve da última semana os trabalhadores na indústria de calçados de São Paulo, obtiveram um êxito parcial, porém expressivo. Inicialmente, constata-se que a greve foi decretada quando a produção nas fábricas atinge o maior coeficiente, às vésperas dos festejos natalinos, quando os consumidores realizam maiores compras. Taticamente, assim, os trabalhadores desfecharam o movimento na época certa, o que concorreu para que a greve fosse rápida e vitoriosa.

a proposta e optou por novos entendimentos, já na Justiça do Trabalho, com palavra-de-ordem de greve, adblada em assembleia que reuniu cerca de 8 mil trabalhadores, representando 25 mil. Pleitearam 55 por cento de aumento, sem teto, 240 horas de abono de natal e desconto de um dia de salário, anualmente, para a construção da nova sede do sindicato. Os empregadores repeliram essa proposta e o delegado do Trabalho, conciliando, sugeriu: 35 por cento de aumento com teto de 5 mil cruzeiros. Os empregadores rejeitaram também essa proposta e os trabalhadores, por sua vez, decidiram levar o caso à assembleia da categoria. Esta aprovou os 35 por cento, mas com um teto de 5.500, e não de 5 mil como desejava o delegado do Trabalho. Obrigaram com isso os empregadores a um aumento de salários e rechaçaram aquela proposta do delegado.

Governador derrotado

Os elementos do setor em greve, através da Federação das Indústrias e dos Campos Eliseos (Carvalho Pinto), tentaram impedir que a greve fosse decretada, propondo o seu adiamento para 48 horas, a fim de estudarem a situação. Os trabalhadores entenderam de pronto a manobra e não permitiram que os empregadores melhor se organizassem para enfrentá-los. Em assembleia, rejeitaram a proposta de adiamento, derrotando fragorosamente o governador e seus agentes no sindicalismo, Alcides Ribeiro de Almeida, Euclides Zuliani (estes presidentes e secretário do sindicato, respectivamente), deputado Farabulini Jr. e dr. Waldemar (advogado do sindicato), todos vaiados pela assembleia quando pediam um voto de confiança ao sr. Carvalho Pinto. A diretoria não esteve à altura da luta que foi dirigida e liderada pelos componentes da chapa 2, tendo à frente os dirigentes sindicais Ermelindo Brusello e José Brasil de Castro Alves. Aquêles diretores dos sindicatos, o advogado e o deputado, pretendiam levar a classe a uma situação que provocasse uma intervenção pessoal do governador, que, apareceria depois como o grande vitorioso da greve, o «general da vitória». Os líderes da chapa 2, para renovação da diretoria entenderam que o caminho certo era outro: levar a classe a vencer com as suas próprias forças. A greve atingiu a 98 por cento da categoria e não houve «piquetes». O decreto de greve foi cumprido por 25 mil trabalhadores, como um só homem.

Violência

O líder sindical José Brasil de Castro Alves foi assaltado e preso em plena via pública (sózinho), por 4 elementos que o jogaram dentro de uma «perua» e o manietaram, apesar de sua resistência. José Brasil foi então cientificado de que aquilo ocorria para que ele não comparecesse a uma grande assembleia da categoria onde deveria ser apresentada moção de confiança ao governador. A «perua» ficou rodando pela cidade e quando o líder sindical chegou ao local da assembleia, (que não aprovou a moção), denunciou a violência, afirmando sob aplausos gerais sua condição de comunista, membro de uma organização honrada. Acentuou que o sindicato era um órgão de todos — socialistas, anarquistas, católicos, comunistas, etc — mas que ele sentia a necessidade de uma definição daquela ordem para destacar o papel dos comunistas na luta por melhores condições de vida para a classe operária e pela emancipação do país do imperialismo norte-americano.

Um mês de entendimento

Depois de mais de um mês de entendimentos, os patrões ofereceram 25 por cento de aumento (calçados) e o teto de Cr\$ 3.000,00 e 27 por cento (solado e palmilhado), com Cr\$ 3.200,00 de teto. A categoria rejeitou

Flagrantes Paulistas

O Juiz na engrenagem...

Profundamente antigótica e muito distante dos postulados democráticos universalmente aceitos, foi a atitude do dr. Aldo de Assis Dias, titular do Juizado de Menores. A proibição da peça «A Engrenagem», de Sartre, não tem cabimento. A rapaziada (mães e rapazes) do grupo «Oficina», jamais deu trabalho ao dr. Aldo. É moçada limpa, estudiosa, sem tempo para frequentar os «infernhos» que o dr. Aldo, com justiça, castiga de vez em quando. Eles e elas querem entender os problemas de nossa época. Não consideram que seja conturbada a nossa época. Otimistas, vendo mais claro do que muitos conaístas de outras épocas, têm uma preocupação: transmitir ao povo uma mensagem nova, que a saúde, que o faça vibrar em suas cordas mais sensíveis, que o leve para a frente, para a conquista de um mundo sem juizes de monares, elementos desnecessários em uma ordem social, nova, humana, equitativa, realmente justa. Sua proibição, dr. Aldo, é inoportuna, bárbara mesma e merece por isso a condenação deste modesto comentarista e sem dúvida o protesto da intelectualidade e do povo de São Paulo, pelas suas órgãos mais representativos. Ou vamos, dr. Mercilissimo, pensar como o nazismo, punindo de cadeia a arma quando se fala em cultura? Doutor, quanta energia e coragem para proibir a peça que os moços deveriam levar a cena ao ar livre, para o povo, ao pé do monumento do Ipiranga, no domingo último, e quanto franqueza para

impedir (isso sim!) que pela Televisão, milhares de lares da paulicéia sejam invadidos por certos filmes americanos de exaltação da violência, do crime, da astúcia e da mais refinada malandragem!

DESAGRAVO A FIDEL

Nos cinemas de São Paulo (Ipiranga e circuitos), está sendo exibido um «short» da última assembleia geral da ONU. Quando o imenso e magnífico Fidel Castro ocupa a tribuna, o locutor profere contra o líder da revolução cubana os mais grosseiros insultos. Mantém o Brasil relações com o governo cubano e mais de uma vez o sr. Juscelino e mesmo o presidente eleito, sr. Jânio Quadros, manifestaram o respeito da nação brasileira ao pupilo de bravos que comanda a grande e educativa revolução libertadora. Que venham, portanto, as medidas coercitivas contra a direção daqueles estabelecimentos comerciais, para que não tenha o povo, nas telas, a inaceitável versão que um locutor canalha dá àquela revolução e ao seu estimado e respeitável líder.

Uma perguntinha ingénua que o dr. Aldo de Assis Dias, o do «A Engrenagem», poderia responder: — «Em matéria de moral. Excelência, não é imoral, não ofende a moral dos espectadores, insultos lançados contra o chefe de Estado de uma República irmã?». Está certo, dr., o assunto é da órbita do Itamarati. Mas a pergunta é ingénua...

DAMIÃO DA PAULICÉIA

Carestia Leva Meio Milhão de Trabalhadores a Greves Por Aumento de Salários

Cerca de meio milhão de trabalhadores brasileiros entraram em greve, nos últimos quinze dias. Acudados e torturados pela vaga impiedosa da carestia, os trabalhadores de todo o país estão, cada dia mais, lançando mão do recurso extremo da greve, depois de tentarem sem sucesso a utilização dos outros meios legais de que dispõem para lutar pela defesa de seu padrão de vida. Primeiro o fizeram os 120 mil estivadores e portuários, numa greve nacional, ampla e rapidamente vitoriosa. Depois, os 250 mil metalúrgicos e gráficos de São Paulo; e, agora, os operários da Refinaria de Marajipe, na Bahia — trabalhadores de uma empresa da Petrobrás, que sempre defenderam com brio e patriotismo o monopólio estatal contra o assédio dos trustes imperialistas, e para os quais, por isso mesmo, o recurso à greve é uma decisão ainda mais difícil e grave.

Essa resposta dos trabalhadores à vaga de carestia já atingiu mesmo setores de intermediários; o exemplo dos açougueiros de São Paulo, que fizeram uma greve de advertência, para exigir do governo medidas de repressão à ação monopolizadora e espoliadora dos frigoríficos estrangeiros, é significativo da pressão que o agravamento das condições de vida da população já está

exercendo inclusive sobre o pequeno comércio. E a tendência é para a intensificação do movimento, uma vez que o governo não tem atendido sequer às mínimas exigências dos trabalhadores para repelir o assalto à bolsa do povo. A COFAP, através do sr. Guilherme Romano, está inteiramente entregue aos frigoríficos estrangeiros e tubarões. Os benefícios, pequenos, do Plano de Classificação não foram até hoje pagos aos servidores públicos federais — para não falar da paridade de vencimentos entre servidores civis e militares, tantas vezes prometida pelo sr. Kubitschek, e até agora «engavetada» no Congresso. Desde já está marcada para o próximo dia 8, a greve nacional dos marítimos, portuários e ferroviários, em defesa da paridade. Em São Paulo, os órgãos patronais já se dizem alarmados com «a ameaça» de extensão do movimento grevista a outras categorias profissionais, entre as quais os têxteis, o que transformaria em greve geral contra a carestia o movimento iniciado pelos metalúrgicos e gráficos. E assim será, a menos que patrões e governo se convençam de que não é mais possível jogar sobre os ombros dos trabalhadores os ônus da política econômica de inflação e de inflação, feita para o uso e gozo dos grupos econômicos.

aguarde:

BRASIL SÉCULO XX



Greve Das Balsas Deixa Meninas do Jardim América a Ver Navios

Os funcionários do D. E. R. entraram em greve em Santos para obter do governo do sr. Carvalho Pinto, o respeito à resolução do governo federal que os equiparam, em direito, aos marítimos federais. Paralisaram por isso, o serviço de «ferry-boats» na região paulista, prejudicando os que, na sua maioria em férias de fim-de-semana, dirigiram-se a Santos, Guarujá e São

Vente. Milhares de automóveis e cerca de cinquenta mil pessoas (turistas), ficaram impossibilitados de regressar a São Paulo, e mesmo de transitarem naquela região. Meninas glomerosas a seus namorados do Jardim América ficaram, a rigor, «vendidas navios». A Polícia Militar, o DOPS e outros órgãos de repressão, sem êxito, estão sendo usados contra os grevistas e mesmo pa-

ra o funcionamento das balsas. A greve continua e as fotos ilustram os acontecimentos.

SOLIDARIEDADE.
O Fórum de Debates Sindical, órgão coordenador do movimento sindical santista, manifestou solidariedade aos grevistas, confirmando a contribuição à imprensa.

ESTADOS UNIDOS QUEREM DERRUBAR FIDEL COM "MARINES" E MERCENÁRIOS

O Pentágono enviou cerca de 1.500 fuzileiros navais para «gozar o week end» na base naval de Guantánamo. A provocação é tão evidente que o próprio «New York Times», órgão da grande burguesia de Wall Street, se viu na obrigação de criticar a decisão do governo norte-americano. Os povos latino-americanos, como todos os outros que conheceram ou conhecem de perto a máquina de opressão política e militar dos Estados Unidos, sabem perfeitamente o que significam estas «visitas» de navios e marinheiros ianques, que, por singular acaso, coincidem com crises políticas nas quais está envolvido o sistema de dominação dos imperialistas norte-americanos. Como bem lembrou o «New York Times», se o Pentágono queria proporcionar um repouso aos fuzileiros, porque não os mandou para Porto Rico, Jamaica, ou mesmo à Flórida?

A manobra do governo de Eisenhower é bastante clara. Ao mesmo tempo que se preparam mercenários e contra-revolucionários armados e financiados pelos monopólios norte-americanos nacionalizados por Fidel Castro, para invadir o território cubano a partir de suas «bases» na Flórida, Guatemala, nas Ilhas do Cisne e em outros pontos das Antilhas, o Pentágono procura criar um atrito na base naval de Guantánamo. Para isso, todas as vias de acesso à base foram minadas por ordem do comandante militar norte-americano e estão sendo reforçadas os efetivos e os armamentos, inclusive os de artilharia e os blindados. A grande esperança do Pentágono está em que o povo cubano, cansado de aguentar as suas provocações, provoque um atentado contra a base ou, pelo menos, crie um ambiente que daria aparência de verdade a um auto-atentado preparado pelos próprios norte-americanos.

Onde o carro pega

Segundo os comunicados da embaixada norte-americana em Cuba e do Departamento de Estado, o valor total das empresas ianques que exploravam o povo cubano

atingiria cerca de um bilhão e quinhentos milhões de dólares, isto é, aproximadamente o mesmo que no Brasil, cuja população é dez vezes maior e cuja economia é muito mais avançada e importante. Embora esses dados possam ter sido exagerados com o objetivo evidente de exigir depois compensações desproporcionadas, eles falam por si mesmos. Eles significam pura e simplesmente que o conjunto da economia cubana, agricultura, pecuária, indústria e comércio, estava sob o controle direto dos monopólios norte-americanos. O sistema bancário não constituía exceção à regra, e a quase totalidade do crédito sofria o «diktat» ianque. Nestas condições, qualquer tentativa de desenvolver o país teria que enfrentar a oposição mais exacerbada destes grupos, que perderiam o seu controle e, conseqüentemente, os lucros fabulosos que enviavam anualmente para os Estados Unidos. Seis meses depois da Revolução, com a decretação da Lei de Reforma Agrária, começou a luta surda e sem quartel contra Cuba.

É preciso acrescentar que oitenta por cento do comércio externo de Cuba eram feitos com os EUA. Mais ainda, as exportações cubanas constituíam-se quase que totalmente de açúcar, tabaco e minérios, vendidos por empresas norte-americanas que funcionavam em Cuba às suas matrizes ou a outros monopólios ianques. Em outras palavras, a receita cambial de Cuba era manipulada, deturpada e aproveitada pelos monopólios como outra arma contra a economia da ilha.

Guerra econômica e guerra total

A guerra dos Estados Unidos contra Cuba começou, na realidade, a partir do início da reforma agrária. Primeiro foi o boicote das empresas ianques contra as medidas do governo revolucionário, o que contou com a ajuda de certos setores da própria burguesia cubana, como ocorreu no caso dos grandes produtores de fumo, dos engenhos de açúcar e dos pecuaristas. Ao mesmo tempo, repeti-

am-se as ameaças de corte na cota de exportação de açúcar cubano para os EUA. Finalmente, declarou-se abertamente a guerra econômica com o corte da cota e a ofensiva dos monopólios petrolíferos contra o Governo Revolucionário, numa tentativa de dobrar Cuba por falta de combustível.

Fracassadas todas as manobras e diante da nacionalização progressiva e, atualmente, quase completa das empresas norte-americanas e daquelas que pertenciam a cidadãos cubanos por origem mas ianques por obediência, a própria política agressiva adotada pelos Estados Unidos levou ao passo seguinte: a ameaça de guerra total. Como, entretanto, repetir a «operação Guatemala»? Em Cuba não existe a possibilidade, amplamente aproveitada na Guatemala em 1954, de subornar militares e dirigentes políticos, ao passo que o poder de mobilização e o apoio armado que o povo cubano presta ao Governo de Fidel Castro não encontra comparação com o que havia na Guatemala de Jacobo Arbenz. Por outro lado, não é tão fácil promover a invasão da ilha, no meio do Atlântico, sem fronteiras com qualquer ditadura ou país mais ou menos «dócil». As centenas ou milhares de mercenários treinados nas Ilhas do Cisne, na Flórida e na Guatemala teriam que esperar por uma ocasião propícia...

Depois da advertência feita por Khrushchov de que a União Soviética não toleraria uma intervenção militar ianque em Cuba, a situação se tornou ainda mais complicada. Os setores mais inquietos do Pentágono e do Departamento de Estado começaram a levantar ainda mais a cabeça exigindo uma «correção exemplar» para mostrar ao mundo que os Estados Unidos continuam dispostos a exercer a função que eles mesmos se determinaram: de superpoliciais contra o movimento democrático e anti-imperialista em toda a Terra. Depois do fracasso do desembarque no Líbano, planejado para derrubar a revolução vitoriosa no Iraque, a capacidade dos Estados Unidos de afrontar a opinião pública internacional e a potência dos países socialistas ficou seriamente abalada no mundo inteiro. Além disso, ficaria claro para todos que a responsabilidade exclusiva por uma terceira guerra mundial caberia ao imperialismo norte-americano.

«Que vençam»

Com os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos disputando para ver quem é mais provocador e serve melhor aos grandes monopólios e à política de guerra fria e de domínio do imperialismo ianque, e com a atenção do povo estadunidense mais ou menos voltada para o pleito, os generais do Pentágono acreditaram que o momento da invasão tinha chegado. A resposta do povo cubano foi clara: duzentos mil milicianos, operários, estudantes, funcionários, profissionais liberais e camponeses, desfilarão pelas ruas de Havana com seus fuzis embalados. Por toda a ilha a situação é a mesma. Mesmo que o próprio exér-

cito norte-americano seja convocado para invadir Cuba, ele terá pela frente um adversário que só será derrotado quando não existir mais nenhum cubano vivo.

A guerra da Coreia durou três

anos e os Estados Unidos só conseguiram adiar por mais algum tempo a ditadura de Singman Rhee e a divisão do país. Mas estes tempos já passaram. As posições do imperialismo ianque, destruídas

em Cuba e abaladas em toda a América Latina, não serão consolidadas com a intervenção em Cuba. Pelo contrário, isto significará, com ou sem guerra mundial o início do último ato.



Facções esperam os ianques

Dezenas de milhares de camponeses cubanos se organizaram em milícias e não abandonam seus facões e fuzis nem mesmo quando vão para os campos. Atualmente os «guajros» já têm armas modernas para defender sua reforma agrária e sua revolução, mas, mesmo se tivessem de lutar apenas com suas próprias mãos, eles não dariam descanso ao invasor ianque.

VENEZUELA NA ENCRUZILHADA:

DITADURA MILITAR OU GOVÊRNO POPULAR

O Governo de Bettancourt na Venezuela, abafou violentamente as manifestações populares que exigiam a remodelação de sua política e do gabinete, de acordo com a situação atual do país. Bettancourt foi eleito há menos de dois anos nas primeiras eleições após a queda do ditador Jimenez. A «Ação Democrática», partido do presidente eleito, perdeu na maioria das cidades para a «União Republicana Democrática», que apresentou como candidato à presidência o chefe da junta militar que tinha derrubado a ditadura de Perez Jimenez um ano atrás, o contra-almirante Wolfgang Larrazabal. Nas duas principais cidades do país, Caracas e Maracaj, Larrazabal venceu Bettancourt por uma grande diferença. Entretanto, o voto dos latifundiários e dos setores mais atrasados do campo e da cidade garantiu a vitória do candidato da AD. Formado um governo de coalizão com a URD e o partido democrata cristão, o COPEI, que foi esmagadoramente derrotado nas eleições presidenciais, Bettancourt tendeu, desde o início para posições de conciliação com o imperialismo norte-americano.

no que diz respeito aos interesses econômicos ianques na Venezuela e à política externa do país, particularmente em relação a Cuba, depois da vitória da Revolução de Fidel Castro.

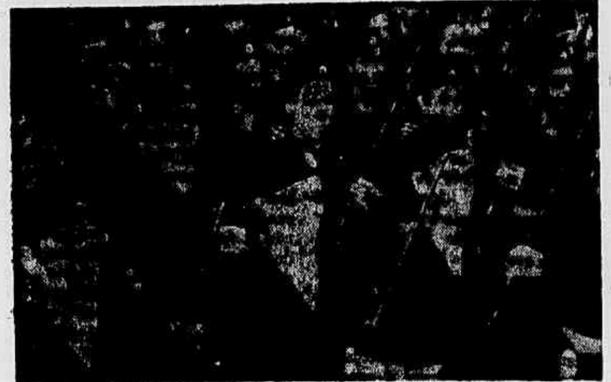
Como ficassem só nas promessas os planos de reforma agrária, de industrialização do país e de combate à dominação econômica dos monopólios norte-americanos, e com a persistência na discriminação política contra os setores esquerdistas, excluídos da coalizão governamental e perseguidos pela polícia, a crise política venezuelana assumiu um caráter agudo logo nos primeiros meses. O governo de Bettancourt, que conservou a mesma máquina policial da ditadura de Perez Jimenez, readmitindo mesmos vários conhecidos facionistas que tinham sido afastados por Larrazabal, parecia muito mais preocupado em reprimir a «ameaça comunista», como mandava o Pentágono e o Departamento de Estado, do que em assegurar a evolução do processo de democratização do país e de defesa de sua soberania. O agravamento da crise econômica veio aguçá-lo ainda mais o descontenta-

mento popular contra Bettancourt. Só mesmo a ameaça direta e constante de golpes militares direitistas, que por sinal o governo não fazia a menor questão de reprimir ou evitar, impedia a eclosão de um movimento de maiores proporções.

A política conciliatória de Bettancourt passou, entretanto, a ser inaceitável dentro de seu próprio partido. Por pressão da base, principalmente dos setores operários e estudantes mais conscientes, a «Ação Democrática» se dividiu e formou-se um novo partido de oposição, o «Movimento Esquerdista Revolucionário». O grande estardalhaço feito pelo governo venezuelano em torno da ameaça representada pela ditadura de Trujillo, apesar de sua base real, tinha também por objetivo desviar a atenção do povo, cada vez mais concentrada na necessidade de modificar a política interna e externa de Bettancourt.

Com a denúncia do chanceler Ignacio Luis Arcaya, da URD, que se negou a assinar a «Declaração de São José» e foi substituído por um fiel cumpridor das ordens do Departamento de Estado, Bettancourt foi colocado em minoria na correlação de forças na Venezuela. A partir deste momento, só o COPEI e o que restou da «Ação Democrática» o apóiam, contra a maioria da URD, e a esquerda venezuelana, representada pelos comunistas e pelo MEK. A virada para a direita então começou a se acentuar ainda mais. A tal ponto que um comunicado oficial do palácio do governo, tachando os dirigentes da URD de «comunistas», declarava que Bettancourt não «discutiria nem receberia pressão de comunistas», referindo-se às exigências da «União Republicana Democrática» de que o governo fosse remodelado. Ao mesmo tempo, a polícia e o exército de Caracas, Maracaj, Mérida e outras cidades eram mandados para as ruas para esmagar as manifestações populares de apoio a Cuba e à posição da URD.

Inicia-se agora um novo período na política venezuelana. O deslocamento progressivo de Bettancourt para a direita, por um lado, e a radicalização das massas operárias, camponesas e da pequena burguesia, por outro, configuram uma nova correlação de forças, na qual a alternativa talvez seja escolher entre uma ditadura militar e policial, sob a direção de Bettancourt ou de um agente mais declarado do imperialismo, ou a volta à política democrática e progressista que caracterizou a atuação da Junta Militar presidida por Larrazabal, possivelmente ainda mais avançada.



Estudantes de armas nas mãos

Durante a manifestação do dia 30 em Havana, cerca de duzentos mil milicianos desfilarão pelas ruas da capital. Entre eles estão os estudantes treinados e armados pelo Exército Rebelde de Raul Castro.

Nota Internacional

O Brasil e a Argélia

Como se não bastasse seu apoio sistemático ao colonialismo francês contra a Argélia na ONU, o Governo brasileiro deu, na noite de domingo, uma demonstração de sordida subserviência e de banditismo político que contra a Argélia na ONU, o governo brasileiro deu, na noite de domingo, do sr. Horácio Lafer com a ditadura paraguai de Stroessner e a conduta do mesmo sr. Lafer na Costa Rica, servindo de moço de recados para o secretário de Estado norte-americano. Uma delegação do Governo Provisório da República Argelina, com visto dado pela embaixada brasileira em Montevideu, depois de ter visitado a Venezuela, o Uruguai, o Chile e a Argentina, foi mantida durante algumas horas no aeroporto do Galeão por um contingente da polícia política, por ordem do Departamento Político do Itamarati. Os policiais da DOPS queriam mesmo forçar a missão argelina, chefiada pelo ministro para os Assuntos Sociais, Benvousséf Benkhedja, a embarcar para os Estados Unidos. Só mesmo o protesto dos embaixadores da Indonésia e da Iugoslávia e do encarregado de negócios da RAU, assim como a intervenção do ex-ministro da Justiça e delegado brasileiro na ONU Adroaldo Mesquita impediu a consumação do ato policial.

Um dos membros da missão do GPRÁ tinha passaporte diplomático da República Árabe Unida, país com o qual mantemos relações, e o atentado cometido contra ele equivale à detenção ou impedimento de entrada em qualquer país de um diplomata brasileiro. Como se vê, os métodos policiais continuam imperando no Ministério das Relações Exteriores, com ou sem o sr. Flo Correira. A atitude do Itamarati é ainda mais repugnante porque se trata de representantes legítimos de um povo que se empenha numa guerra desigual contra o colonialismo francês, apoiado por seus sócios militares da OTAN, e que ganhou o respeito e a consideração dos países afro-asiáticos por sua bravura e pela seriedade de seus propósitos. O incidente do Galeão provocará, certamente o protesto de grande número desses países com os quais o governo brasileiro deveria se esforçar por manter as melhores relações possíveis. Prestando-se ao papel de cão de fila do colonialismo, por outro lado, nosso governo dificulta a própria solidariedade dos países independentes em nossa própria luta pela emancipação nacional.

Segundo a nota que estava em poder dos tiras que cometeram o atentado do Galeão, os membros da missão do GPRÁ seriam «elementos indesejáveis». Por que indesejáveis? Por que representam um país que ainda não pôde ascender completamente à soberania nacional porque os cambêses franceses o impedem? Por que lutam contra o colonialismo? Chega-se então à conclusão de que «desejável» para o governo brasileiro é o colonialismo. O futuro presidente da República, sr. Jânio Quadros, já se manifestou publicamente solidário com a luta do povo argelino. A opinião pública brasileira já tem esta posição há muito tempo. A subserviência do governo brasileiro aos Estados Unidos e, por tabela, à França, entretanto, é um empecilho para que a solidariedade de nosso povo à Argélia e aos seus legítimos representantes, o Governo Provisório da República Argelina, se manifeste de forma completa.

EUA: apesar de «cega» justiça enxerga a côr

Nos Estados Unidos, quando os brancos atacam os pretos, estes é que vão presos. É a lei do branco que coloca o preto como inferior única e exclusivamente pela côr da pele.

Em sua justa luta para serem igualmente aceitos na sociedade, os pretos vêm realizando uma campanha pacífica para acabar com a segregação racial. Recentemente, em Jackson (Tennessee) onze homens de côr entraram num restaurante e se sentaram no balcão do mesmo esperando serem servidos. Rápidamente, cerca de 200 brancos cercaram o estabelecimento, vociferando e atirando ovos sobre os pretos. Diante da violência dos brancos, os policiais intervieram, por «escândalo noturno» prendendo todos os negros e dois dos duzentos brancos.

Não deixa de ser realmente «original» a justiça racial nos Estados Unidos. O reverendo protestante negro Martin Luther King foi condenado a quatro meses porque participou das manifestações pacíficas nos restaurantes. Todos os brancos que apóiam o movimento dos negros também são presos. Mas quando alguns brancos promovem desordens e atacam os negros, então, ao que parece, estão «dentro da lei».

«Independentes» congolezes são belgas...

O comando da ONU no Congo anunciou a prisão de vários dirigentes do «exército» do separatista Albert Caloni, titeres dos belgas na província do Casai. Sintomaticamente, todos os «oficiais» presos eram belgas, com exceção de um que era... inglês, vindo da Rodésia. Em outras palavras, a luta pela «independência» travada por Caloni e seus amigos Tchombé, Mobutu, Casavubu e companhia é, na realidade, financiada e executada pelos monopólios belgas numa tentativa de restaurar o colonialismo no Congo.

Os belgas, ajudados pelos Estados Unidos e outros membros do bloco militar da OTAN, armaram e subornaram mercenários, oficiais e soldados do antigo exército congolês que eles mesmo formaram e dirigiram até a independência do Congo. Compraram e alugaram agentes políticos no Congresso e no governo congolezes. Por intermédio da ONU, conseguiram boicotar o governo legal do primeiro ministro Patrice Lumumba. Não conseguiram, porém, vencer a combatividade do povo congolês, que continua lutando em todo o país contra o domínio direto ou indireto do colonialismo.

RFA: marcha acelerada para o nazismo

O deputado social-democrata da República Federal Alemã, Alfred Frenzel, foi preso, em pleno Parlamento, sob a acusação de fazer espionagem a favor dos países socialistas. Frenzel é um conhecido herói da resistência contra o nazismo hitlerista e teve que fugir da região dos sudetos alemães, na fronteira com a Tchecoslováquia, em 1938. Além disso, é dirigente local de seu partido.

Segundo o ministro do interior, o ex-criminoso nazista Schiroeder, Frenzel perdeu suas imunidades parlamentares porque praticou «crime de lesa pátria». Quando se sabe, porém, que o governo de Adenauer prende por ano um número de «espíões» bastante superior ao que todos os países juntos devem ter na RFA, a acusação é pelo menos suspeita.

Frenzel era membro da comissão de defesa do Parlamento germano-ocidental. Conhecia, como é lógico, os planos militares do novo exército revanchista alemão, inclusive suas aventuras históricas contra os países socialistas. Diante disso, suas imunidades parlamentares nada representam para Adenauer. Qualquer semelhança com o nazismo é mera coincidência.

M. N. B. LANÇA MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO :

O Movimento Nacionalista Está Mobilizado e Vigilante e Vai Cobrar Promessas de Jânio

O Movimento Nacionalista Brasileiro, entidade que congrega milhares de Comitês Nacionalistas formados em todo o país durante a última campanha eleitoral, acaba de lançar um Manifesto à Nação, em que faz um balanço dos resultados da eleição. Neste documento, o Movimento Nacionalista afirma a sua convicção de que saiu reforçado do pleito, depois de fazer uma análise demorada das causas que conduziram à vitória do sr. Jânio Quadros.

Transcrevemos abaixo a íntegra do Manifesto (os entretítulos são da redação).

Encerrada, com a apuração do pleito de 3 de outubro, a campanha pela sucessão presidencial, o MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, sente-se no dever de apresentar o balanço daquele episódio da luta pela emancipação econômica do nosso país e de traçar os rumos para a nova fase, que ora se inicia.

É o que faz neste documento a ser discutido por toda a organização.

Análise dos resultados eleitorais

O que de pronto ressalta a apuração eleitoral é a grande diferença com que triunfou o candidato adversário. E isso nos leva a primeira e fundamental conclusão de nossa análise.

Num pleito cujos resultados apresentam diferença reduzida, é difícil assinalar, no conjunto de falares, aquela que predomina e lhe dá sentido. Quando, entretanto, a diferença é da ordem de milhões, destacam-se erros que podem ser considerados essenciais, em confronto com os quais as pequenas falhas perdem significação. Assim, a análise da campanha da candidatura Lott revela que, se de um lado, as forças nacionalistas se empenhavam numa crescente vinculação do candidato com os interesses do povo e com os fatores positivos do desenvolvimento, com uma caracterização absoluta dos ideais nacionalistas, de outro lado os agrupamentos mais conservadores dos Partidos reunidos na mesma campanha insistiam em apresentar o candidato com uma caracterização mista de nacionalista e continuador da política do Governo. Para os nacionalistas isso era um erro por acarretar ao candidato o ônus da parte negativa da política governamental.

A análise dessa política está por ser feita e, evidentemente, não o será à base das acusações de corrupção, ainda que evidenciadas em vários setores administrativos, o que não seria fundamental, porém mera consequência de causas muito mais profundas. É possível, desde logo, entretanto, verificar e até dimensionar as características do Governo Kubitschek que o situam, como produto da pressão das forças externas e dos setores internos que representam o atraso da economia brasileira. Indiscutivelmente, esse Governo, apesar de alguns aspectos positivos que apresenta, não se desvinculou da influência predominante do imperialismo e do latifúndio, inteiramente entrelaçados e profundamente

interessados em que o resultado do pleito presidencial lhes assegurasse a supremacia. Em nenhum período governamental, os monopólios econômicos estrangeiros penetraram no Brasil, tão fundamentalmente quanto o fizeram entre 1956 e 1960; em nenhum período encontraram tantas facilidades e tantos privilégios a estimular essa penetração. Demais, tal penetração ganhou vulto pela tendência de ser julgada necessário alargar extraordinariamente sua influência em setores básicos de nossa economia, como o da indústria pesada (siderúrgica, elétrica, mecânica pesada) e o das matérias-primas associadas à indústria de base estrangeira (ferro, manganês). Só a indústria automobilística, como consequência dos moldes em que se estabeleceu demandou emissões da ordem de 40 bilhões de cruzeiros anuais, em três anos, e vem aumentando as suas exigências progressivamente, na medida em que necessita capital de giro e facilidades para remessa de lucros. A indústria de construção naval segue o mesmo rumo. As grandes obras hidroelétricas estão vinculadas a vultosos empréstimos, caucionados pelo compromisso da entrega da futura distribuição da energia aos monopólios estrangeiros, como atualmente se faz. As empresas monopolistas estrangeiras foram prodigamente subsidiadas e protegidas.

Por outro lado, o Governo atual inaugurou entre nós o regime de compra da totalidade das safras de café, nesta fase de superprodução, e só o financiamento da safra 1959-60 exigiu emissões de cerca de 80 bilhões de cruzeiros, sem considerar os 17 bilhões necessários a prover os gastos com a armazenagem. Cobrindo de privilégios, de forma inédita, os setores atrasados da agricultura e os exportadores de seus produtos, o Governo distribuiu à população economicamente válida do País, os proventos decorrentes. Enquanto o setor latifundiário se beneficiava desse tratamento, o setor de subsistência via agravada a sua situação de crise crônica, mantendo-se em regime de subprodução, com os reflexos correspondentes na alta de preços dos produtos alimentares.

A manipulação da taxa cambial foi levada a limites quase extremos, em prejuízo do nível de vida do povo. De tal forma isso se fez, que só um dos gestores da SUMOC conseguiu, com seus extraordinários poderes, e mediante três «instruções», transferir para as mãos dos monopólios estrangeiros e dos setores atrasados da produção interna nada menos de 10 por cento da renda nacional em 1959.

Não apenas os desníveis sociais foram aprofundados com semelhança política, mas também os desequilíbrios regionais; e o quadro de miséria do Norte e do Nordeste, como o do Oeste, passou a encontrar paralelo inédito na pauperização do Rio Grande do Sul, submetido a duro castigo pela encampação da subsidiária local do truste da energia elétrica.

Os reflexos dessa política econômica no padrão de vida do povo brasileiro têm sido desastrosos. Os dados,

conhecidos, referentes ao segundo semestre de 1959, e ao primeiro de 1960, acusam uma aceleração brutal da taxa inflacionária, fornecendo índices jamais verificados no nível de preço das utilidades. Abria-se, assim, o quadro da sucessão. Manifestaram-se, então, forças aliadas que, contrariando a orientação nacionalista, se empenhavam em apresentar a candidatura Lott como sucessora da política do atual Governo, sem distinção dos aspectos contraditórios, já apontados. Enquanto as forças populares e nacionalistas pressionavam no sentido de fazer candidato o Marechal Teixeira Lott, portador de uma conduta democrática provada com o Movimento de 11 de Novembro de 1955, e de uma inspiração nacionalista evidente com as suas posições em defesa do monopólio estatal do petróleo e das riquezas naturais brasileiras, o Governo remodelava o seu ministério, assinalando, com as escolhas que fez a continuidade da antiga orientação, isto é, marcha concreta e progressivamente em sentido oposto ao significado da candidatura Lott.

Entreguismo no governo favoreceu Jânio

A proporção que avançava a campanha eleitoral e enquanto o candidato nacionalista defendia um programa que era o oposto daquele que se vinha executando, o Governo a pretexto de imparcialidade favorecia o fortalecimento da candidatura Jânio Quadros. As forças econômicas que se beneficiavam da política governamental eram as mesmas, na sua maioria, que forjavam, fora da área nacionalista, o candidato mais conveniente à continuidade da sua privilegiada situação. Não se podia ao povo angustiado e revoltado que preferisse o candidato das forças governistas, ao mesmo tempo em que muitas se esforçavam em levar o Governo a definir-se decisivamente pelo candidato vinculado aos seus dispositivos, sem levar em conta que isto era impossível pelas contradições que enfraqueciam o conteúdo nacionalista da candidatura. A forma concreta, e consequentemente efetiva, de apoio, não seria, de forma alguma, pronunciamentos protocolares, mas a adoção de uma política positiva a exemplo do que foi feito em face da criação do Fundo Monetário Internacional. Ao contrário disto não se modificavam as condições de agravamento do custo de vida que se tornava intolerável à sombra das boas relações entre o Governo, os trustes internacionais e aliados destes na especulação interna, enquanto, por outro lado, se permitia o trabalho de desintegração da unidade dos esforços partidários em unidades da Federação, como se viu no Estado da Guanabara, no episódio de suas primeiras eleições governamentais. O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, cujo isolamento foi empreendido, durante a campanha eleitoral, não apenas pelas forças adversárias, mas pelo Governo e pelos seus representantes nas fileiras que se diziam defensoras da candidatura do Marechal Teixeira Lott, realizou algumas tentativas para romper o aparente paradoxo que se agravava a cada passo. E foi justamente quando se realizou tais ações que a candidatura do eminente militar cresceu perante as massas, dando a ideia de possibilidade de sua vitória; quando denunciou a torpe manobra continuista, articulada nos bastidores governamentais, e até ostensivamente, e quando denunciou a conduta coerente do Ministro da Fazenda, expressão lidada do Governo a que pertencia e da candidatura adversária que pretendia continuar a mesma política, mas aparentava ser de «oposição». Não linha o MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, entretanto, conquistada a salidez organizativa que lhe permitisse realizar, independente dos demais forças políticas alinhadas formalmente em torno da candidatura do Marechal Teixeira Lott, a colocação exata dos termos sucessórios.

Os erros outros decorreram desse erro essencial, que inutilizaria todos os esforços. Entre eles pode ser apontado a inépcia de um comando eleitoral que refletia a situação, inépcia que derivava menos da incapacidade individual de alguns elementos do que do vício de origem, pela presença, no comando latifundiário de criaturas políticas, e até mesmo pretensas «assessores técnicos» que representavam a orientação governamental condenada pelas massas. Assim como o governo levou a rigores discriminatórios inéditos a vigilância que lhe permitia barrar o acesso a

qualquer função pública, ainda a menos importante, a elementos nacionalistas, o comando da campanha eleitoral seguiu, em seu campo de ação, aquela conduta coerente e eficiente. Pedir ao povo brasileiro apoio para uma candidatura que tal comando político afirmava como fundamentalmente continuadora da orientação espoliadora vigente ou era ingenuidade ou consumada malícia. A votação que o candidato nacionalista conseguiu expressa, na verdade, o esforço do MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, e sua capacidade de organização e de ação, e dedicação de seus adeptos, a compreensão política a que já alcançaram amplos camadas do povo brasileiro, e um pouco a ação de frações partidárias que permaneceram fiéis ao comando que realmente funcionou e nos limitadas áreas em que isto foi possível.

A percentagem de eleitores e a ação do poder econômico

Se nenhuma ideia de apontá-los como respondendo pela vitória do candidato da política governamental nos eleições de 3 de outubro, o MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO indica ainda dois aspectos que crescem de significação quanto ao processo eleitoral em nosso País. O primeiro se refere ao corpo eleitoral, ora da ordem de quinze milhões de pessoas: uma análise de sua composição permite verificar que o grosso dela se recruta na classe média, e reflete as suas flutuações, sendo minoritária a contribuição da classe trabalhadora, particularmente, a do campo, excluída na prática de qualquer participação. Não há, pois, senão pouca semelhança entre o corpo eleitoral e o povo brasileiro e esta é uma das principais deficiências do regime democrático no Brasil. A discriminação política deve desaparecer; esta é uma das tarefas fundamentais a que se devem dedicar os nacionalistas, inclusive no que se refere ao voto do analfabeto e do militar praça. O segundo diz respeito à influência que exerce no pleito a ação dos meios de transmissão do pensamento, postos a serviço, como estão, das forças monopolistas externas e do atraso interno. O espetáculo de ostentação de poder econômico, de monopólio prático dos meios de propagação que o pleito recente ofereceu é eloquente por si mesmo. Nenhum governo, cujo principal dever seria o de elevar o nível das massas, foi, como o atual, mais pródigo na concessão de serviços públicos a particulares associados a essa mencionada forças. A influência que exerceram tais meios, assim divorciados de sua missão, sobre a opinião pública brasileira não deve ser esquecida, e medidas adequadas precisam ser postas em prática, com urgência, para que os brasileiros não se vejam infamados em seu próprio País por uma pregação antinacional, antipopular e antidemocrática cujos frutos estamos assistindo. Pelo menos a adoção da legislação para rádio e televisão adotada nos países europeus merece ser considerada, a fim de que não se assista mais ao triste espetáculo dos que lucram com a deformação da verdade e fazem dela uma arma contra o nosso povo.

Merece referência, por último, o enorme e caríssimo esforço desenvolvido pelas forças monopolistas externas e do atraso interno no campo da divisonismo, seja forjando candidatos cuja missão consistia, ostensivamente, declaradamente, em dividir as preferências do eleitorado, distraíndo-o da polarização fundamental, seja pela pulverização de candidaturas ao legislativo, forma eficaz de enfraquecer as correntes populares, seja na fragmentação de candidatos às sucessões estaduais, para impossibilitar aquelas correntes a unidade necessária à conquista de comandos políticos regionais importantes. Todas as formas de suborno e corrupção, desde as materiais às de simples engodo à vaidade de políticos superados, foram seguidas. A própria heterogeneidade das forças que apoiavam, no plano federal, a candidatura nacionalista, dificultava o esforço pela unidade em todos os planos, tão necessária à vitória. O divisonismo, por outro lado, era extraordinariamente estimulado pela política do Governo central, que, aparentando neutralidade, favorecia, com créditos e favores de variada espécie, determinados governos estaduais e os componentes divisionistas, fornecendo-lhes a segurança indispensável às suas manobras. Nem lhes faltou, no momento asado a tranquilidade da cobertura



Frente Única Nacionalista

militar, quando o sistema de comandos que assegurara a manutenção do regime, desde novembro de 1955, foi meticulosamente comprometido, sob o pretexto de que assim se assegurava a isenção governamental e a não intervenção militar nos assuntos políticos, quando esta foi uma forma ostensiva e clara de intervenção no sentido contrário. Tudo foi preparado e desenvolvido para levar à derrota o candidato nacionalista e popular. Tudo foi preparado e desenvolvido para assegurar a continuidade da política atual, com a vitória do candidato dos monopólios externos e dos setores internos do atraso, tão francamente estimulados em suas ações que os seus candidatos não se esquivaram de penetrar pelo caminho da violência em alguns casos, naqueles em que os da corrupção eram ineficazes.

Perspectivas políticas

O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO não cometeu, na luta cuja fase eleitoral já se acha ultrapassada, nenhum erro essencial. Julga que outra não poderia ser a sua conduta, dadas as condições em que decorreu o pleito. Escolheu o candidato que merecia as preferências das forças populares e nacionalistas. Honrou os seus compromissos com ele, e mesmo com as forças que o apoiavam ou que diziam apoiá-lo. Foi talvez débil em denunciar os erros cometidos por tais forças, porque colocou o esforço pela unidade acima da obrigação da crítica, e nisso demonstrou falha na avaliação entre a omissão e a participação. Mantém tudo quanto formulou contra o candidato adversário, seja no que representa como orientação política, seja no que representa de plano meramente biográfico. Julga que o maior serviço, prestado pelo candidato nacionalista à campanha foi o corajosa denúncia que fez das ligações do candidato oposto com os grupos econômicos estrangeiros e seus prepostos no interior.

Além de poder desenvolver uma intensa campanha de esclarecimento em todo o País, de forçar o principal candidato adversário a defender pontos de vista do nacionalismo, de levar às urnas mais de quatro milhões de votos a favor do programa nacionalista, em que se incluem os votos dados ao candidato eleito na crença de que cumpriria as formulações feitas com o mesmo teor, o MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO acrescenta às vitórias obtidas, a eleição do candidato à vice-presidência, sr. João Goulart, cuja pregação eleitoral também se baseou na orientação ditada pelo programa nacionalista. Esse candidato não padeceria dos efeitos contraditórios da campanha, porque as forças comprometidas com a reação e o imperialismo concentraram o fogo da agressão contra o principal objetivo da campanha nacionalista que era a eleição do novo Presidente da República na pessoa do Marechal Henrique Teixeira Lott. Tal fato facilitou poder o candidato João Goulart receber a parte de votos nacionalistas e trabalhistas, que, por motivos vários, se dividiram entre os sr. Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

O movimento nacionalista sai fortalecido da luta

De qualquer maneira, o resultado prova claramente que o corpo eleitoral formulou com o seu voto, um protesto — protesto justo, sem a menor dúvida, quanto à espoliação de que é vítima o nosso povo, embora equivocada em sua individualização. Ficou clara que parcelas ponderáveis da classe média puseram reais esperanças de mudança num candidato cuja qualidade estava em ser da «oposição». Parte dos votantes constituída de na-

Parlamentares de diversos partidos, políticos de diversas correntes, líderes sindicais e estudantis, assinaram o Manifesto, como o deputado Celso Brandão, do PR mineiro.

nacionalistas sinceros acreditou nas posições falsamente nacionalistas do candidato entreguista, que, assim, prestava secreta homenagem àquilo que não podia negar de frente. A sua escolha deriva de um equívoco de milhares de brasileiros, explicável pelas circunstâncias e fácil de ser desfeito no confronto com a realidade prática. Em homenagem aos milhões de brasileiros que colocaram as suas esperanças em Jânio Quadros, em respeito ao regime democrático que se desenvolve inclusive pela experiência com equívoco como este, o MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO condena, qualquer ideia de impedir pela força a posse daquele que foi escolhido num pleito cujas regras e deficiências eram conhecidas de antemão, e sente-se na necessidade de afirmar sua fidelidade ao regime em que vivemos e ainda a sua certeza de que o melhor caminho para desfazer as falsas esperanças é submeter os seus portadores à prova concreta do poder.

Mas não assistirá as suas ações sem respondê-las. O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO mantém a sua organização e está mobilizado e vigilante para acompanhar o desenvolvimento da continuação da política do Governo atual, agravada pelas novas condições do quadro externo e do quadro interno. Não só as promessas serão rigorosamente cobradas como todas as tentativas para pagar com sacrifício do nosso povo os compromissos do candidato com os monopólios externos e os setores internos do atraso serão denunciadas. O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO sai mais forte da luta eleitoral: conseguiu frustrar a tentativa continuista inicial, que a maneira a política e as personagens; levou a sua pregação esclarecedora a todo o território nacional; impôs um candidato a forças partidárias que não o desejavam pelos seus conhecidos compromissos e que foram obrigadas a acompanhá-lo ou tratá-lo pela evidência dos fatos; deu uma demonstração de poderio eleitoral que contrasta com o debilitamento dos maiores partidos e anuncia as mudanças na relação interna de forças políticas; cresceu em organização, que se estende a todo o território brasileiro, marcada pela sua extraordinária Convenção Nacional. Vai prosseguir na luta pela libertação econômica do Brasil, confiante em que o nosso povo colherá cedo os frutos da experiência a que se submete e encontrará unido o caminho nacional, popular e democrático.

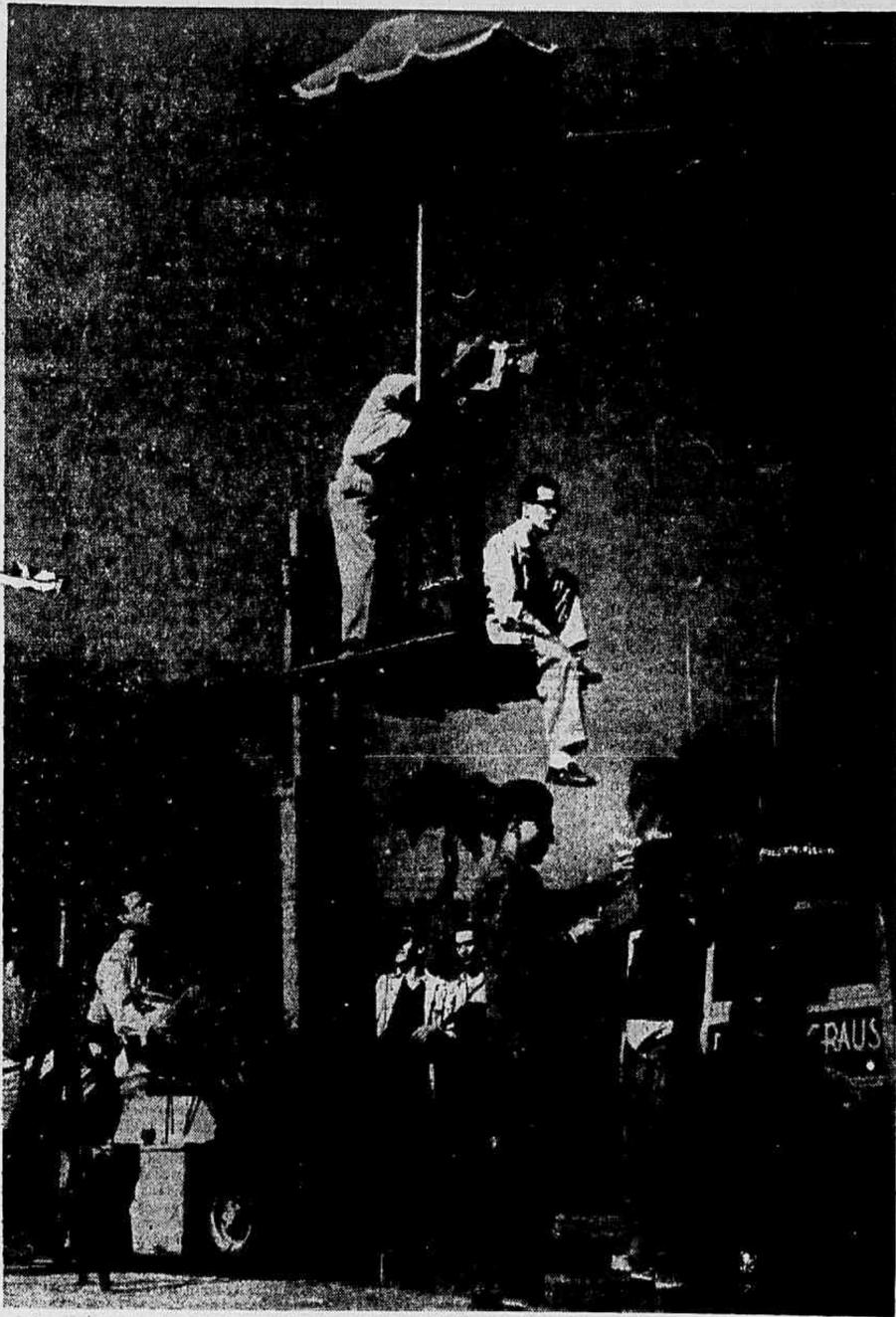
Adalgisa Nery, jornalista, escritora, Deputado Estadual pela Guanabara (PSB) — Almino Afonso, Deputado Federal pelo Amazonas (PTB) — Armando Temperani Pereira, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (PTB) — Arthur Cadaval Veiga, Jornalista — Celso Brandão, Deputado Federal por Minas Gerais (PR) — Cláudio Freitas, Deputado Federal pelo Piauí (PTB) — Djaima Maranhão, Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte (PTN) — Edna Lott, professora — Fernando Santana, Deputado Federal pela Bahia (PTB) — Floriano Paixão, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (PTB) — Hélio Pires Ferreira, dirigente sindical — Hércules Correia dos Reis, dirigente sindical, Deputado Estadual pela Guanabara (PTB) — Joaquim Inácio Cardoso, dirigente sindical — José Joffil, Deputado Federal pela Paraíba (PSD) — Maurício Caminha de Lacerda, escritor e jornalista — Nelson de Souza Alves, dirigente sindical — Raimundo Eirado Silva, dirigente estudantil, ex-presidente da UNE — Salvador Louçoco, Deputado Federal por São Paulo (PTB) — Sérgio Magalhães, Deputado Federal pelo Estado da Guanabara (PTB) — Silvío Braga, Deputado Federal pelo Pará (PSP).



Novos Rumos para o M.N.B.

Adalgisa Nery, poetisa, jornalista e, agora, deputada-constituente da Guanabara, é um dos signatários do Manifesto que aponta o rumo para os nacionalistas: vigilância e tenacidade.

NOVOS RUMOS



Recursos só na aparência

A foto pode impressionar o mais incauto e fazê-lo acreditar que cinema no Brasil se faz com grandes recursos. Mas, nada disso acontece. O batente é duro, principalmente no caso acima, de "Rio 40 graus", e a toda hora é preciso improvisar meios materiais para resolver-se este ou aquele problema. A cruz que o leitor está vendo na foto é um exemplo, e bom, da improvisação do trabalhador de cinema no Brasil.

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 4 a 10 de novembro de 1960 N° 88
 Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragman Borges



O insinuante mister Harry

Ele está em tôdas, costuma dizer a gente do cinema em relação a mr. Harry Stone. O galã americano no Brasil, usa todo o seu "charme" para conquistar os ingênuos e assim poder manobrar melhor para defender os interesses da Motion Pictures contra o cinema brasileiro. É o grande trunfo dos produtores de lá contra os de cá na caça aos milhões de entradas que se vendem no Brasil anualmente.

GOVERNO NAO QUER OUVIR A FALA DO CINEMA (II)

Mr. Stone é Quem Dita as Leis Para o Cinema do Brasil

LUIZ GAZZANO

Foi em abril, o mês do descobrimento, que o governo brasileiro vislumbrou a existência do cinema aqui na terra e compreendeu que alguma coisa de oficial devia revelar isso. No dia 4 daquele mês, no ano de 1932, apareceu na «Imprensa Oficial» o decreto 21240, criando o Serviço de Censura, uma «taxa cinematográfica para a educação popular» e dando outras providências. O documento era assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelos srs. Francisco Campos e Oswaldo Aranha.

De lá para cá, apenas algumas regulamentações e mais uma lei importante, a única realmente protecionista, de 19 de novembro de 1951, a conhecida «lei dos 8 por 1», que estabelece a obrigatoriedade de exibição de um filme de longa metragem nacional para cada oito estrangeiros.

O "X" do problema

Na completa ausência de legislação específica e objetiva que se faz necessária para colocar nos justos termos a questão de cinema no Brasil, é que está o «X» do problema.

O progresso da indústria cinematográfica em numerosos países se fez e se faz fundamentalmente à base da proteção governamental e de leis que subvencionam a produção. A compreensão exata da importância do cinema como indústria e como veículo que exprime o avanço cultural de um povo, levaram governos como o da Itália, principalmente, a adotar uma legislação específica de amparo da indústria, baseada em dois aspectos importantes: a garantia do mercado interno para o filme nacional, estabelecida à base de restrições as mais severas à entrada de produções de outros países e, ainda, a subvenção como estímulo aos investidores. Os resultados de uma política desse tipo são o alto índice de trabalho nos países que adotaram uma legislação específica de proteção ao cinema: a Itália produz uma média anual de 120 filmes, a França quase o mesmo, o México e a Argentina, os dois grandes exemplos na América Latina, também ultrapassam a centena. O Brasil, com um mercado de 300 milhões de ingressos anualmente, índice maior do que os registrados nos dois países latino-americanos citados, produziu nos seus melhores tempos cerca de 30 filmes por ano.

O problema brasileiro

O filme brasileiro, salvo exceções, é deficitário e se considera do ponto-de-vista econômico, uma inversão de capital desaconselhada. Muitos industriais de boa vontade, que ainda poderiam dispor de capital para empregar na produção cinematográfica, se retraem quando não encontram as garantias mínimas para, pelo menos, recuperar o que foi empregado. As experiências da Vera Cruz, da Multifilmes e da Maristela, demonstraram também que, mesmo a instalação de normas as mais avançadas na indústria não resolviam o problema, deixando mais clara ainda a necessidade de amparo governamental à indústria particular. Tal é o objetivo a se atingir e

pelo qual lutam, há mais de 10 anos, os homens de cinema no Brasil.

O mercado brasileiro vem sendo dominado há décadas pela produção norte-americana, que instalou bases sólidas no país para a exploração do mercado exibidor. Contando com todos os favores de uma legislação arcaica que ainda cobra uma taxa irrisória por metro linear de filme impressionado que entra no país, os distribuidores norte-americanos jogam com a qualidade técnica das películas que estão em suas mãos, além das vantagens econômicas geradas da legislação, para manter o completo domínio sobre o exibidor nacional, obrigado a impingir ao público filmes de infima qualidade em troca de um que lhe possibilitará um movimento maior de renda. Tal sistema lhes permite exportar para o Brasil uma média anual de 500 filmes, provocando um verdadeiro «dumping» na exploração do mercado de exibição.

O Brasil, é o primeiro exibidor da América Latina e o décimo do mundo ocidental. Os produtores estadunidenses são os donos incontestáveis desse mercado e, para garantir a quase exclusividade, jogam com tôdas as armas de que dispõem para isso. Colocaram no Brasil, há muitos anos, um representante da Motion Pictures (o sindicato dos produtores americanos), um homem-hábil e insinuante com um único objetivo: garantir as posições conquistadas e impedir que o único «inimigo em potencial» do filme americano no Brasil adquira força para enfrentá-lo: o cinema brasileiro.

Um homem chamado Harry Stone

Simpático, bem falante, o tipo do galã de Hollywood, mr. Harry Stone vive nos corredores do Parlamento e na copa do palácio presidencial manobrando. Inseriu-se de tal forma nos círculos políticos e sociais do país que chegou a ser galardoado com a «Ordem do Cruzeiro do Sul», pelos «serviços prestados ao Brasil». Quais são esses serviços? Em suas andanças pela Câmara dos Deputados, utilizando largamente o seu sorriso simpático e quem sabe, a bôlsa, mr. Stone boicotou o projeto que cria o Instituto Nacional de Cinema... Fazendo «pendente» de sua leiga experiência, conseguiu convencer as mais altas autoridades do país que esse negócio de cinema é coisa secundária e que os cineastas do Brasil eram sonhadores quando propunham uma legislação de amparo a esse ramo da indústria no Brasil. Quando a Lei de Tarifas estava sendo preparada e percebeu que ela poderia abrir uma brecha na barreira de privilégios de que está dotado o filme americano no Brasil, chamou às pressas o «big boss», mr. Eric Johnston, para «convencer» os governantes e legisladores de que em matéria de cinema a nova lei não poderia alterar em nada a situação. Dito e feito. Em matéria de filme a legislação aprovada mantém o mesmo critério absurdo que predominava anteriormente. Por todo esse trabalho mr. Stone ganhou a «Ordem do Cruzeiro do Sul» e não será difícil que amanhã passem a considerá-lo um benemérito do cinema brasileiro.

A solução está na cara

Quando o problema é de fácil solução a gíria popular diz que «está na cara». É o que acontece com o remédio para salvar o cinema brasileiro: legislação específica, honesta e que atenda, principalmente, às reivindicações da gente de cinema no Brasil. Poderão os incredúlos e os que, permanentemente, se colocam incondicionalmente contra a existência de uma indústria de cinema no Brasil alegar para a impraticabilidade da mesma. A resposta está no que se fez até agora em São Paulo na matéria.

Em 1955, após exaustivo movimento liderado pelos críticos de cinema da capital paulista, o prefeito Lino de Matos enviou à Câmara Municipal um projeto, depois Lei 4852, criando um adicional sobre o imposto de diversas públicas para premiar com subvenção correspondente a 15% da renda bruta no município de São Paulo a todos os filmes produzidos nos estúdios paulistas e com 25% àqueles que forem considerados de reconhecido valor técnico e artístico. Criou mais a referida lei um prêmio anual a ser entregue aos melhores produtores, autores, artistas e técnicos, além de uma Comissão Municipal de Cinema, órgão destinado a estudar os problemas do desenvolvimento da indústria cinematográfica em São Paulo.

Os resultados não se fizeram esperar. Houve um recrudescimento imediato da produção de filmes nos estúdios paulistas, que se encontravam quase que totalmente paralisados e mais um deslocamento de produções de outros pontos do país, principalmente do Rio. Uma simples lei municipal teve o condão de reavivar um setor industrial que se encontrava quase que completamente paralisado.

A lei paulista, uma réplica da qual foi iniciada sem sucesso no antigo Distrito Federal, revela que as possibilidades de incremento da indústria são as mais promissoras desde que o governo federal tome o problema em suas mãos. Outras medidas também foram tomadas no que se refere à concessão de créditos à produção cinematográfica, uma delas inclusive, recente, do governo federal e das quais falaremos na próxima oportunidade. Por agora, ainda, voltaremos ao problema do mercado interno.

Mesmo se levando em conta a aprovação de leis de amparo, a situação do cinema no Brasil não se resolverá sem a adoção, por parte do governo federal, de medidas as mais drásticas para liquidar o «dumping» existente no mercado exibidor. A conquista do mercado interno pelo cinema brasileiro é o fato mais importante, pois criará as condições essenciais para o desenvolvimento econômico da indústria. Essa conquista só será possível no momento em que a concorrência se fizer lealmente e quando o filme brasileiro tiver, não diremos privilégios, mas condições de igualdade para competir no mercado com a produção estrangeira, principalmente a norte-americana. O que chamamos igualdade e como conseguí-la, é o que veremos na próxima reportagem.



Presidentes só sabem receber

Já é uma tradição para os governantes do Brasil, seja presidente da República ou governadores ou prefeitos, receberem a gente de cinema em festas adrede preparadas. Nessas ocasiões eles recebem relatórios ouvem e fazem discursos. Prometem mundos e fundos, dizem que vão tomar essa ou aquela providência. Depois... uma visita de mr. Stone fá-os esquecer completamente o que prometeram.

Café: Confisco Cambial é Ficção

Dicionário

Inflação, Deflação e Desinflação

Uma das promessas feitas pelo sr. Jânio Quadros durante sua campanha eleitoral e que lhe garantiu o apoio dos poderosos grupos econômicos do café, foi a supressão do chamado confisco cambial. Na primeira entrevista concedida à imprensa, após o pleito, um jornalista perguntou ao sr. Quadros «se considerava possível a extinção do confisco cambial». Sua resposta foi a seguinte: «Eu nunca falei em extinção do confisco cambial e sim em supressão. O vocabulário extinto dá idéia de uma medida súbita, radical, o que, a meu ver, traria grave abalo à economia do País, mas defendo a tese da extinção progressiva do confisco, de sorte a chegarmos à verdade cambial».

No caso do Brasil, que é um País em desenvolvimento econômico, a única fonte de divisas é o valor de suas exportações. (Mesmo os empréstimos e financiamentos obtidos no exterior são implicitamente condicionados à capacidade de venda, pois será esta, em última análise, que permitirá a amortização dos empréstimos e financiamentos). E se falamos em exportações brasileiras, temos de ter presente, antes e acima de tudo, o café. Eis alguns números: em 1957, de um total de mercadorias exportadas que nos proporcionou 1 bilhão 390 milhões de dólares, nada menos de 846 milhões de dólares provêm do café, isto é, 60 por cento do total; em 1958, esses números foram, respectivamente: total das exportações — 1 bilhão 243 milhões, café — 688 milhões, e 57 por cento; e em 1959: total — 1 bilhão 290 milhões, café — 750 milhões, ou 58 por cento do total.

Os aspectos do café

Antes de passar ao exame da afirmativa do sr. Jânio Quadros, vejamos rapidamente, a situação do café em relação à economia nacional. Pode o café ser equiparado ao algodão, aos minérios de ferro, ao pinho, à mamona, à cera de carnaúba, mesmo ao cacau, no conjunto da economia nacional? Tem a produção cafeeira o mesmo significado global que a produção de pneumáticos, ou de aço ou de automóveis, ou de cimento? De um certo ponto-de-vista, sim. Sendo uma atividade econômica, a produção do café representa uma riqueza e os que plantam ou comerciam com café, têm as mesmas aspirações de lucro que os empresários de quaisquer outras atividades.

Entretanto, basta atentar para a destinação do café produzido pelo Brasil, isto é, que parte da produção é absorvida pelo mercado interno, e que parte é vendida no estrangeiro para que se perceba a diferença básica entre a atividade econômica cafeeira e qualquer outra.

No ano em curso, depois das medidas de estímulo ao consumo que passaram a ser adotadas pelo governo — sobretudo a redução do preço a sua fixação em 40 cruzeiros, para o quilo do café moído à varêjo — o Brasil atingirá um consumo interno de apenas 5 milhões de sacas. Para se ter uma idéia do que representa este número é suficiente dizer que os Estados Unidos, importando todo o café que consomem, apresentam um consumo interno de cerca de 22 milhões de sacas. Ou seja, com uma população que não chega a ser três vezes maior que a nossa, consumem mais de quatro vezes mais café que o Brasil. Enquanto isto, as exportações brasileiras de café situam-se em torno de 16 milhões de sacas.

A capacidade de um País para a realização de compras em outros países depende do volume de vendas que ele próprio realize no exterior e dos rendimentos dos capitais desse País aplicados no exterior, se existirem tais aplicações.

é a espoliação imperialista, essas bonificações foram sendo aumentadas e hoje a situação é a seguinte: exceção feita ao café, cacau, petróleo e mamona, todos os demais produtos de exportação têm seus dólares trocados por cruzeiros à taxa do mercado livre. Como a cotação oficial do dólar continua sendo a mesma antes referida, todos os produtos de exportação, excetuados aqueles quatro, recebem uma bonificação equivalente à diferença entre os 185 cruzeiros do dólar no câmbio livre e os 18 cruzeiros e 70 centavos do câmbio oficial.

Quanto aos quatro produtos referidos, continuam recebendo uma bonificação menor que os demais. No caso do café, a bonificação é de pouco mais de 70 cruzeiros por dólar (a diferença entre os 90 cruzeiros pagos pelo governo e os Cr\$ 18,70 do câmbio oficial).

O câmbio de custo

Ora, os dólares resultantes da exportação do café e do cacau, constituem dois terços de todos os dólares proporcionados pelas exportações. Quer isto dizer, então, que o governo dispõe da massa fundamental das nossas divisas, compradas por uma quantidade menor de cruzeiros do que se o fizesse no câmbio livre, ou se só existisse no País, um mercado único e livre de câmbio.

Esses dólares o governo os utiliza para diferentes fins: parte é usada para os pagamentos dos empréstimos feitos no estrangeiro e outras despesas oficiais; parte para a importação de petróleo, trigo e outras matérias primas; parte para a importação de equipamentos e máquinas; parte para a venda nos leilões de divisas.

Como o governo compra esses dólares por menos cruzeiros, pode também vendê-los por um preço menor em cruzeiros. Nos leilões de divisas, os dólares comprados a um preço menor são vendidos por preços muito mais elevados, o que deixa ao governo um elevado saldo em cruzeiros. Então, levando em conta todos estes elementos, de acordo com preceitos legais existentes, as autoridades monetárias calculam o chamado câmbio de custo, isto é, o preço em cruzeiros de cada dólar destinado a efetuar a maioria dos pagamentos no exterior e à importação das mercadorias que o governo entende devam ter um custo inferior em cruzeiros. Atualmente, o câmbio de custo está fixado em 100 cruzeiros, ou o que é o mesmo, um dólar comprado a câmbio de custo vale 100 cruzeiros.

Câmbio de custo e custo de vida

Se um industrial comprar dólares no leilão de divisas para importar máquinas, terá que despendar cerca de 230 cruzeiros, por

dólar. Entretanto, se conseguir o câmbio de custo, dispenderá, logicamente, menos de metade dos cruzeiros. O mesmo se passa com as importações de petróleo, trigo, etc. A elevação do câmbio de custo — como, aliás, mostrou a experiência recente durante o período de Lucas Lopes e Roberto Campos — repercute imediatamente sobre o custo de vida, elevando-o. O câmbio de custo, portanto, é um elemento que pode impulsionar o desenvolvimento da economia nacional, através da seleção das importações. Eliminar o câmbio de custo, ou que forma tenha essa seleção, é nivelar todas as importações, colocando num mesmo plano aquelas que ajudam o desenvolvimento do País e aquelas que freiam esse desenvolvimento. É isto que preconiza o sr. Jânio Quadros.

Com efeito, o governo só pode dispor de dólares mais baratos e, portanto, selecionar as importações, porque os compra por menor preço. Se for estabelecido um preço único para todos os dólares resultantes de importações, isto é, se for abolido o chamado confisco cambial, perderá o governo esse instrumento disciplinar das importações.

O confisco é uma ficção

Vimos, anteriormente, que se considerar, apenas, o que o exportador recebe por dólar-café, caberia falar-se em confisco cambial. Na prática, porém, o que o governo dá à cafeicultura é muitíssimo mais. É toda uma política de amparo, de gordos financiamentos, que colocam esse setor econômico em situação altamente privilegiada. Assim, o governo garante a compra de toda a safra de café, mesmo quando essa safra, como ocorreu no ano cafeeiro de 1959/1960, ultrapassa largamente as possibilidades de exportação e consumo interno, destinando-se em grande parte a ser armazenada por conta do governo. Assim, o governo sustenta os preços internos de venda, como está ocorrendo no momento: desde agosto até meados de setembro, o governo

comprou cerca de 4 milhões de sacas a Cr\$ 3 150 cruzeiros, gastando nisto mais de 12 bilhões de cruzeiros. Assim, o governo financia regamente os produtores, através do Banco do Brasil e outros estabelecimentos oficiais. Assim, o governo armazena, como agora, 40 milhões de sacas de café de diversas safras, que não encontram mercado.

A posição do setor cafeeiro na economia nacional é, portanto, privilegiada, em relação a outras atividades e não discriminada como alegam os homens do café.

Os preços internos

Não existe argumento melhor que a própria vida. Se o café fosse um mau negócio, se não fosse, ao contrário, um dos melhores negócios deste País, porque, então, as plantações de café estariam se expandindo tanto, como vem ocorrendo nos últimos anos? Se desse prejuízo ocorreria com o café o que se passou com o algodão: em face da queda violenta das cotações internacionais do algodão, provocadas pelos norte-americanos, que saltaram no mercado, a baixo preço, suas enormes reservas, diminuiu também a produção brasileira desse produto. As exportações brasileiras de algodão, que foram a mais de 220 milhões de dólares em 1954, caíram para 40 milhões em 1959. Quem plantava algodão foi plantar ou cuidar de outra coisa. Mas quem planta café, apesar da enorme redução das cotações internacionais (queda de 86 dólares por saca em 1954 para 43 dólares por saca em 1959), continua plantando mais café... Por quê? Porque os preços em cruzeiros subiram. Os prejuízos que os fazendeiros de café deveriam sofrer, como em outro qualquer negócio, foram transferidos para todo o povo, através de emissões maciças de cruzeiros para comprar as safras.

Pelo quadro que publicamos, a seguir, pode-se ver como os preços internos do café mantiveram-se geralmente acima dos preços dos demais produtos agrícolas:

ANO	GERAL	CAFÉ	EXCLUSIVE CAFÉ
1948	100	100	100
1950	137	265	106
1952	189	310	155
1954	276	543	214
1956	360	524	318
1958	424	535	396
1959	562	565	561

Estas foram as razões que levaram a revista «Desenvolvimento & Conjuntura», em seu número de maio último, a escrever: «O alegado confisco cambial é uma ficção».

É esta ficção que o sr. Jânio Quadros toma como verdade líquida e certa. Acabar com o con-

fisco cambial, portanto, significa entregar aos homens do café ainda mais cruzeiros do que eles vêm recebendo atualmente. Implica em acentuar sua situação de odioso privilégio no País e em jogar sobre os ombros de todo o povo uma carga ainda mais pesada.

Solicitou-nos uma leitora que explicássemos o significado dos conceitos inflação, deflação e desinflação, mencionados pelo sr. Jânio Quadros numa das suas últimas entrevistas. Tentaremos fazê-lo no espaço desta coluna, de uma forma sucinta. Pelo mesmo motivo, interrompemos neste número, para retomá-la no próximo, a série de notas sobre Economia Política, que vimos publicando.

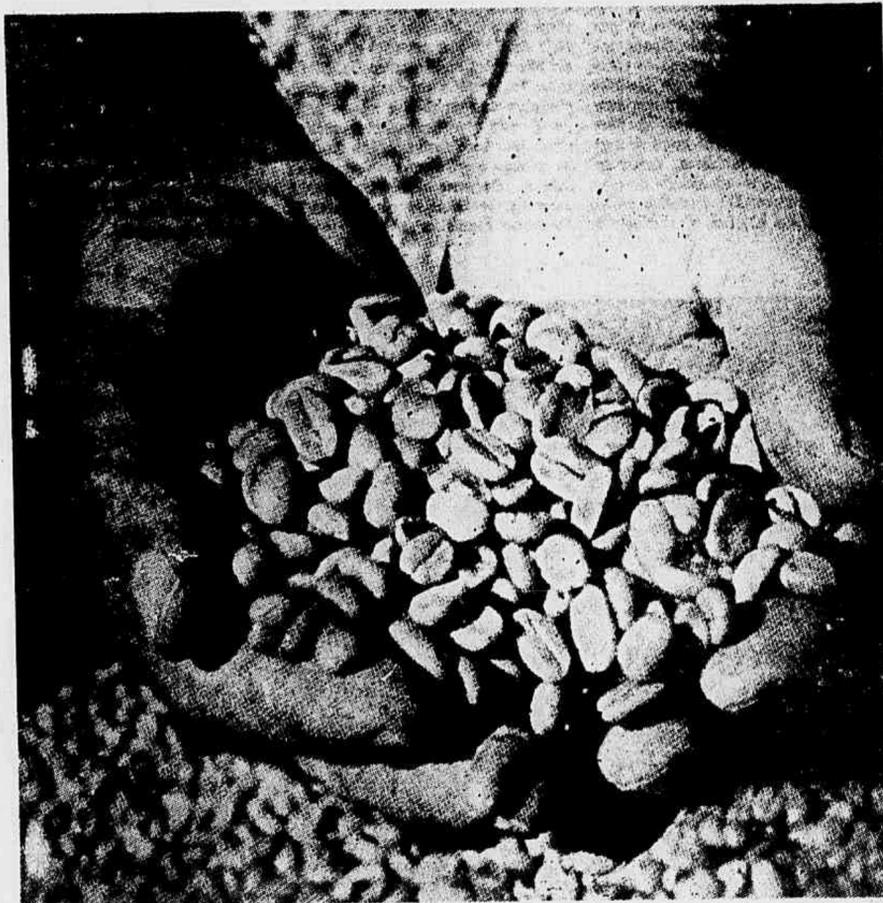
Inflação — A quantidade de dinheiro necessária à circulação de mercadorias num país está sujeita a leis econômicas e por isso não é uma grandeza arbitrária. De que depende essa quantidade necessária de dinheiro? De uma série de fatores: da massa de mercadorias em circulação, da massa de serviços prestados (transportes, energia elétrica, etc.), das transações feitas a crédito, dos pagamentos que se compensam, entre outros. Depende, também, em grande medida, do dinamismo da economia, isto é, da frequência com que se realizem os negócios. Quanto mais negócios forem feitos num determinado tempo, maior será a velocidade de circulação da moeda e, portanto, menor a quantidade de dinheiro necessária para a circulação das mercadorias. Quando a quantidade de dinheiro em circulação é maior do que a necessária para a circulação mercantil, verifica-se o fenômeno da inflação. É uma mesma mercadoria, em condições normais e a uma certa velocidade de circulação do dinheiro, exprime seu preço em determinada quantidade de dinheiro, sob a inflação terá esse preço expresso em uma quantidade maior de dinheiro.

A inflação prejudica principalmente os assalariados, porque as altas de preços sempre se adiantam às elevações dos salários.

Deflação — É a situação que se caracteriza pela contenção violenta de um processo inflacionário, tendo em vista restabelecer a paridade monetária anterior ao processo ou a estabelecer uma nova paridade. Na prática, significa o estancamento violento das atividades econômicas, com todas as suas implicações: entorpecimento dos negócios, aumento do desemprego, falências, um afiluxo do dinheiro para os bancos (já que não encontra aplicação, etc.). Isto se aproveita o governo para retirar esse dinheiro de circulação. Em consequência, uma mesma mercadoria passa a ter seu preço expresso em menor quantidade de dinheiro. Todavia, essa baixa de preços não se traduz em nenhum benefício para os assalariados, cuja capacidade de compra terá diminuído muito mais do que os preços. É uma situação pior que a inflação.

Desinflação — O termo é de emprégo recente por alguns economistas e origina-se do espanhol desinflar. É usado para designar uma situação em que se procura combater a inflação, mas sem recorrer à deflação.

Concluindo, assinalamos que estes são apenas conceitos teóricos e gerais e que, no caso do Brasil, um combate com êxito à inflação não poderá restringir-se ao plano financeiro, chame-se deflação ou desinflação. Isto porque a inflação no Brasil tem como causas principais de um lado a espoliação sofrida pelo nosso país em suas relações econômicas e financeiras com o exterior — antes de tudo com os Estados Unidos — e, de outro lado, o financiamento aos setores mais atrasados de nossa economia. Mas, sobre isso, obviamente, o sr. Jânio Quadros nada falou.



Os dois lados do café

Se for considerado apenas do ponto de vista da economia interna do país, o café é um produto como outro qualquer. Mas, se considerado como principal formador de divisas para o país, aí a situação muda de aspecto. A queda dos preços externos do café significa a queda do poder de compra do Brasil no exterior. Isto é que confere ao café uma posição especial.

Nota Econômica Em Busca do Ouro

Os fatos que estão ocorrendo nestes dias, nas bolsas de valores de vários países, fazem recordar certas passagens do famoso filme de Charles Chaplin «Em busca do ouro». No cinema, Carlitos e seu companheiro de aventuras passam horas amargas no gelido Alasca, quando o inverno os surpreende antes que tenham dado com o filão procurado. Nessa situação, acossados ambos pela fome, o amigo de Carlitos é tomado de delírio, passam a ver no companheiro uma galinha gigantesca e apetitosa... É certo que as coisas não chegaram a esse ponto na bolsa de valores de Johannesburg, na África do Sul, mas não andaram muito longe. Telegrama da «Associated Press» relata uma tarde recente na referida bolsa: «Os preços das ações das companhias produtoras de ouro estiveram irregulares, porém a precipitação por participar no auge resultou em cenas de confusão total. Vários corretores no fim do expediente já não tinham gravata. Em uma ou duas ocasiões, grupos de homens lançaram-se ao solo, em meio de grande excitação. De vez em quando, um deles se libertava da multidão e se afastava enxugando o suor e arrumando as roupas sujas e amassadas».

Enquanto isso, na bolsa de Londres, o coração batia forte no peito do inglês fleumático, que só não chegavam ao extremo de atirar-se ao solo, como seus colegas da África do Sul. Em Zurique, Paris, Bonn, Hong-Kong, era o mesmo quadro, a que o Daily Express, de Londres, chamou em grandes caracteres de «A febre do ouro!». A revista norte-americana «Time» vê-se constrangida a reconhecer que, ao menos desta vez, o Express não exagerou. De fato, em todo o mundo, para quem quer que possua dólares, o maior empenho consiste em trocar esses dólares por ouro. Há dez anos, era o contrário: todos queriam transformar tudo em dólares...

Certos economistas — na tentativa de embelezar o capitalismo e de «refutar» pela milésima vez a doutrina econômica de Marx — já haviam chegado mesmo a proclamar a desvinculação entre o dinheiro e o ouro. Para eles, a função do ouro como regulador do valor do dinheiro era coisa do passado, idéia obsoleta; os sistemas monetários modernos, afirmavam, independem do ouro. Diante, porém, desta febril corrida ao ouro, não terão outro remédio senão reconhecer que foram apressados e que, por maiores que sejam os malabarismos dos financeiros burgueses, o ouro continua sendo o lastro do dinheiro.

Em 1933, o governo dos Estados Unidos fixou o valor do dólar em 1/35 da onça-troy de ouro-fino. Ou, o que é o mesmo, uma onça-troy valia 35 dólares. (A onça-troy é uma medida de peso equivalente a pouco mais de 31 gramas). Nos 27 anos transcorridos desde então, o poder aquisitivo do dólar caiu à metade, isto é, se em 1933 com um dólar podia comprar-se, por exemplo, um metro de tecido, em 1960 apenas meio metro do mesmo tecido

pode ser adquirido com esse dólar. Apesar de ser essa a realidade econômica, o governo norte-americano recusa-se a reconhecê-la e teima em continuar declarando que uma onça-troy de ouro fino vale ainda hoje 35 dólares (e não o dobro).

Mas, como as leis jurídicas não podem derogar as leis econômicas, estas, mais cedo ou mais tarde, acabam por prevalecer. O resultado aí está: ninguém vende mais uma onça-troy de ouro por 35 dólares. Em Londres, num dos dias da semana passada, a onça-troy chegou a ser cotada a quase 41 dólares. Em Hong-Kong — onde as transações com o ouro precisaram ser suspensas — a onça-troy foi negociada na bolsa a 46 dólares e 64 centos e no mercado negro atingiu os 49 dólares e 38 centos. O dinheiro em roupage de dólar, corre em busca de roupage mais segura: o ouro. Na África do Sul, grande centro produtor de ouro, as ações das companhias que têm minas desse metal subiram tanto que provocaram as cenas cinematográficas mencionadas anteriormente. E nos próprios Estados Unidos, onde as transações oficiais só podem ser feitas à base de 35 dólares por onça-troy, verifica-se uma verdadeira fuga de dólares, que buscam outros lugares onde possam encontrar a roupage do ouro. Desde janeiro do corrente ano, 875 milhões de dólares (tanto quanto dois terços das exportações do Brasil em um ano) já se evadiram dos Estados Unidos para transformar-se em ouro, no exterior.

A atual paridade oficial do dólar, no que tudo indica, é insustentável. Não obstante as declarações em contrário, é geralmente esperada a desvalorização da moeda norte-americana, previsão vinculada notadamente à possível vitória de Kennedy nas próximas eleições presidenciais. De fato, a desvalorização do dólar será o reflexo do enfraquecimento da economia norte-americana e da circunstância de que os Estados Unidos deixaram de ser a primeira potência mundial.

A manutenção da moeda norte-americana num nível artificialmente elevado é uma das vias da espoliação econômica de outros países pelo imperialismo norte-americano. Para o Brasil, por exemplo, a desvalorização do dólar poderia significar um sensível aumento da nossa capacidade de importação — pela valorização dos nossos produtos de exportação, cujos preços são fixados em ouro — e da redução das dívidas que temos contraído com os Estados Unidos sobretudo para equilibrar o nosso balanço de pagamento.

Ao lado do desmoronamento do sistema colonial, da perda da condição de primeira potência pelos Estados Unidos, a derrubada do dólar do trono em que vem sendo sustentado, é mais uma evidência de que o imperialismo está em declínio. E, ao mesmo tempo, de que o socialismo está em ascensão.



OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES NOS EUA:

Aproveitar a Campanha Para Unir o Povo



Velho lutador

Eugene Dennis, secretário-geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, que atualmente procura vencer a campanha de calúnias, perseguições e boicote mantida pelos monopólios para melhor garantir seu domínio.

A Luta Contra o Militarismo: Tarefa Dos Democratas Alemães

A situação da República Federal Alemã e a luta que ali estão travando o proletariado e outras camadas do povo pela paz, pela democracia e pelo progresso social constituíram o tema central da última Conferência de Delegados do Partido Comunista Alemão. Os debates dessa conferência estão reunidos em volume de mais de duzentas e quarenta páginas, lançado recentemente pela Dietz Verlag — editora de Berlim.

O principal informe da reunião, que esteve a cargo de Max Reimann, Primeiro-Secretário do Comitê Central do PCA, é rico de referências à situação da RFA e constitui um reflexo da aplicação, à base de situações concretas, da doutrina marxista.

Chama Max Reimann a atenção do povo alemão e de todos os povos do mundo para o perigo que hoje em dia representa, em relação à paz, o ressurgimento do militarismo alemão.

O Partido Comunista Alemão tem, nos dias que correm uma expressiva palavra de ordem: «A Paz, eis o nosso objetivo». É a réplica dos alemães que representam a melhor e mais bela tradição do país à política insensata e criminosa dos homens que seguem ainda hoje a tradição do sinistro militarismo germânico, e que realizam a política de Hitler, agora posta em prática por Adenauer e Strauss.

Em seu informe, Max Reimann observa que Adenauer costuma irritar-se, toda vez que alguém o compara com Hitler. A questão de se irritar ou não, bem como as afirmações de Adenauer, a respeito de sua pretensa posição de democrata, representam muito pouco, diante do exame dos fatos concretos. O importante é saber-se quais são os objetivos do governo Adenauer, quais são os métodos seguidos por esse governo. Que diferença existe entre a política de Hitler e o revanchismo de Adenauer, entre a política de Hitler e o apelo à força, hoje preconizado por Adenauer, através de sua diretrix de agressão imperialista? Adenauer, como Hitler, cultiva o ódio chauvinista aos povos eslavos. Adenauer cultiva e encoraja o fascismo e o militarismo, através da mobilização de hileristas como Oberlaender, Schroeder, Strauss e Von Globke, através do aproveitamento de milhares de carrascos nazistas em órgãos da Justiça, através do emprego de ex-membros da Gestapo, no aparelho policial, através da nomeação de ideólogos do fascismo para as escolas de vários graus, onde hoje há uma extensiva preparação do povo e principalmente da juventude para a guerra.

ESTRUTURA ECONÔMICA

A estrutura econômica da RFA copia, modelo do hilerismo. No que se refere à concentração de capitais, Adenauer suplanta todos os records da história do imperialismo alemão e nesse terreno ultrapassou o próprio Adolf Hitler.

Sob o Estado de Adenauer os monopólios prosperam, transformam-se em órgãos todo-poderosos e fazem com que o governo adote uma política fundamentalmente idêntica à do hilerismo, não obstante a conservação de algu-

mas formas estatais cuja aparência democrática é meramente ilusória.

Entrelaçado economicamente com os grandes monopólios, o clericalismo, sob o governo de Adenauer, desempenha destacado papel no processo de ressurreição do fascismo e do militarismo. Ao clericalismo está especificamente confiado, em muitos setores, a propaganda anticomunista. Essa propaganda visa a aterrorizar camadas do povo. Qualquer atitude em favor da paz e da coexistência pacífica é apontada na Alemanha Ocidental como atividade perigosa pela propaganda anticomunista, ao passo que a política de força, e as ameaças feitas através da descoberta de armas recentes, são por exemplo, exaltadas pelo bispo de Colônia, perante oitocentos ouvintes. O clericalismo alemão apresenta o militarismo e o revanchismo como alguma coisa abençoada por Deus. O fascismo também é elogiado por esse setor da reação. Em recente campanha política, a imprensa jesuíta de Frankfurt sobre o Main exaltou a obra de Adenauer, comparando-a à do fascista português Oliveira Salazar, como excelente modelo.

O PAPEL DO PROLETARIADO

O informe de Max Reimann dá especial importância à luta do proletariado pela paz, pela democracia e pelo socialismo, considerando possível a consolidação de todo o trabalho que vem sendo feito em prol da unificação da classe operária, pela base, a exemplo do que já se tem verificado entre os operários de construção de Schleswig-Holstein e entre operários têxteis de várias regiões. São lutas políticas, pela paz, pela democracia e pelo socialismo, que se travam em combinação com a defesa de reivindicações econômicas, por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, contra a carestia e contra a crescente exploração dos grandes monopólios, sedentos de lucros astronômicos. A unidade da classe operária pode ser conseguida através da luta em comum, por reivindicações econômicas e políticas, de operários comunistas, socialistas e cristãos.

Para alcançar a vitória nesse e em outros terrenos, esforça-se o heróico Partido Comunista Alemão em prol do aprimoramento ideológico de seus quadros de todos os escalões.

PALAVRAS DE CONFIANÇA

O informe de Max Reimann encerra-se com palavras de confiança na vitória da paz, do socialismo e da democracia. Diz ele: «Estamos vivendo o período do declínio do capitalismo e da ascensão do socialismo. A supremacia das forças do socialismo e da paz em relação às forças do imperialismo e da guerra é cada vez mais evidente. Nessa situação, nós, os comunistas da Alemanha Ocidental, ocupamos um pósto em que avulta a responsabilidade política de cada um. Nossa luta é difícil. Assim, têm muita oportunidade as palavras de um dos nossos maiores precusores, o camarada Ernst Thaelmann, que num período histórico ainda mais negro para a Alemanha, dizia: «É belo viver quando se pode lutar».

O jornal «The Worker» publicou recentemente uma declaração política do Partido Comunista dos Estados Unidos sobre as próximas eleições presidenciais naquele país, examinando o caráter das duas candidaturas e as possibilidades de se aproveitar a campanha eleitoral para desenvolver o movimento progressista e antimonopolista. Diante do interesse revestido pela análise dos comunistas norte-americanos, NOVOS RUMOS oferece aos seus leitores o texto integral da declaração.

1 A SITUAÇÃO política deste ano de 1960 não é de modo algum semelhante a dos outros anos eleitorais. Apesar de todos os fatores que dão uma aparência de semelhança, não se pode deixar de ver a mudança da correlação de forças em escala mundial, e a posição cada vez mais desfavorável do mundo imperialista e do imperialismo estadunidense em particular.

Estas mudanças consistem principalmente em: o contínuo e rápido crescimento das nações socialistas; a crescente força e independência das nações recentemente formadas, neutras ou descomprometidas, inclusive a grande confiança que depositam nas nações socialistas quanto à ajuda; os acontecimentos revolucionários por toda a África e em Cuba — com repercussões de massa na América Latina; os conflitos dentro do campo imperialista, inclusive sinais marcantes de instabilidade econômica, que indicam uma nova crise cíclica; o surgimento cada vez maior de movimentos populares de massa dentro e fora do país.

Todos esses novos fatores criam a instabilidade política e pressionam no sentido do reagrupamento político que pode alterar em grande medida o quadro político. Nem mesmo a aparente unidade surgida a propósito da campanha eleitoral deve nos fazer perder de vista estas agudas contradições.

2 NA APRECIACÃO das convenções dos dois antigos partidos, e particularmente do Democrático, seria incoerente ver apenas que as máquinas políticas profundamente antrincheadas, submissas ao capitalismo monopolista, dominaram estas convenções, e escolheram candidatos tradicionalmente ligados aos políticos reacionários nacionais e estrangeiros.

Atualmente há, numa amplitude muito maior do que antes, duas poderosas forças exercendo pressão nestas convenções:

a) os capitalistas monopolistas, com o governador Nelson D. Rockefeller como seu orador público, lutando para conservar os dois partidos ao lado dos seus interesses de classe imperialistas e para ligá-los a uma política de contínua guerra fria e de anticomunismo internacional; e

b) nossos próprios advogados da paz americana, o povo negro, os sindicatos, os velhos, os agricultores, que exigem paz, direitos civis e outra legislação social. A campanha de assessorias e a demonstração na convenção em favor de Stevenson, os passeatas pela paz, as passeatas e demonstrações em favor dos direitos civis, o aparecimento de centenas de progressistas ante a plataforma do comitê de ouvintes, a campanha primária de McLean em favor dos velhos e de Stevenson na Califórnia não têm precedentes na política norte-americana.

Embora os reacionários tenham triunfado na seleção dos candidatos e na manutenção de um firme controle partidário, os concessões que eles foram obrigados a fazer na plataforma os perseguirão durante toda a sua administração, e podem estimular um movimento de massa de tremendas proporções visando a sua realização.

Estas concessões, que refletem as agudas contradições existentes na vida política norte-americana, só podem manter temporariamente as massas no sistema bipartidário. A longo prazo, elas podem contribuir em grande medida para o esclarecimento político das massas, e para uma base ainda maior para um partido popular trabalhista-fazendeiro-negro, um partido Camponês-Trabalhista, unindo todas as forças antimonopolistas.

3 NOSSAS massas partidárias cansadas de todas as questões e problemas que surgiram relacionados com a campanha eleitoral de 1960 devem se basear em duas considerações básicas:

a) como podemos nos aproximar dos trabalhadores, dos negros, dos granjeiros, dos velhos, dos jovens, liberais, progressistas e a «Esquerda» mais ampla para conduzir a pressão de massa persistente e determinadas na campanha — em todos os níveis e de todos os tipos, das formas mais simples até as mais elevadas — pela paz, de apoio à luta anticolonialista, pelos direitos civis e por uma ampla legislação social e trabalhista; e

b) como, por meio destes esforços, podemos ajudar a avançar o desenvolvimento de movimentos políticos independentes de base, em primeiro lugar envolvendo os sindicatos, mas incluindo também outros movimentos independentes de pressão que podem ser incentivados entre todas as camadas do povo.

Por meio de todos os canais possíveis de luta, devemos trabalhar para dar um novo e amplo impulso no sentido da formação de uma aliança das forças antimonopolistas levando à criação de um novo partido que represente os interesses das pessoas simples. Deve ser salientado que esta perspectiva só se desenvolverá a partir de nossa participação na luta do povo e não de campanhas de simples agitação. Mais ainda, cada Estado e localidade deve estudar cuidadosamente seus próprios problemas específicos e desenvolver uma linha tática própria adequada à sua própria situação.

A este respeito, particularmente nas condições mais ou menos confusas e contraditórias da atual campanha, é necessário salientar que os comunistas, como representantes de um partido de vanguarda, devem estar prontos e aptos a realizar um trabalho entre os movimentos liberal, insurgente e independente, e entre as pessoas que se ligam ou não aos velhos partidos, e a seus candidatos, assim como com os sindicatos, os grupos de partidários da paz, os negros e outras organizações populares.

Há um descontentamento generalizado e crescente contra as máquinas dos velhos partidos. As várias organizações sindicais, de agricultores, negros e progressistas como a COPE, o Movimento Liberal e Insurgente de Nova Iorque, a Liga dos Eleitores Independentes do Meio-oeste, os movimentos dos negros em rápido desenvolvimento no Sul, o Conselho dos Clubes Democráticos da Califórnia, o movimento dos Não-Partidários do Dakota do Norte, e numerosos outros movimentos locais, estaduais e mesmo nacionais são embriões de uma nova aliança política popular de base e ampla.

Eles não se unirão, neste momento, num novo partido político. Procurarão, este ano, conseguir suas exigências por meio de candidatos democratas ou independentes. Mas se for possível levá-los à luta agora quanto a questões determinadas para pressionar os candidatos e o Congresso, isto apresentará sua desilusão e melhorará sua disposição em relação a organizações políticas unitárias e independentes. Devemos nos esforçar para ajudar e encorajar este curso de desenvolvimento.

4 NAS circunstâncias atuais, com ambas as chapas baseando-se em posições de guerra fria e «poderio militar», ou mais bilhões para armamentos, e de anticomunismo, e diante do descontentamento popular generalizado contra sua atividade reacionária anterior, seria um erro para nosso partido indicar um apoio direto ou implícito a qualquer das chapas.

Qualquer idéia de que um candidato é um «mal menor» do que o outro agora só servirá para retardar o desenvolvimento da luta política de massa em relação às questões da paz e da legislação social. Prosseguir o mesmo tipo de passividade e reboque aos políticos da classe capitalista que houve nas eleições de 1958 e resultaria em derrotas e desilusão para o povo. Somente uma atitude rigidamente crítica tanto em relação a Nixon como a Kennedy e a ênfase na necessidade da luta poderá servir aos interesses do povo.

5 ENTRETANTO, do ponto de vista de atingir e influenciar as massas populares, seria um erro ainda maior adotar uma posição negativa, derrotista, de «acusação contra ambas as casas». A idéia de boicotar as eleições reflete apenas uma frustração pequeno-burguesa. Tais posições refletem um fracasso na compreensão dos novos fatores significativos que marcam a presente campanha e limitam nosso poder de atração e capacidade para desenvolver as lutas dos operá-

rios e de outras camadas. Tais posições não seriam compreendidas pelas amplas massas e, entre a «Esquerda», elas apenas encorajariam atitudes comunistas e alimentariam sentimentos como a SLP e os trotskistas, que quase não prestam serviço algum aos objetivos socialistas, mas, com sua política, se isolam do povo e semeiam a discórdia e a desunião.

A este respeito, existem dois fatores que precisam ser salientados. Em primeiro lugar, há o fato indiscutível que a chapa Nixon-Lodge abandonou os pretextos de paz do Partido Republicano e simboliza hoje para o país e o mundo a política provocadora de duas caras e de jogo duplo do governo de Eisenhower, associada com os incidentes do U-2 e do RB-47 e com o torpedeamento da conferência de cúpula. Mais ainda, a atividade de Nixon na Câmara, no Senado e como vice-presidente está marcada por uma longa série de ações antioperárias e reacionárias. Uma derrota desta chapa seria saudada por toda parte como uma derrota da política de provocação de guerra e antioperária: Não se pode desprezar a importância deste fator.

Em segundo lugar, nas condições da camisa de força bipartidária, e considerando a filiação tradicional dos operários, agricultores, dos negros e dos progressistas em geral, o povo se exprimirá fundamentalmente através do Partido Democrata. Seria uma ilusão pensar que as pessoas vão deixar de votar ou boicotar esta campanha. A manutenção da tradição de Franklin D. Roosevelt, as pressões sociais exercidas pelos principais líderes sindicais, negros e agricultores, e o fato de que eles não têm qualquer outro meio significativo de exprimir-se fará com que a maioria apoie a chapa Kennedy-Johnson.

É necessário reconhecer este fato, se é que devemos desempenhar nosso papel de atingir e influenciar o povo. Quaisquer outras perspectivas seriam irreais e resultariam em nosso isolamento das amplas massas do povo. É necessário salientar este fato porque nós, como comunistas, devemos saber onde o povo se encontra e então aprender a trabalhar com ele ali, fornecendo liderança e direção à luta por suas necessidades e interesses.

Isto não significa que nós, como um Partido ou como comunistas, devemos endossar a chapa Kennedy-Johnson. Pelo contrário, devemos criticar agudamente os papéis desempenhados anteriormente sobre a paz e a legislação social tanto por Kennedy como por Johnson. O que devemos reconhecer claramente é que as massas de pessoas simples com as quais devemos marchar — ou permanecer paradas — devem ser encontradas neste campo. Significa também que elas estão ali porque foram influenciadas para acreditar nos compromissos programáticos dos Democratas.

Nosso objetivo como um partido — e nossos camaradas nas organizações de massa — é o de impedir uma atitude negativa ou derrotista em tais circunstâncias. Devemos explicar pacientemente e contrastar as experiências dos operários e agricultores na época de Roosevelt, quando as greves, as demonstrações, as passeatas e muitas outras formas de pressão de massa eram necessárias para conseguir concessões sociais, com as experiências de 1958, depois da eleição dos Democratas, com boas e altisonantes promessas, mas sem luta ou pressão de massa, quando os operários não obtiveram avanços sociais e só alcançaram o retrocesso, sob a forma da lei Kennedy-Landrum-Griffin.

Não devemos deprimir os espíritos dos operários, ou tomar uma atitude de «não adianta nada», mas lutar para inspirá-los e organizá-los para a atividade política independente e pressionar sobre as questões da paz, dos direitos civis, de medidas refletindo as necessidades dos operários, agricultores, dos jovens, dos anciãos, etc. Somente desta forma eles serão retirados da influência dos velhos partidos e encorajados a construir e unir as forças independentes do povo para uma ação política tendente à formação de um novo partido.

6 EM um certo número de distritos por todo o país há candidatos locais em ambos os partidos e provavelmente alguns independentes que têm uma posição mais firme sobre as questões do que os candidatos à presidência. Nesses casos, não deve haver qualquer hesitação em participar de todas as formas nestas campanhas, utilizando-as para esclarecer as questões, para elevar a compreensão do povo e para

organizá-la de maneira a exercer pressão de modo positivo em toda a campanha.

Existem, igualmente, na maioria dos Estados, deputados e senadores com uma ficha de atividade reacionária, antioperária, de guerra fria, longa e aberta. A despeito de seu partido, devemos fazer todos os esforços para assegurar uma frente única ampla para derrotá-los. Candidatos partidários da paz ou defensores do movimento operário devem ser apresentados nestas circunstâncias, onde for possível.

Nosso partido deve apoiar campanhas para o alistamento eleitoral em todo o país.

7 NOS distritos eleitorais em que existem candidatos comunistas, a campanha deve ser conduzida de modo tal que se unia o povo da região, inclusive as pessoas que apoiam outros candidatos, para lutar por determinadas questões. Devemos evitar qualquer tendência para nos separar das amplas massas do povo sob a pressão de nossa própria campanha. Deve-se ter cuidado para fazer de nossa campanha independente um meio para atingir, unificar, influenciar todo o movimento, inclusive, em particular, aqueles que persistem em se expressar através dos velhos partidos. Também nossos candidatos devem utilizar o mais amplamente as promessas programáticas dos democratas e republicanos para expor seu papel e levar o povo à luta pelas suas reivindicações.

Nosso partido teria preferido apresentar seus próprios candidatos para a presidência e a vice-presidência. Isto só não é possível por uma série de leis restritivas — leis que violam a Constituição e a Declaração de Direitos de nosso país — destinadas especificamente a conservar o poder governamental nas mãos do sistema bipartidário capitalista e a manter os comunistas e outros partidos minoritários fora do pleito. As leis antidemocráticas como as conhecidas pelos nomes de Smith, McCarran, Taft-Hartley, Landrum-Griffin, etc., são prejudiciais e todas as organizações sindicais, de negros, pela paz ou outras associações progressistas, assim como a nosso movimento. Apelamos a todas as forças progressistas para que replam estas leis discriminatórias e opressoras.

Por outro lado, o nosso é um partido de tipo diferente, baseada na ciência do marxismo-leninismo. Nosso objetivo não está em conseguir votos e cargos, a não ser na medida em que nos ajudam a lutar e servir os interesses e necessidades do povo trabalhador. Portanto, a apresentação de candidatos comunistas nas eleições é de particular importância. Eles fazem campanha como os portavozes mais avançados da ação unida do povo, por suas necessidades imediatas mais presentes e pelas futuras — inclusive a transformação socialista final de nossa sociedade.

Hoje nós colocamos a ênfase no fato de que a evolução das massas é rápida e decisiva, tanto aqui como no estrangeiro. As coisas estão em constante desenvolvimento. O que parece ser verdadeiro hoje pode não sê-lo amanhã. O curso da história não será decidido pelos candidatos e as plataformas como os vemos agora. Ele será determinado pelo povo em movimento, como ocorreu na Coreia do Sul, no Japão, na Turquia, em Cuba e, agora, no Congo.

Devemos pensar no efeito do movimento de luta contra a discriminação nos restaurantes no Sul dos Estados Unidos e no apoio que abteve por meio de manifestações em todo o país, nas demonstrações contra a Comissão de Atividades Antinorte-americanas em São Francisco, das amplas marchas pela paz e outros movimentos de massa por todo o país. Estes acontecimentos demonstram a capacidade decisiva do povo em movimento a afetar e moldar os acontecimentos em nosso país, quando o povo toma a luta em suas próprias mãos.

Nesse momento, as ações unitárias e combativas do povo são decisivas. A partir delas surgirá um movimento político popular mais amplo, com o nosso partido mais forte, mais influente e cada vez mais reconhecido como a vanguarda do povo. Por meio da atividade abnegada aos interesses do povo não somente recuperaremos nossa plena condição de partido a ocuparemos nosso legítimo lugar nas eleições em todos os Estados, mas seremos capazes de ajudar o povo americano a romper com os dois partidos capitalistas e avançar em sua luta por uma vida melhor, mais completa.

POR QUE SOBE O PREÇO DA CARNE?

Trustes Impedem Continuação Das Obras do Matadouro de Santa Cruz: Dez Anos Paradas

O carioca está mais uma vez diante da ameaça de outro aumento da carne; mais uma vez, os grandes frigoríficos, os marchantes e os varejistas da carne ameaçam suspender o fornecimento ao consumidor. Desta vez, o aumento oficial vem com a máscara de «caráter experimental», por 30 dias, segundo as declarações do presidente da COFAP, sr. Guilherme Romano. Dizemos aumento oficial, pois os aumentos de fato já vêm ocorrendo: a chamada carne de 2ª, tabelada, desapareceu dos açougues, e a carne de 1ª, liberada, alcança preços entre 200 e 250 cruzeiros o quilo.

Povo come menos

Em vista dos aumentos, diminuiu consideravelmente o consumo de carne nos principais centros, como foi denunciado no Rio por diretores do Sindicato dos Açougueiros. Em São Paulo, a retração de consumo chega a mais de 50% (segundo informou o sr. Lauro Elorza, presidente do Sindicato dos Açougueiros daquele município), continuando a queda que se iniciou desde o ano passado naquele centro, onde o consumo anual de carne passou de 160 mil toneladas em 1958 para 145 mil toneladas em 1959, calculando-se que passe este ano para pouco mais de 100 mil toneladas.

Repete-se, assim, a crise do segundo semestre do ano passado, sem que até hoje os órgãos competentes do governo tenham enfrentado o problema, preferindo dobrar-se às pressões dos monopólios que controlam o mercado da carne do país. A promessa do sr. Romano não pode tranquilizar ninguém: no segundo semestre do ano passado, quando foi liberada a carne de 1ª, também houve promessas de que passado o período da entressafra seu preço diminuiria. Entretanto, isto não aconteceu.

Sonegação no atacado

Como ocorrem os aumentos? Os açougueiros afirmam que o tabelamento a varejo é impraticável por causa do aumento da carne no atacado, onde não está sendo cumprido nem fiscalizado o aumento da COFAP. De fato a COFAP tabelou em dezembro do ano passado a carne de 2ª no mercado atacadista, ou seja, fixou o preço dos quartos dianteiros do atacadista ao varejista em Cr\$ 39,00 o quilo. Os quartos trazeiros (carne de 1ª), como no varejo, continuaram liberados no atacado. Diante disso, os frigoríficos passaram a sonegar os quartos dianteiros e os marchantes a vendê-los no câmbio negro, sem que a COFAP coibisse o abuso.

O mercado atacadista de carne é controlado pelos grandes frigoríficos estrangeiros Anglo, Armour, Swift e Wilson. Estes são responsáveis por 70% da produção industrial de carne no Brasil, controlam a maior parte da capacidade de frigorificação do país (75% da capacidade de frigorificação do Estado de São Paulo) e, embora estejam culpando os invernistas pelo aumento da carne, recebem de invernistas de sua propriedade um terço das rézes por eles abatidas. Tudo isso dá aos grandes frigoríficos enorme poder de manobra.

Omissão ou submissão?

Enquanto isso, o Estado deixa abandonados aqueles instrumentos que poderiam ser utilizados para enfrentar as manobras altistas dos monopólios da carne. É o que ocorre com o Matadouro Municipal de Santa Cruz.

Com efeito, este Matadouro, pertencente ao governo do Estado da Guanabara, localizado a uma hora do centro, tem capacidade para abater 70% da carne atualmente consumida no ex-Distrito Federal. Contudo, este Matadouro não fornece hoje sequer 10% do consumo guanabarinense: podendo abater 1.280 cabeças diárias de gado bovino, hoje abate somente cerca de 200, o que corresponde a um fornecimento médio de 40 toneladas diárias de carne verde, toda ela consumida no Estado.

Para abater 1.280 cabeças diárias o Matadouro de Sta. Cruz precisaria apenas contratar novos funcionários para a constituição de mais um turno de 8 horas e fazer acréscimos mínimos em seu

aparelhamento. Contudo, hoje, sem qualquer acréscimo, nem de funcionários, nem de aparelhamento, pode abater 640 bois diários.

Antes dos monopólios

Já houve época em que o Matadouro de Sta. Cruz abatia quase cinco vezes mais do que hoje. E isso com instalações inferiores às de hoje, pois ainda não possuía serra e carretilha elétricas. Esse período áureo de abate situa-se entre 1909 e 1919. O ano de maior abate em Sta. Cruz foi 1913, sendo abatidas 209.813 cabeças de bovino, o que é quase 700 cabeças diárias. Mas então ainda não atuavam no Brasil os grandes frigoríficos.

Atualmente o abate de bovinos em Sta. Cruz vem caindo, passando de 55.741 cabeças em 1958 para 43.139 em 1959. Desde a sua fundação, em 1881, o Matadouro não sofreu senão melhoramento de pouca importância. A tentativa feita no sentido de seu reaparelhamento, de sua transformação em verdadeiro matadouro industrial para aproveitamento dos subprodutos do boi (e não apenas para abate, como é hoje), foi frustrada.

Câmaras abandonadas

O plano de reaparelhamento do Matadouro de Sta. Cruz previa inclusive a instalação de câmaras frigoríficas, para a estocagem de carne, câmaras que chegaram a ser importadas e lá se encontram, em um galpão do Matadouro, sem uso e sem cuidados de conservação, há vários anos.

A história do reaparelhamento, iniciado e abandonado, do Matadouro de Sta. Cruz, é mais um exemplo da omissão ou submissão do governo no que se refere ao controle do mercado de carne pelos grandes frigoríficos estrangeiros. A existência de câmaras frigoríficas em um Matadouro do governo, que permitiria a estocagem de carne para os períodos de pressão altista, retiraria boa parte do poder de manobra de que hoje dispõem os monopólios da carne. É o fato é que as câmaras frigoríficas importadas da Holanda e dos Estados Unidos à custa de preciosos dólares, estão lá, em Sta. Cruz, enferrujando.

História do reaparelhamento

A história do reaparelhamento do Matadouro de Sta. Cruz se arasta desde 1948 — 12 anos, portanto. Neste ano, sendo secretário da Agricultura da ex-PDF o dr. Heitor Grilo, foi iniciada em Sta. Cruz a construção de um matadouro moderno, para industrialização da carne, e dotado de câmaras frigoríficas. Foi realizada concorrência, vencendo a firma «Jaderico Machado Ltda.», que se comprometia a realizar as obras de construção civil e as relativas a frigoríficos, em quatro etapas, devendo a PDF realizar pagamentos depois do término de cada etapa. Uma outra firma venceu a concorrência para a importação dos equipamentos.

Começou então a prolongada lenga-lenga dos desentendimentos entre as firmas vencedoras e a PDF: atrasos de pagamento da PDF, pedidos de reajustamento de preços das firmas, novos atrasos da PDF, dificuldades criadas pela CACEX para a importação de equipamentos, pedidos de reajustamento de preço das firmas exportadoras depois de decorridos alguns anos da proposta inicial, novas dificuldades da CACEX, etc. Isso durou cinco anos, até 1953, quando as firmas encarregadas do reaparelhamento desistiram da continuação da obra, entrando na Justiça com um pedido de rescisão do contrato e exigindo da PDF uma indenização por inadimplência.

Vendo que a questão judicial poderia durar muitos anos, as firmas entraram em entendimento com a PDF, conseguindo um acordo para a liquidação de contas na base de Cr\$ 2.932.522,00 a título de indenização. Contudo, a PDF tinha ainda de esperar que a Câmara de Vereadores aprovasse esta verba e, sem que seja resolvida a questão com as firmas empreiteiras, as obras do Matadouro não podem ser liberadas e prosseguidas.

Lenga-lenga acidental?

Três anos depois da paralisação das obras do Matadouro, em

4/12/56, o prefeito Negrão de Lima enviou à Câmara de Vereadores a mensagem 79, pedindo autorização para assinar termo de ajuste de contas, inclusive indenização no valor supra-citado. A mensagem 79 não foi votada, e as obras tiveram de continuar paradas.

Quase dois anos depois, Negrão enviou nova mensagem — nº 6, de 16/4/60 — reiterando os termos da Mensagem 79. Até hoje nenhuma das duas foi votada. Há dois meses, em 8/8/60, o secretário da Agricultura, sr. Oswaldo Moura Brasil do Amaral, pediu mais uma vez a aprovação da mensagem nº 6, avisando que sem isso não podiam ser continuadas as obras do Matadouro. As mensagens continuaram sem votação. Será tudo isto acidental?



Matadouro às mósas

O Matadouro de Santa Cruz, apesar de estar aparelhado para garantir grande parte do abastecimento de carne à população e ter máquinas para aumentar ainda mais sua capacidade, não utiliza as instalações que tem e deixa que máquinas custosas se percam porque não interessa aos frigoríficos estrangeiros que ele funcione.

Estudantes de Filosofia Não Podem Estudar: Falta Espaço na Faculdade

O envio de uma delegação a Brasília foi a principal resolução aprovada pelos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, em concorrida assembléia geral, realizada no dia 25 último, à noite, no salão nobre da Escola. A medida foi tomada após terem os acadêmicos ocupado, pacificamente, durante um dia inteiro, o prédio do Tribunal Federal de Recursos.

«Despejados»

Na NOVACAP a delegação deverá entrar em contacto com o presidente da República a fim de solucionar a questão da cessão de um prédio federal para ampliar as instalações da F.N.F., que atualmente dispõem somente de 18 dependências de aula para atender 1.800 alunos que, acotovelados, se espresmem, num total de 100, em cada sala. Os estudantes optaram pelos entendimentos diretos com J. K. após terem sido «despejados» do velho casarão da Av. Presidente Wilson nº 231, onde ainda funcionam três seções do Tribunal Federal de Recursos: Seção de

Orçamento, Serviço Auxiliar de Secretaria e Biblioteca, e o Serviço de Jurisprudência.

A «ocupação»

Bandos alegres de rapazes e moças, carregando cartazes e faixas, invadiram na manhã do dia 25 os corredores e as salas austeras da antiga sede do T.F.R., que em sua maior parte já está funcionando em Brasília. O Diretório Acadêmico e, em certa medida, o diretor da Escola, professor Eremildo Viana, estimularam e dirigiram os estudantes. Com essa atitude procuravam dar solução ao sério problema da conquista do espaço vital indispensável à acomodação do número crescente de alunos que anualmente ingressam na F.N.F.

Demarques e choques da polícia

Diante da firme disposição dos estudantes, acorreram ao local o reitor Pedro Calmon e o diretor

da Faculdade, este já então ameaçado pelo rumo dos acontecimentos. Durante duas horas, a portas fechadas, parlamentararam com o Diretório, e por fim chegaram à conclusão «luminosa» de que os alunos deveriam desocupar o prédio. A «honrosa sugestão» não foi aceita. E para «convencer» os rapazes apareceu um choque da rádio patrulha e, ao anoitecer, uma viatura da P. M., cheia de «cosme e damião», postava-se diante do edifício, comandada pelo tenente Nei Travassos, do Estado Maior da Polícia Militar. Temendo violências, os estudantes abandonaram o casarão rosado cantando o Hino Nacional.

Por que o T F R ?

O decreto nº 48.658 de 4 de agosto deste ano, assinado pelo presidente da República, doou o velho prédio, agora vazio, à Academia Brasileira de Letras, entidade que, apesar de seus objetivos culturais, é uma instituição particular, comodamente instalada e bem dotada financeiramente. Sabe-

dores do fato, os estudantes, que há muito se viam a braços com sérias dificuldades oriundas da falta de espaço para as aulas, deliberaram, em assembléia-geral, promovida pelo Diretório, ocupar o referido prédio, após sucessivos apelos ao presidente da República e ao ministro da Educação, que fizeram ouvido mouco à reivindicação estudantil.

A grande razão

Os acontecimentos que envolveram os estudantes da F.N.F. não constitui um fato isolado. Ontem eram os estudantes de Goiás que realizavam uma greve de 15 dias, em luta pela criação da Universidade Federal do Estado. Depois eclodiu a luta do Mackenzie, em S. Paulo, cujos alunos, em memorável greve de 70 dias, exigiam a autonomia financeira e administrativa da Universidade. Por fim, a greve dos universitários baianos, finalmente vitoriosa, objetivando melhores condições de ensino. Cresce assim em todo o país a onda de revolta contra uma Universidade que hoje constitui, pela sua estrutura e falta de recursos, fator de atraso cultural e entrave ao nosso desenvolvimento. A crise da universidade brasileira é a grande razão, a razão mais profunda de movimentos como esse em que se empenham, atualmente, os acadêmicos de filosofia.

Uma idéia toma corpo

A medida em que as organizações estudantis, a exemplo do Diretório da Faculdade Nacional de Filosofia, procuram dar soluções práticas imediatas às necessidades mais urgentes que afligem os diferentes setores estudantis do país, ganha corpo, entre os estudantes, a idéia de que é preciso romper com a estrutura arcaica da universidade brasileira, a fim de torná-la um instrumento útil às necessidades do país e do povo brasileiro. A realização de um seminário pela reforma e democratização do ensino no Brasil destinado a estudar a atual estrutura da universidade brasileira, o ensino nela ministrado e as condições de vida e de trabalho dos estudantes, é uma idéia que já é esposta por diferentes líderes estudantis e poderá, em breve, transformar-se em realidade.



Aulas ao ar livre

Com o apoio de professores, os alunos da Faculdade de Filosofia transportaram cadeiras, mesas e quadros-negros para o meio da rua, onde ouviram numerosas aulas, uma vez que o prédio da Faculdade não dispõe das salas indispensáveis. Quando um choque da polícia ali compareceu, uma bela universitária ofertou ao seu comandante um dos buquês de flores que se encontram sobre a mesa...

TCHECOSLOVÁQUIA, III PLANO QUINQUENAL

Indústria Seis Vêzes Maior Que Antes da Segunda Guerra

JAN CERNY

No próximo 1.º de janeiro a Tchecoslováquia entrará no período do III Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia nacional.

Durante os 15 anos do pós-guerra, a Tchecoslováquia conseguiu incrementar todos os seus ramos econômicos em medida inédita. Os resultados mais relevantes foram obtidos, principalmente, no setor mais importante da economia, a indústria. A produção industrial participa com aproximadamente 67% na formação da renda nacional, classificando a República Socialista Tchecoslovaca entre os países industriais mais avançados do mundo. O nível atual de sua indústria é quase 14 vezes superior ao de antes da guerra.

Prosperidade

A demonstração mais significativa da prosperidade da Tchecoslováquia no pós-guerra é o aumento de sua renda nacional, que hoje é 2,2 vezes maior do que a de antes da guerra. Este fomento da renda nacional se manifestou plenamente num crescimento multilateral do nível de vida de toda a população. Inclusive as pessoas dos países mais avançados que visitam a Tchecoslováquia reconhecem expressivamente a realidade de uma ampliação do consumo por habitantes, do ensino e da assistência médica gratuita e de todos os outros fatores que compõem o nível de vida dos cidadãos. Em particular, chama-lhes a atenção o fato de que, como uma consequência natural do desenvolvimento incessante da economia, tenha lugar uma elevação do nível de vida de toda a população urbana e rural.

O aumento do bem-estar social é a idéia diretiva do terceiro quinquênio tchecoslovaco (1961-1965). Para este objetivo se orientará toda a atividade econômica e o desenvolvimento proporcional de todos os ramos da economia.

Seis vezes mais

As inversões de capitais, que durante o quinquênio alcançaram a soma de 322 bilhões de coroas, visarão a continuar reforçando o papel dirigente da indústria e, sobretudo, dos ramos pesados. O volume total da produção industrial se elevará em cerca de 56%, o que significa que a indústria continuará seu elevado ritmo de desenvolvimento e que, em 1965, a Tchecoslováquia produzirá, aproximadamente, seis vezes mais do que antes da guerra, quando já era um país industrial relativamente avançado.

Será principalmente acentuado o desenvolvimento dos ramos-chave da indústria: maquinaria e química. A nova técnica e a automatização dos processos de produção desempenharão um papel decisivo, não somente na indústria, como também em todos os outros setores da economia. Por exemplo, em fins do terceiro plano quinquenal, começarão a trabalhar nas centrais elétricas tchecoslovacas turbinas de produção nacional de 200 MW.

No fim do terceiro quinquênio, a Tchecoslováquia atingirá a produção de 10.600.000 toneladas anuais de aço; de 39 bilhões de kWh de eletricidade por ano; 101.600.000 toneladas de linhite e carvão de pedra; 8.700.000 toneladas de cimento; 104.500.000 pares de calçados; 1.200.000 toneladas

de açúcar, etc. Estas cifras surpreendem precisamente porque a Tchecoslováquia, com menos de 14 milhões de habitantes e com sua produção de artigos industriais básicos por habitante, se classificará em 1965 entre os Estados mais avançados do mundo. (Aço, 754 kg por habitante; cimento, 622 kg; carvão 5.398 kg; eletricidade 2.774 kWh.).

Mecanização da agricultura

Na agricultura, onde quase 90% das terras aráveis já são administradas por cooperativas únicas e granjas estatais, trata-se, acima de tudo, de elevar a produção em cerca de 22% a 23%. Entretanto, já hoje se desenvolve no campo tchecoslovaco um movimento pelo cumprimento das tarefas do terceiro quinquênio em fins de 1964. A ulterior mecanização dos trabalhos pesados e a utilização intensiva dos adubos artificiais ajudará os camponeses a cumpri-las. Por exemplo, em 1965, haverá um trator para cada 33 ha. de terra arável, e uma segadeira-trilhadeira para cada 1-9 ha. de cereais, etc. O consumo de adubos industriais por ha. crescerá até 133,5 kg. de substâncias puras, sendo quase duas vezes mais em comparação com o ano corrente.

Relações internacionais

O comércio exterior contribuirá significativamente para o fomento da economia tchecoslovaca. A República Socialista da Tchecoslováquia se esforçará para continuar estendendo e aprofundando suas relações econômicas internacionais. O comércio com os países socialistas alcançará em 1965 aproximadamente três quartos do total do comércio tchecoslovaco. Não obstante, a Tchecoslováquia se esforçará para continuar aumentando o intercâmbio comercial com os outros países. Intensificará, particularmente, a colaboração com os países economicamente subdesenvolvidos. A capacidade de importação e exportação da Tchecoslováquia se elevará consideravelmente durante o terceiro quinquênio.

Em seu conjunto, o desenvolvimento econômico global reflete um incremento planejado da renda nacional em mais de 42%. Isto possibilitará continuar estendendo as conquistas, em todos os aspectos, do nível de vida da população. À base do crescimento substancial dos salários e da redução dos preços aumentará o consumo da população pelo menos em 30%. Será melhorado o serviço sanitário, o ensino e os outros aspectos considerados como de consumo social. A jornada de trabalho será reduzida a 42 e 40 horas de trabalho por semana. A população receberá 482.000 modernos e confortáveis apartamentos.

Livros de graça

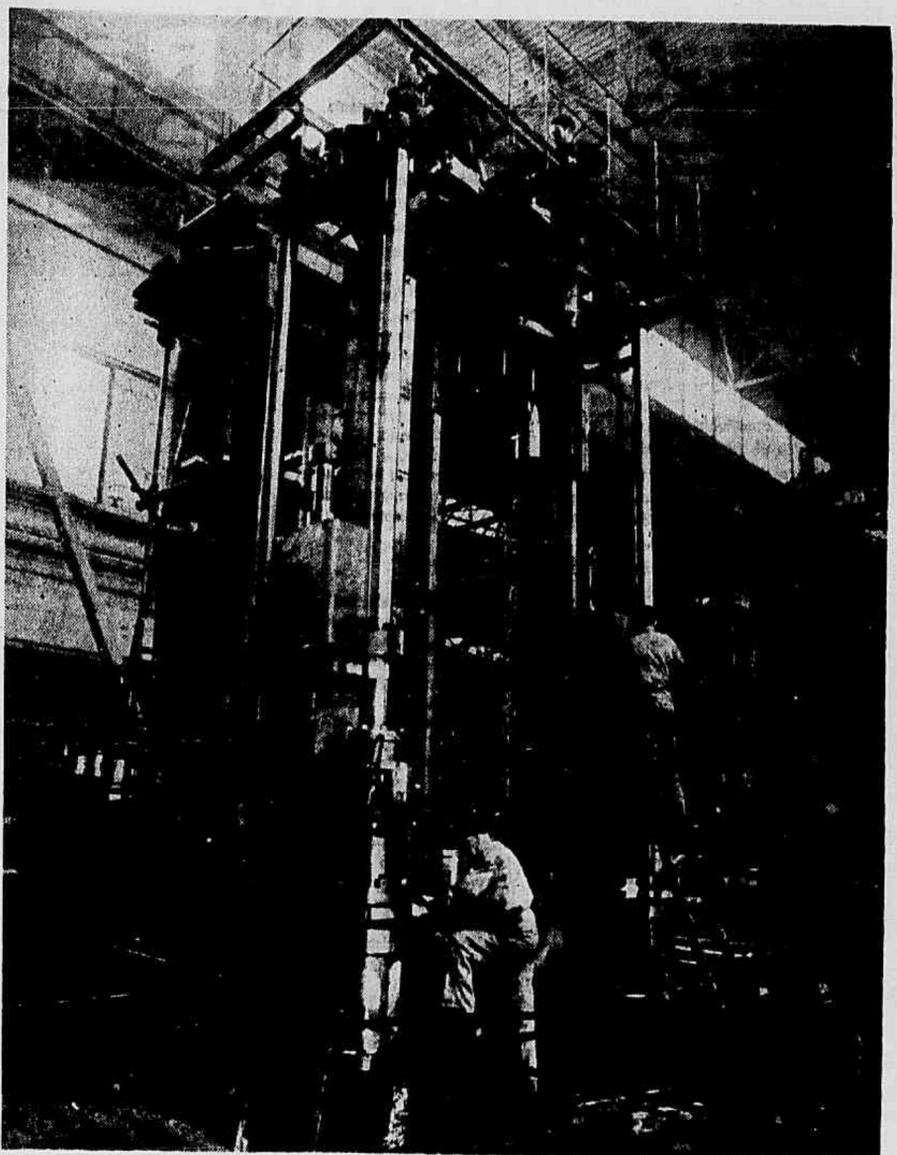
O desenvolvimento da cultura em toda a sua amplitude se converterá numa parte inseparável do crescimento do nível de vida dos cidadãos. O desenvolvimento econômico criará para eles todas as condições materiais. Como exemplo, diremos que já no ano de 1960 foi terminada na Tchecoslováquia a eletrificação de todas as al-

deias, o que a coloca em quinto lugar no mundo, nesse terreno, e que, ao mesmo tempo, contribui para elevar substancialmente o número de receptores de rádio e televisão, mesmo nos povoados mais longínquos. Não menos importância tem o fato de que a partir de 1.º de setembro de 1960 todas as crianças tchecoslovacas receberão gratuitamente os livros e materiais escolares.

O trabalho cultural durante o terceiro quinquênio consistirá em criar as condições para um desenvolvimento harmônico do homem, para o incremento de suas capacidades e de seus interesses. Em 1961, será concluída a conversão da escola primária de 8 anos para 9. Durante o terceiro quinquênio serão criadas as condições para que, até 1970, a maioria da juventude possa receber o ensino médio completo. Até 1965 serão construídas centenas de novas escolas para um número total de 707.000 alunos. A edificação de novas universidades com uma capacidade para cerca de 11.000 alunos reforçará ainda mais o lugar de vanguarda que a Tchecoslováquia ocupa entre os Estados mais adiantados no que se refere ao número de estudantes em comparação com o número de habitantes. Além das escolas serão construídos novos teatros, estações de rádio e televisão, casas de cultura, salas de cinema, etc. A construção planejada de uma extensa rede de estabelecimentos culturais contribuirá grandemente para levar a cultura a toda a população.

Com o cumprimento das tarefas do terceiro quinquênio, a Tchecoslováquia não somente quer realizar um incremento de sua economia e continuar melhorando as condições de vida de sua cidadania, como igualmente contribuir para o desenvolvimento pacífico em todo o mundo e para uma colaboração ativa entre as nações.

Potência industrial



A Tchecoslováquia, já antes da segunda guerra mundial, era um país industrialmente desenvolvido. Após a instauração do poder da classe operária, esse desenvolvimento foi bastante acentuado e, em 1965, com o cumprimento dos planos do III Plano Quinquenal, a Tchecoslováquia verá sua produção industrial aumentada seis vezes.

A BRAÇOS COM TERRIVEL CRISE ECONÔMICA

Venezuelanos Querem Libertar-se do Capital Monopolista lanque

A Venezuela atravessa nesses momentos uma crise econômica que agrava os males já crônicos de nossa estrutura econômica e que é uma seqüela da exploração e dominação do país pelo capital monopolista norte-americano, diretamente e através da política econômica seguida pela ditadura perrez-jimenista.

Consideramos que não se pode pensar em sair verdadeiramente desta crise através de uma simples recuperação que comporte o retorno aos níveis e modalidades de atividades típicas da ditadura, conservando intacta a estrutura mediatizada pelo parasitismo e os privilégios que ganhara para setores minoritários, diante da instabilidade, da dependência e do estancamento da produção nacional e do empobrecimento, do desemprego e da fome para as grandes massas trabalhadoras.

E' indispensável, a nosso ver, pro-

ceder a uma reestruturação econômica que tenha como objetivo central aumentar a produção nacional independente de bens materiais por habitantes e melhorar sua distribuição.

Metas

Isto significa obter as seguintes metas parciais:

- a) aumentar a participação do ingresso nacional dentro do produto territorial bruto. Em outras palavras, trata-se de diminuir as remessas de lucros, dividendos, fretes, depósitos bancários, etc., para o exterior;
- b) melhorar a distribuição da renda entre os setores produtivos e improdutivos da economia, o que pode ser conseguido com o aumento da participação da indústria nacional e da agricultura em relação ao comércio e aos serviços, aumento das inversões estatais na indústria de base em detrimento dos gastos burocráticos, fortalecimento do setor estatal contra os monopólios, aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional e a consecução da progressiva independência econômica do país, tanto no que se refere aos meios de produção, matérias-primas e meios de financiamento, como aos meios de subsistência, até que se consiga a auto-suficiência quanto aos produtos fundamentais.

Sair do marasmo

A realização destas metas equivaleria a atingir os dois requisitos básicos para que a Venezuela saia do marasmo econômico em que se encontra, a saber, 1) aumentar o excedente capitalizável na economia nacional independente, e 2) investir produtivamente este excedente. Para isso, é necessário diminuir o tributo pago pela economia venezuelana às economias estrangeiras, e que hoje atinge metade do excedente nacional bruto; diminuir o consumo improdutivo da renda nacional, atualmente observado nas importações suntuárias, nas despesas militares, na especulação imobiliária e no desperdício econômico; e aumentar o aproveitamento dos recursos, principalmente da mão-de-obra agropecuária e das instalações e recursos petrolíferos, minerais e da construção.

Partimos da idéia de que dispomos dos recursos necessários para acabar com a estagnação e julgamos indispensável, para atingir um desenvolvimento econômico independente, um melhor aproveitamento para o país do petróleo e do ferro, que devem consti-

tuir o recurso básico para o desenvolvimento do país, diante do qual os empréstimos externos se colocam como elemento secundário.

Medidas

Para atingir estes objetivos, propomos as seguintes medidas:

- 1) Denúncia do tratado comercial com os EUA, como medida inicial para atingir a soberania alfandegária do país, aliada ao aumento das tarifas para importações desnecessárias e à limitação às empresas nacionais do direito de importar, em navios venezuelanos.
- 2) Proibição dos depósitos em bancos estrangeiros.
- 3) Cumprimento rigoroso das disposições sobre as taxas cambiais diferenciais e da obrigatoriedade para as empresas petrolíferas de depositar todos os seus rendimentos no Banco Central e em divisa estrangeira, e não em divisa nacional.
- 4) Aumento para 75% da participação da Venezuela nos ingressos líquidos do petróleo e fixação de um preço mínimo para o óleo cru produzido levando em conta também a qualidade, e não só o peso.
- 5) Correção do preço do minério de ferro, artificialmente declarado pelas empresas num nível que é a metade do preço real.
- 6) Modificação da Lei de Minas a fim de aumentar os impostos de exploração e outros para as empresas exploradoras do minério de ferro, que foram os únicos contribuintes não afetados pela recente modificação da Lei de Imposto de Renda.
- 7) Realização da primeira etapa do plano de reforma agrária já elaborado, com a entrega de terras a 350 mil famílias camponesas, o fornecimento de crédito exclusivamente aos camponeses necessitados.
- 8) Aprovação imediata da lei de inquilinato.
- 9) Repressão do crédito usurário e reorientação do crédito para fins produtivos, mediante a criação do Banco Central e a reforma do aparelho bancário existente.
- 10) Expropriação dos bens dos partidários do ex-ditador Perez Jimenez e aprovação do projeto da Lei sobre o Enriquecimento Ilícito.
- 11) Medidas urgentes contra o desemprego e pela estabilidade no trabalho. Fixação de níveis mínimo de emprego para as grandes empresas imperialistas. Obras de melhoramento dos

bairros. Construção de estradas comunitárias com a maquinaria inativa.

12) Impulso urgente à siderurgia e à petroquímica e ao plano ferroviário. Exclusão do Conselho Nacional de Energia dos representantes dos monopólios petrolíferos. Repúdio a toda ingerência dos monopólios petrolíferos internacionais na empresa petrolífera nacional.

13) Funcionamento independente da empresa petrolífera nacional. Conservação do monopólio estatal das indústrias de base. Política de eletrificação para a indústria nacional.

14) Repúdio a novos empréstimos estrangeiros. Independência em relação a qualquer tutela do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

15) Plano de construção de residências para os operários e criação do Banco Hipotecário Nacional, com a utilização dos depósitos imobiliários.

16) Isenção de impostos para os reinvestimentos industriais e agropecuários das empresas nacionais.

17) Estabelecimento do imposto predial, de acordo com a Lei de Reforma Agrária.

18) Aumento dos impostos sobre a valorização dos imóveis e de outros bens derivadas da especulação e do consumo superfluo.

19) Medidas energéticas de controle e regulamentação dos artigos de primeira necessidade. Aplicação da lei contra a agiotagem e a especulação.

20) Reduzir os gastos militares e burocráticos.

21) Ampliação do crédito oficial para a indústria nacional.

22) Aumento das verbas para Educação e Saúde.



Criança tem tudo

O mundo socialista é o mundo da criança. Todos os cuidados são dispensados aos jovens para que eles se possam formar, preparar-se bem para o futuro. O ensino na Tchecoslováquia é todo feito à base da ligação da teoria com a prática. Na foto, jovens pioneiros fazem uma visita à fábrica CKD Sokolovo, para ver como se trabalha.

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira

Editorial Vitória

A FESTA de coroação da «Rainha da Primavera», promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, nos amplos salões do Sindicato dos Metalúrgicos, constituiu um belo acontecimento social na vida daqueles que são os artífices do progresso. Depois de uma campanha eleitoral renhida sagrou-se «Rainha da Primavera» a encantadora srta. Maria Julia Santos com 23.529 sufrágios contra 23.500 votos atribuídos à srta. Iolanda de Oliveira Leite e 4.800 depositados nas urnas para Julieta da Silva Guedes e milhares de outros pronunciamentos para mais nove candidatas.

Solenidade

Com a mesa constituída com a presença de Adelço de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Manoel Montanhani, tesoureiro do Sindicato e presidente da solenidade, Athos Magalhães Ribeiro, representante do Delegado Regional do Trabalho, General Gentil Falcão, Profa. Maria Malvioni, diretora da Escola «Lucila Dantas Barreto Falcão», Severino Barbosa de Souza, representando o vereador Aurelino Andrade, José Olímpio, Manuel Miguel da Silva, Fidelcino Queiroz, Antônio Pereira da Mata, Gabriel Alves Viana, Agenor Pinheiro de Albuquerque, João Rosa, Julio Avila, Piedade Russo, presidente do Departamento Feminino, Francisca Martins, Amélia de Oliveira, Emília Urbano, Maria Sallas e George Cabral (representante de NOVOS RUMOS) teve início a solenidade de coroação da rainha e das duas princesas eleitas. Os srs. Adelço de Almeida, Manoel Montanhani, Manoel Miguel da Silva, Athos Magalhães Ribeiro, General Gentil Falcão e D. Maria Malvioni, usaram da palavra para enaltecer os feitos dos trabalhadores e concitá-los à união pelo seu bem-estar. Logo em seguida ocorreu a coroação das jovens eleitas, sob os aplausos da numerosa assistência. Um baile que se pro-

longou às 3 horas da manhã encerrou as festividades que se desenvolveram em um clima saudável de ordem e bom gosto.

Exposição

Simultaneamente, o Departamento Feminino e a «Escola Lucila Falcão», sob a direção de um grupo de competentes mestras e colaboradoras (D. Maria Malvioni, D. Rosa Okasian, D. Piedade Russo, D. Francisca Martins, D. Amélia de Oliveira, D. Maria Sallas e outras) exibiu em um outro salão do Sindicato dos Metalúrgicos uma série de interessantíssimos trabalhos manuais e de corte e costura elaborados por moças de diversas indústrias químicas, todas elas alunas da «Escola Lucila Dantas Barreto Falcão» supervisionada pela Profa. Maria Malvioni. Essa escola vem ajudando às moças trabalhadoras, ensinando-as atividades úteis, e possui bem instalados departamentos na sede central e nas sub-sedes de bairro (São Miguel Paulista e Santo Amaro).

Chapa 1

Prestigiados pelos sócios do Sindicato e pela maioria da categoria, os trabalhadores que integram a atual diretoria do órgão de classe organizaram uma chapa que concorrerá às próximas eleições sindicais. Integram-na para a diretoria: Adelço de Almeida, Julio Avila, José Ferreira da Silva, Fidelcino Queiroz dos Santos, Manoel Montanhani, Gabriel Alves Viana, Floriano Francisco Dexen e para suplentes: Ilda Martins, Manoel Miguel da Silva, Sebastião Martins, José Maria Rodrigues de Oliveira, Geraldo Faria, Geraldo Gomes e Augusto Lopes. Para o Conselho Fiscal: João Batista Rosa Junior, Antonio Pereira da Mata e Eugênio José de Souza. Suplentes do Conselho Fiscal: José Brandão de Souza, Waldemar Pedrosa de Carvalho e João Paulo de Souza. Delegação Federativa: Floriano Francisco Dexen, Agenor Pinheiro de Albuquerque e Francisco Bezerra de Araújo. Suplentes da Delegação Federativa: Manoel Rodrigues Ferreira, João Claciare e Francisca Saramelli.

SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO FESTEJA PRIMAVERA

Rainha, Teu Nome é Maria



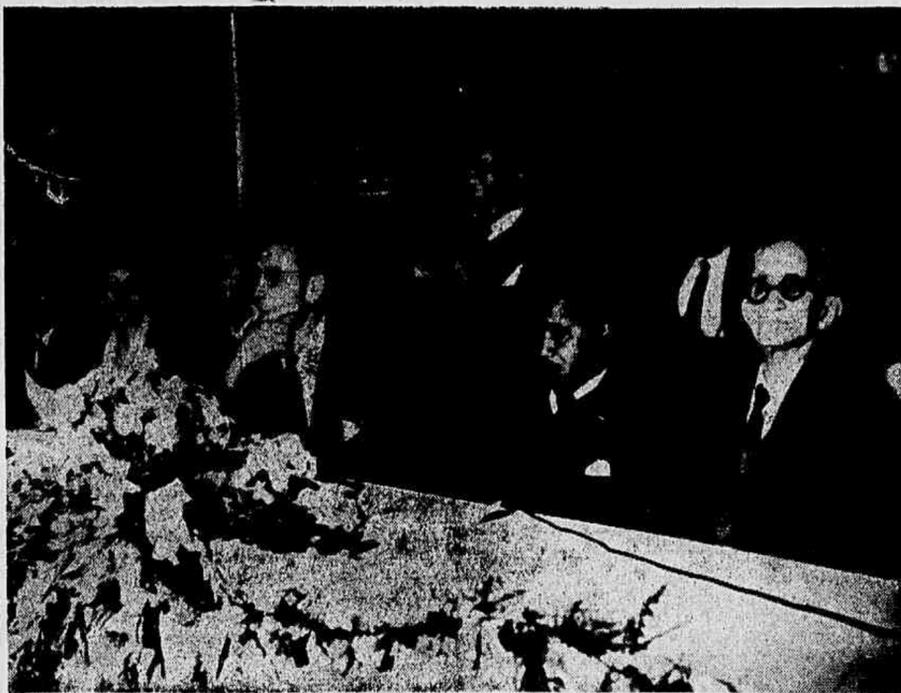
O primeiro plano fala por si

Com a primavera nos lábios, Maria Julia Santos, a rainha eleita pelos químicos de São Paulo, proporcionou a foto que diz por que ela foi eleita. O sorriso também é o prenúncio de um ano de novas e grandes vitórias para a entidade que congrega os químicos da terra bandeirante.



São químicas mas também mulheres

O Departamento Feminino do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de São Paulo, organizou, por ocasião dos festejos de coroação da rainha da entidade, interessante exposição de costuras e bordados e trabalhos manuais executados por operárias sócias da entidade.



A mesa viu e aplaudiu

Aspecto parcial da mesa que presidiu os trabalhos. Da direita para a esquerda: general Gentil Falcão, sr. Adelço de Almeida (presidente do Sindicato), sr. Manoel Miguel da Silva, delegado de empresa, sr. Manoel Montanhani sr. Athos Ribeiro, representante do Delegado do Trabalho, srta. Piedade Russo, Presidente do Departamento Feminino e sr. George Cabral, representante de NOVOS RUMOS.



O climax da festa: a coroação

O representante do Delegado do Trabalho, sr. Athos Magalhães Ribeiro, coroa a «Rainha da Primavera», srta. Maria Julia Santos, sob o olhar da srta. Piedade Russo (ao microfone) e das gentis princesas Iolanda de Oliveira Leite e Julieta da Silva Guedes.

NOVOS RUMOS